

Ac: 128
Reg: 580

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1971

34.014.25(053) 2942

B823a

Ex. 1



SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

INSTITUTO RIO-BRANCO

1971

Diretor:

EMBAIXADOR GERALDO EULÁLIO DO NASCIMENTO E SILVA

Coordenador de Cursos:

MINISTRO JORGE ALBERTO DE SEIXAS CORRÊA

Chefe da Secretaria:

CONSELHEIRO OTHON GUIMARÃES

Coordenador em Brasília:

CONSELHEIRO ARNALDO RIGUEIRA

Chefe da Seção de Administração:

NAURA TEIXEIRA LOPES DA CRUZ

Chefe da Seção de Pesquisas e Publicações:

MARIA VILHENA FABIANO DE ARAÚJO

Chefe da Seção Técnico-Pedagógica:

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

Secretárias do Diretor:

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

LUCY SOARES CARNEIRO

HISTÓRICO

A criação do Instituto Rio-Branco se deve à feliz circunstância de haver sido designado, para integrar a Comissão Preparatória das Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, um entusiástico defensor da idéia de fundar-se um órgão destinado a selecionar, preparar e aperfeiçoar funcionários diplomáticos.

Ao ensejo de programar os festejos alusivos àquela data, o então Secretário Jorge Latour, na época à frente do Serviço de Documentação, sugeriu que se incluísse, entre os atos comemorativos, a assinatura e publicação de Decreto-lei dando existência legal ao que se denominaria «Instituto Barão do Rio-Branco». A proposta consta dos memorandos de 4 de maio e 4 de dezembro de 1944, que mereceram, em princípio, a acolhida das autoridades superiores.

Apesar das naturais oposições a uma transformação radical do processo de seleção do pessoal diplomático, foi finalmente publicado o Decreto-lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, ou seja, dois dias antes da data comemorativa do Centenário do grande brasileiro.

Entretanto, passadas as festividades, nenhuma medida foi tomada com vista à regulamentação daquele instrumento legal, embora em seu texto se fixasse o prazo de 60 dias para tal fim.

Somente no ano seguinte, já no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi baixado o Decreto-lei nº 9.032, de 6 de março de 1946, que veio conferir ao Instituto Rio-Branco, com exclusividade, a missão de recrutar e selecionar os aspirantes ao serviço diplomático brasileiro, criando o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

Embora se possa considerar um marco da maior importância no processo de institucionalização e democratização da Carreira de Diplomata, o Decreto-lei nº 9.032 ainda se ressentia das restrições à concretização integral da idéia, apresentando certas concessões compreensíveis na época.

Assim é que, apesar de criar o Curso de Preparação, o referido Decreto-lei mantinha o Concurso de Provas como norma e o Exame Vestibular ao Curso como exceção.

Em vista, porém, da dificuldade para obtenção, dentro do sistema educacional existente, do treinamento de caráter profissional requerido dos candidatos, prevaleceu o bom senso no sentido de por em prática o Exame Vestibular e o Curso de Preparação, recorrendo-se ao Concurso de Provas apenas em situações excepcionais.

Já em 1946, abriam-se as inscrições para o primeiro Exame Vestibular, sistema que vem predominando durante os 25 anos de existência do Instituto Rio-Branco. Basta considerar que, nesse lapso de tempo, apenas 4 vezes, em situações justificáveis de excesso de vagas e carência de pessoal, apelou-se para o Concurso de Provas. Mesmo assim, esse processo de seleção não foi capaz de atender à finalidade esperada, fornecendo somente 55 novos diplomatas.

Por outro lado, a verdadeira democratização da Carreira de Diplomata só se tornou realidade após o Decreto nº 45.535, de 5 de março de 1959, que permitiu o processamento do Exame Vestibular em duas etapas, a primeira das quais constante de provas de seleção prévia a realizarem-se também nas capitais em que se apresente um número suficiente de candidatos. Dessa forma, ampliou-se a área geográfica de recrutamento e, ao mesmo tempo, foi possível a seleção de candidatos por meio da descentralização parcial do Exame Vestibular.

Até 1971, o Instituto Rio-Branco realizou 26 Exames Vestibulares e formou, através do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, 489 diplomatas, contra apenas 55 recrutados mediante Concurso de Provas. Com a nomeação da turma de 1971, elevou-se a 544 o número de funcionários que ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco, dos quais 46 do sexo feminino. Considerando-se que a Carreira é hoje constituída de 686 cargos, aquele número corresponde a cerca de 80%.

ORGANIZAÇÃO ATUAL

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado. Criado pelo Decreto-lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, alterado pelo Decreto-lei nº 8.461, de 26 de dezembro do mesmo ano, dele se ocupam o Decreto-lei nº 9.032, de 6 de março de 1946, a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, e a Lei nº 5.131, de 1º de outubro de 1966. Possui Regimento e Regulamento próprios, aprovados, respectivamente, pelos Decretos nº 24.883, de 28 de abril de 1948, e nº 60.355, de 10 de março de 1967.

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

- I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro;
- II — o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- III — a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito de seus objetivos;
- IV — a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais;
- V — a realização de pesquisas, seja por iniciativa própria, dentro do âmbito de seus objetivos, seja, em colaboração com a Comissão de Planejamento Político e a Divisão de Documentação, quando se tratar de assuntos relacionados com outras finalidades do Ministério.

O Instituto, sob a chefia do Diretor, está organizado em Secretaria e Cursos.

O Diretor é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário Geral, dentre os Ministros de Primeira e Segunda Classe, inclusive os aposentados. Cabe ao Diretor administrar e representar o Instituto, bem como propor ao Ministro de Estado as providências e modificações que a experiência aconselhar em relação a programas, funcionamento dos cursos, realização de concursos e demais atividades.

Antes de serem submetidos à aprovação do Ministro de Estado, os programas de estudos e atividades são levados pelo Dire-

tor à apreciação da Comissão de Programas e Estudos, à qual compete emitir parecer sobre o mérito dos mesmos. Essa Comissão é presidida pelo Secretário Geral de Política Exterior e dela fazem parte os Secretários Gerais Adjuntos, os Chefes de Departamento, o Diretor do Instituto, o Ministro-Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra e três especialistas em assuntos internacionais, indicados pelo Diretor do Instituto e designados pelo Ministro de Estado para períodos de dois anos ⁽¹⁾

A Secretaria tem um Chefe designado pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe e Primeiro Secretário. Compreende três Seções: de Administração, Técnico-Pedagógica e de Pesquisas e Publicações.

Cabe ao Instituto manter os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;
- 2) Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas;
- 3) Curso de Altos Estudos;
- 4) Cursos Especiais;
- 5) Cursos de Extensão.

O Instituto poderá organizar outros cursos e estabelecer programas de estudos a serem cumpridos em outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, com elas celebrando convênios, se necessário.

Compete ainda ao Instituto organizar concursos de provas para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro.

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR

A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se faz mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases: a) provas de seleção prévia; b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista; c) provas vestibulares finais.

As provas de seleção prévia se realizam, concomitantemente, na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais

(1) A Comissão de Programas e Estudos foi criada pelo Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961, alterado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967.

de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes fora do Estado da Guanabara que se habilitam nas provas de seleção prévia o Instituto Rio-Branco provê transporte e hospedagem, para se submeterem aos demais exames e provas.

Anualmente, o Instituto Rio-Branco publica, no *Diário Oficial*, as instruções de inscrições para o Exame Vestibular e baixa ser brasileiro nato; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares; d) ter idoneidade moral, apresentando atestado de antecedentes; e) estar vacinado contra a varíola, apresentando atestado fornecido pela Saúde Pública; f) ter concluído, pelo menos, a segunda série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida, ou de universidade estrangeira, neste caso, desde que comprovada a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Por ocasião da inscrição, bastará a apresentação de atestado de matrícula na segunda série, mas será essencial prova de conclusão daquela série acadêmica para a efetivação da matrícula no Curso de Preparação. São admitidos candidatos de ambos os sexos. Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

As provas de seleção prévia, destinadas a medir o grau de maturidade e o nível mínimo de conhecimentos que os candidatos devem possuir para se submeterem às provas vestibulares finais, são em número de três: Português, Francês e Inglês. Cada uma dessas provas é eliminatória; não lhes é atribuída nota e o seu resultado é indicado apenas por *aprovado* ou *reprovado*.

Os candidatos habilitados nas provas de seleção prévia são submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada rigorosa investigação dos costumes e do conceito corrente dos candidatos. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Cabe a uma comissão designada pelo Diretor do Instituto efetuar aquela investigação e entrevistar cada candidato. Com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, a Comissão emite, a respeito de cada candidato, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais. Quando a comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor submete

o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado. De igual forma procede o Diretor caso discorde de parecer favorável da Comissão.

As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos indispensáveis aos estudos a serem realizados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Essas provas versam sobre as seguintes matérias: Português, Francês, Inglês, Geografia, História do Brasil, História Mundial e Direito. As provas de Francês e de Inglês são escritas e orais; as das demais matérias, apenas escritas.

Todas as matérias são eliminatórias. São considerados aprovados os candidatos que obtêm a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e a média global mínima de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados a matricular-se no 1º Ano do Curso de Preparação, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo edital de abertura de inscrições. O Exame vestibular só é válido para matrícula no C.P.C.D. no ano letivo imediato.

ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em departamentos. O plano de estudos do C.P.C.D. figura no quadro da página 13.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma a que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada departamento:

Português — Os alunos devem trazer do Exame Vestibular sólido conhecimento da língua e possuir capacidade de expressão clara e correta. No Curso, a cadeira de Português não se rege pelo sistema de aulas: é realizado um controle sistemático dos conhecimentos do idioma através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

PLANO DE ESTUDOS

C. P. C. D.

DEPARTAMENTO	EXAME VESTIBULAR	1.º ANO		2.º ANO		LÍNGUAS.....	POLÍTICA.....	Direito.....	ECONOMIA.....	ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL.....
		I Período	II Período	I Período	II Período					
		Português (*) Francês Inglês	Geografia Política Pensamento Político Contemporâneo	Direito Constitucional Direito Comercial	Economia	Português (*) Francês Inglês	História Política Regional e do Brasil História Mundial (e das Américas) História do Brasil	Direito Constitucional Direito Internacional Privado	Problemas Econômicos Contemporâneos	Organização e Métodos de Trabalho do M. R. E.
		Português (*) Francês Inglês	História das Relações Exteriores do Brasil Pensamento Político Contemporâneo	Direito Constitucional Direito Internacional Público	Economia	Português (*) Francês Inglês	Política Internacional	Direito Internacional Público	Problemas Econômicos Contemporâneos	Organização e Métodos de Trabalho do M. R. E.
		Português (*) Francês Inglês	História das Relações Exteriores do Brasil Pensamento Político Contemporâneo	Direito Constitucional Direito Internacional Público	Economia	Português (*) Francês Inglês	Política Internacional	Direito Internacional Público	Problemas Econômicos Contemporâneos	Organização e Métodos de Trabalho do M. R. E.

(*) Controle sistemático do conhecimento da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

Francês e Inglês — Os alunos também devem trazer do Exame Vestibular conhecimentos que os habilitem a ler, falar, traduzir e verter corretamente. Em 1971, para melhor aproveitamento do estudo de línguas, foi decidido agrupar os alunos, do 1º e 2º anos, em turmas selecionadas de acordo com o critério estabelecido pelos professores, sendo irrelevante o ano a que pertencessem.

Durante o Curso, os alunos recebem treinamento complementar destinado a desenvolver sua capacidade de compreensão e expressão oral e escrita, em condições tanto quanto possível semelhantes às situações reais de trabalho.

Política — Os estudos políticos realizados no Curso têm por fundamento três matérias do Exame Vestibular: Geografia (Sistemática, Regional e do Brasil); História do Brasil; e História Mundial (do Século XVIII até 1950 e uma parte especialmente dedicada à História das Américas). Com base nessas matérias, são ministradas, no 1º Período do 1º Ano, duas disciplinas de caráter nitidamente profissional: História das Relações Exteriores do Brasil e Pensamento Político Contemporâneo. Ao 2º Período do 1º Ano corresponde a Cadeira de Geografia Política. (*) Finalmente, no decorrer do 2º Ano, são ministradas aulas de Política Internacional, no 1º e no 2º Períodos.

Direito — Já tendo efetuado prova de Direito (Normas Gerais, Direito Civil e Direito Comercial) no Exame Vestibular, recebem os alunos, no 1º Ano, ainda, ensinamentos de Direito Comercial (1º Período) e de Direito Constitucional (1º e 2º períodos). No 2º ano, além do Direito Constitucional, ministrado ainda no 1º período, há duas Cadeiras de caráter profissional: Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado (1º e 2º Períodos).

Economia — Todo o estudo da Teoria Econômica se faz nos dois anos do Curso. No tocante ao programa desta Cadeira, o estudo parecia indicar uma certa ênfase no aspecto teórico da matéria. Nestas condições, decidiu-se que mais valeria dedicar um maior número de aulas ao estudo dos Problemas Econômicos Contemporâneos. Esta matéria, ministrada no 2º Ano, possibilitará

(*) Excepcionalmente, em 1971, a Cadeira de Geografia Política foi ministrada no 1º período e a de História das Relações Exteriores do Brasil, no 2º período.

ao futuro diplomata conhecimentos práticos e objetivos dos problemas nacionais e internacionais.

Orientação Profissional — Consta da matéria Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores, ministrada no 2º Período do 2º Ano. Nesta Cadeira, os alunos recebem treinamento prático para as tarefas que deverão desempenhar na Secretaria de Estado.

REGIME DIDÁTICO

Na execução dos programas, são adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupos, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse. Para cada matéria, em cada ano letivo, há provas periódicas e uma prova final. Essas provas podem tomar a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa.

Verificou-se, este ano, a necessidade de se proceder a uma coordenação entre as várias Cadeiras ministradas e o estudo dos problemas brasileiros contemporâneos. Em consequência, no primeiro semestre do 1º Ano, na Cadeira de Geografia Política, cada aluno foi encarregado do levantamento de uma faixa de nossa fronteira, e no segundo semestre, o aluno desenvolveu o estudo do ponto de vista da história diplomática. No 2º Ano, o assunto foi examinado sob o aspecto jurídico. Com esta orientação, o Instituto Rio-Branco propiciou um maior incremento ao estudo dos problemas fronteiriços brasileiros.

As questões do mar territorial e da plataforma continental, da exploração dos recursos do fundo do mar e outras análogas e da maior importância, foram abordadas, por especialistas nas matérias, numa série de conferências.

Deu-se maior impulso à parte mais importante desse programa de conhecimento do Brasil, através de várias e proveitosas viagens de estudo, que proporcionaram aos futuros diplomatas um contato direto com a realidade nacional.

APROVAÇÃO

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria e 65 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma

matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média global mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do C.P.C.D. é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

PROFESSORES

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos dentre os professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

BOLSAS

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

PRÊMIOS

Nos termos do art. 25 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, o aluno classificado em 1º lugar no C.P.C.D. recebe a medalha de ouro «Prêmio Rio-Branco» e no 2º lugar a medalha de prata.

Em 1956, foi instituído o «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva» constante de medalhas de prata e bronze conferidas ao 1º e 2º colocados no Exame Vestibular ao C.P.C.D.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

O aperfeiçoamento de diplomatas se faz através de cursos mantidos pelo Instituto Rio-Branco ou mediante programas de estudo por este estabelecidos para serem cumpridos em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras. O Instituto organizou o Curso de Prática Diplomática e Consular (C.P.) e deverá inaugurar o Curso de Revisão para Diplomatas (C.R.D.).

O Curso de Prática Diplomática e Consular destina-se a dar aos diplomatas da classe inicial orientação específica sobre as tarefas que lhes correspondem em postos no exterior. O Curso de Revisão para Diplomatas destina-se a atualizar os conhecimentos dos diplomatas que regressem de postos no exterior e a familiarizá-los com a realidade brasileira, inclusive mediante viagens e visitas a centros de interesse.

Os diplomatas lotados no exterior beneficiam-se, em universidades estrangeiras, de um programa de treinamento avançado para a realização de estudos de pós-graduação em Política Internacional, Ciência Política, Economia, Direito Internacional ou Administração Pública.

CURSO DE ALTOS ESTUDOS

Tendo em vista a organização do Curso de Altos Estudos (CAE), foi proposta ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a constituição de um Grupo de Trabalho a fim de elaborar, sob a presidência do Diretor do Instituto Rio-Branco, um projeto de Regulamento especial para aquele Curso.

No memorando pertinente, o Diretor do Instituto Rio-Branco apresentou sugestões preliminares para a estruturação e funcionamento do CAE.

CURSOS ESPECIAIS E DE EXTENSÃO

Além de cursos para diplomatas, é facultado ao Instituto Rio-Branco estabelecer Cursos Especiais e de Extensão. Os primeiros se destinam ao aperfeiçoamento ou à especialização, seja de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, seja de estudantes e graduados de escolas superiores, neste caso em mandato universitário. Os Cursos de Extensão têm por finalidade a difusão de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais.

CONCURSOS

O Instituto Rio-Branco organiza concursos de provas para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro sempre que as necessidades de recrutamento o exigem.

BRASILIA

Conforme Decretos nºs. 66.218, parágrafo único, e 66.260, art. 7º, respectivamente de 17 e 25 de fevereiro de 1970, o Insti-

tuto Rio-Branco voltou, em 1971, a funcionar no antigo Palácio Itamaraty, visto não haver mais problemas para suas instalações, com a mudança do Ministério para Brasília.

Dada a necessidade de um elemento de contato com os diversos setores da Secretaria de Estado, instituições culturais do Distrito Federal e com o público em geral, interessado nas atividades do Instituto, foi mantido na função de coordenador em Brasília o Conselheiro Arnaldo Rigueira, que se encarregou também da realização do Curso de Prática Diplomática e Consular, destinado aos novos diplomatas, e das Provas de Seleção Prévia, do Exame Vestibular, para os candidatos de Brasília.

DIA DO DIPLOMATA

Pelo Decreto nº 66.217, de 17 de fevereiro de 1970, o Presidente da República instituiu o «Dia do Diplomata», a ser comemorado anualmente em 20 de abril, data do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco.

Em homenagem ao patrono do Instituto, foi decidido que a cerimônia de formatura dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata passasse a se realizar naquela data.

Com a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barboza, foi procedida a entrega dos diplomas aos integrantes da turma do C.P.C.D. de 1970.

Naquela oportunidade, receberam o «Prêmio Rio-Branco» os Terceiros Secretários Vitória Alice Cleaver e Artur Vivacqua Corrêa Meyer e o «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva» os Terceiros Secretários Luiz Antonio Fachini Gomes e Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, respectivamente, 1º e 2º colocados na classificação final do C.P.C.D. e do Vestibular.

O Senhor Ministro de Estado falou aos novos diplomatas, encontrando-se o discurso de Sua Excelência em outra seção do presente Anuário.

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES

«AS QUALIDADES DIPLOMATICAS» — AULA INAUGURAL
DO C.P.C.D. PELO EMBAIXADOR GERALDO EULALIO
DO NASCIMENTO E SILVA — DIRETOR DO
INSTITUTO RIO-BRANCO

DISCURSO PROFERIDO PELO DOUTOR TRAJANO PUPO NETTO
POR OCASIÃO DO BANQUETE DE ENCERRAMENTO DA
VISITA, AO PARQUE INDUSTRIAL PAULISTA,
DA TURMA DO 2º ANO DO C.P.C.D.

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
EMBAIXADOR MARIO GIBSON BARBOZA, NA SOLENIDADE DE
FORMATURA DA TURMA DE 1970 DO INSTITUTO RIO-BRANCO,
EM 20 DE ABRIL DE 1971.

Senhor Presidente,

A presença de Vossa Excelência nesta Casa, na data em que comemoramos o dia do diplomata e em que reverenciamos a memória do Barão do Rio-Branco, traz-nos muita honra, estímulo e confiança. O estar Vossa Excelência conosco, neste momento, dá especial significado a esta solenidade, em que se incorporam ao Itamaraty vinte e um novos diplomatas, aos quais não escapará a intenção deste ato, desta cerimônia de iniciação, em que se unem os que chegam, e se sabem futuro, a nós que os esperávamos. Juntos, os novos e os antigos, continuaremos o itinerário de confiança e vontade que começa com Alexandre de Gusmão, prolonga-se com José Bonifácio, Duarte da Ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Rio-Branco e o Visconde de Cabo Frio, e alcança sua culminação na vida daquele que hoje celebramos, o patrono da diplomacia brasileira, o homem que pautou toda a sua conduta pela essência do que constitui a nossa principal característica como Nação: um país continental, onde em todos os núcleos humanos, apesar dos imensos espaços físicos que os distanciam uns dos outros, se manifesta a unidade da língua, dos costumes, da vocação e do pensamento.

Há um ano, nesta mesma sala e em cerimônia semelhante, Vossa Excelência traçou as linhas mestras da política externa do Brasil e deu-nos a orientação fundamental a que temos sido constantemente fiéis. Convocou-nos para dar continuidade a uma política de fraterna cooperação internacional, comprometida apenas com a segurança do país e os interesses do crescimento brasileiro, tendo por um de seus objetivos básicos a mudança das regras da convivência internacional, para que a história se desenrole em benefício de todas as nações e não apenas de algumas. Proclamou, então, o direito que temos «de forjar, dentro das nossas fronteiras, o nosso destino e de escolher, fora delas, nossas alianças e nossos rumos».

Ao identificar a verdadeira paz com a transformação das estruturas internacionais, para a redução da distância que separa as nações ricas das nações pobres, reafirmou Vossa Excelência nossa solidariedade com os países em desenvolvimento e em particular com os que formam a comunidade latino-americana, e reiterou nossa continuada adesão à aliança hemisférica.

Ao mesmo tempo em que asseverava claramente que nos cabe «exigir, com singeleza, mas sem hesitação, o reconhecimento e o respeito às novas dimensões de nossos interesses», dos interesses de um Brasil «que alcança, no presente, o que, antes, se punha no futuro», de um Brasil disposto a exercer, no plano universal, missão não inferior àquela que lhe impõem sua realidade e sua capacidade de progredir e transformar-se, Vossa Excelência reclamou da diplomacia brasileira a tarefa não apenas de «projetar o que somos, mas de contribuir, de maneira decisiva, para antecipar o que seremos».

Com disciplina e entusiasmo, Senhor Presidente, recebemos o patriótico mandato que Vossa Excelência nos conferiu. Pode Vossa Excelência contar com a segurança da nossa fidelidade.

Meus novos colegas,

Ingressais nesta Casa no instante histórico em que o país começa a ocupar os vazios interregionais e a integrar todas as suas áreas no mesmo ritmo criador. Chamávamos, impropriamente, de «Brasil arcaico» aqueles núcleos populacionais que haviam avançado no espaço geográfico, para depois isolar-se na distância, mantendo vivos, e algumas vezes intactos, os usos e as tradições das épocas em que iniciaram as suas marchas. Esse Brasil integra-se e dilui-se agora no Brasil que faz o seu futuro no presente, incorporando o passado. O «Brasil arcaico» ingressa no Brasil novo e desenvolvido, multiplicando-se assim o impulso com que renovamos as áreas litorâneas e ocupamos os enormes espaços do interior.

Hoje principiamos a saber que aquele Brasil não é «arcaico», mas, sim, *pioneiro*. Fizeram-no aqueles que primeiro tiveram a visão e a coragem e que lá estão à espera de que o resto do Brasil os alcance. E quando hoje os repetimos e rompemos o hiato físico entre o Brasil que se fez no contacto permanente com o resto do mundo e esse Brasil pioneiro, de silenciosa história, já não nos espantamos pelo desponar de energia e de capacidade renovadora de uma parte do país que, isolada, se preparava, e prepara, para o grande salto no futuro.

Por isso, cada grande via que abrimos em nossos vastos espaços cleva em muitas potências o resultado do esforço dispendido,

ao mesmo tempo em que põe a serviço do homem brasileiro a nossa realidade continental.

Esses avanços criadores, terra a dentro, nunca se fizeram na história ao sabor do acaso ou de vontades isoladas. Surgem quando o país toma conhecimento de suas forças íntimas, reconhece e retempera suas energias, afirma no substrato de cada um de seus homens a certeza do destino coletivo.

Chegastes à idade criadora para a felicidade de viver este grande momento. Para participar da aventura de abrir para o homem o mundo amazônico. Para dar continuidade — pelo corte do enorme eixo entre as extremidades ocidental e oriental do Brasil — a um esforço de revelação e conquista dos grandes espaços, que é o nosso destino, porque está em nossas raízes.

E à medida que nossas estradas vão chegando a todas as fronteiras, iniciamos um processo mais íntimo de convívio com os países vizinhos, uma forma de diálogo direto de que só pode surgir o estreitamento ainda maior de uma aliança de convicções e de propósitos, ao mesmo tempo em que abrimos nossos caminhos entre os dois grandes oceanos, entre as duas metades do mundo, para a grande tarefa do homem contemporâneo de dar unidade à sua história e ao seu futuro.

Ingressastes na Carreira Diplomática numa nova hora de afirmação internacional do Brasil, em que, por imposição própria do nosso crescimento, da consolidação econômica de nossas fronteiras e da percepção cada vez mais nítida do que somos e do que queremos ser no mundo, teremos de pesar, medir e considerar constantemente nossas posições internacionais, dentro de uma tradição pacífica e harmonizadora e sem jamais abandonar a prevalência dos valores espirituais.

Ao longo de vossa carreira, no entanto, poucas vezes reconheceréis, no trabalho diário, o sabor completo dessa impulsão criadora. A vida diplomática é feita principalmente de paciência e continuidade — paciência para esperar o resultado da ação; continuidade no esforço sem desfalecimento para alcançar o objetivo final. Em nosso ofício, os grandes lances da imaginação resolvem-se quase sempre num caminhar lento, onde as mudanças de ritmo e de rumo só se notam depois de tomadas e onde, da perspectiva do futuro, os fatos parecem produzir-se numa sucessão inelutável, na qual os nossos gestos pessoais esmaecem, se apagam e se dissolvem no esforço coletivo. Deveis estar preparados para a demorada espera dos frutos, para a paciente humildade, para o dever de servir sempre e cada vez mais, porque cada vez mais se exigirá o melhor de nós mesmos, no silêncio que é a nossa fortaleza, no trabalho de que é feito o dia-a-dia da vida

diplomática e que só assume significado e direção pela soma do que nele se repete. Para sermos livres individualmente temos de aceitar essa vocação de servir, pois no desenrolar de nossa vida profissional vai-se incorporando, no correr dos anos, de forma quase imperceptível, paulatina e constantemente, nossa própria vida pessoal, até que nos tornamos o instrumento acabado de uma forma de atividade em que o interesse próprio há de estar sempre subordinado ao da Pátria.

Há momentos históricos, entretanto, em que a atividade diplomática adquire ritmo e andamento mais rápido, em que novas concepções surgem na vida, no pensamento e na ação política do Estado, em que se mudam as dimensões de valores e as relações de poder entre os povos, pois que a política externa não é uma criação pura do espírito, não é o produto isolado do embate das idéias, não é o cristalizar-se de uma tradição, mas um estilo de comportamento que depende do peso, da forma, da estrutura e da agilidade do corpo que o produz. Para essa explosão e para esse aceleramento histórico também deve estar preparados, preparados para recebê-los com audácia, imaginação e permanente espírito de ajustamento, pois a condição principal do êxito é, para nós, a flexibilidade na persistência, a agilidade na firmeza.

Um corpo que cresce não altera sua verdade básica. É a soma de seus anos, o resultado de sua história. É nesse sentido que dizemos que o Brasil permanece fiel a uma tradição de política externa, porque não se afasta das matrizes da civilização brasileira, dos fundamentos de nossa grandeza, tão bem identificados por Vossa Excelência, Senhor Presidente, quando, em recente mensagem, declarou que «só compreendemos o desenvolvimento em benefício do homem e alcançado pelos caminhos que o respeitem, que o exaltem e que o dignifiquem». Sabemos todos — e Vossa Excelência foi o alto intérprete de todos nós, ao afirmá-lo — «que não se devem poupar os princípios éticos como se poupam os recursos materiais, sob a justificativa de incrementá-los», pois «não existe economia no plano moral».

Temos atrás de nós uma linha de pensamento e de ação externa a que damos adesão constante, porque escolhemos do passado o que nele é presente e futuro, e porque elaboramos nos atos de cada dia a matéria daquilo que há de ser a nossa futura tradição.

Somos pela igualdade e pela cooperação fraterna entre os povos. Consideramos a paz condição essencial à conquista do progresso. Acreditamos na solução pacífica das controvérsias. Repudiamos a divisão do mundo em zonas de influência. Favorecemos um sistema de cooperação que conduza à segurança eco-

nômica coletiva. Reclamamos a eliminação das desigualdade econômicas, culturais e científicas entre as nações e advogamos a distribuição equitativa dos frutos do trabalho internacional. Disso, através dos tempos e de acordo com eles, não nos temos afastado. O vocabulário antigo poderia ser diferente, porque distintas eram as situações e as palavras que as exprimiam. Mas o sentido profundo era o mesmo, num país que jamais alimentou pretensões contra os interesses fundamentais de outros povos.

Os anos não têm a mesma velocidade criadora. Existem épocas de espera e consolidação, de acúmulo e exame de experiências. Existem períodos de invenção e adaptação, de reinterpretação e pesquisa. Há um tempo de plantar e outro de colher. Há um tempo de conservar e outro de mudar. Através dessas estações distintas, mas igualmente úteis e fecundas, um povo se revela a outros povos, uma nação escolhe o seu caminho externo, compõe o seu retrato, molda a sua tradição, faz história.

Não chegarei ao fim desta carreira sem participar dos grandes instantes que inevitavelmente viveremos, da afirmação da política externa de um país plenamente desenvolvido, no aproveitamento integral de seus recursos, a produzir nos campos da ciência, da cultura e da arte as grandes obras que prenunciam a harmonia e a riqueza de nosso convívio humano, a exuberância de nossa maneira de ser e o predomínio em nós do sensível e do imaginário, que dá profundidade e calor à existência deste povo. E quando chegardes ao final, quando vos couber o comando desta Casa, tereis a alegria imensa que nos será vedada a nós, os de hoje, os Moisés que não veremos a terra prometida: o Brasil gigante do ano 2000, a Pátria abençoada por Deus, a Nação que terá finalmente cumprido o seu destino de grandeza.

Até lá e por enquanto, estaremos todos entregues ao labor permanente de apressar essa realidade. Nesta comunidade em que ingressais, somos homens do presente, tomados, porém, por uma espécie de nostalgia do futuro, como se só nele nossas vidas e esforços assumissem seu sentido pleno e ideal. Não que tenhamos dúvidas sobre se valem a pena nossos esforços. Sabemos, com o poeta, que «tudo vale a pena, se a alma não é pequena», mas desejamos conhecer como termina o ato arremessado no futuro.

Cada geração que passa pelo ofício que aqui se exerce é apenas um dia na história desta Casa. Para que este dia permaneça, para que esta geração fique, viva e forte, há de plantar raízes profundas, há de semear a terra com a semente fecunda do trabalho. Só assim estaremos presentes no futuro.

e ser perito em matemática, arquitetura, música, física, direito civil e direito canônico. Cumpria-lhe, não só escrever e falar o latim com refinamento clássico, mas ser um mestre do grego, espanhol, alemão e turco; devia ter conhecimentos profundos da história, da geografia, da ciência da guerra, sem que lhe fosse permitido, por isso, desinteressar-se dos poetas, nem ser jamais encontrado sem o seu Homero». E devia ter tempo ainda de consagrar-se à contemplação, «que é a fonte da ação». ⁽³⁾

O fato é que a enumeração de Maggi foi criticada pelos seus sucessores, tal o número de qualidades que exigia do bom embaixador, a ponto de Hotman, por exemplo, em 1603, opinar que o mesmo nunca existira entre os homens, pois teria que ser teólogo, astrólogo, dialetólogo, excelente orador, sábio como Aristóteles e prudente como Salomão. ⁽⁴⁾

Seja como for, e evitando multiplicar as citações, parece-nos que quem melhor resumiu as qualidades de um bom diplomata foi Sir Ernest Satow da seguinte maneira: «good temper, good health, and good looks. Rather more than average intelligence, though brilliant genius is not necessary. A straightforward character, devoid of selfish ambition. A mind trained by the study of the best literature, and by that of history. Capacity to judge of evidence. In short, the candidate must be an educated gentleman», e que se poderia, talvez traduzir do seguinte modo: «bom humor, boa saúde e bom aspecto. Uma inteligência acima do normal, embora o gênio brilhante não seja necessário. Um bom caráter, sem ambições excessivas. Uma mente aperfeiçoada pelo estudo da melhor literatura e pelo da história. Capacidade de apreciar os fatos. Em suma, o candidato deve ser um cavalheiro educado».

Não obstante a receptividade dada a tais conceitos pela doutrina — Raoul Genet fala em «gentilhomme accompli», e José Sebastião de Erice em «caballero culto» ⁽⁵⁾ — Sir Neville Bland, editor da última edição do guia, não parece acolhê-los incondicionalmente e escreve «eu diria de outro modo: considero que um membro do serviço exterior deverá possuir quatro qualidades essenciais — integridade, bom senso, versatilidade e imaginação. A essas qualidades outras poderão ser acrescentadas com vantagens, como as mencionadas anteriormente, mas sem estes quatro todos os atributos secundários não farão um bom diplomata». ⁽⁶⁾

(3) *apud R. Mello*, I, nº 102, p. 139.

(4) *apud Jusserand*, p. 46.

(5) *Genet* I, p. 102; *Erice*, I, p. 341.

(6) *Satow*, § 218, p. 130.

«AS QUALIDADES DIPLOMÁTICAS»

AULA INAUGURAL DO C.P.C.D., PRONUNCIADA PELO EMBAIXADOR GERALDO EULALIO DO NASCIMENTO E SILVA, DIRETOR DO INSTITUTO RIO-BRANCO, EM 8 DE MARÇO DE 1971

Com o aparecimento das embaixadas permanentes, a diplomacia passou a ser estudada como ciência e praticada como arte. Surgiram os primeiros trabalhos sobre a instituição, escritos em sua maioria por antigos enviados, onde especial destaque é dado ao estudo daquelas qualidades, intrínsecas e inatas, que tornam um indivíduo um bom diplomata.

Muito se escreveu a respeito e nunca se viu uma carreira pública ser objeto de tantos estudos e de tantas coletâneas de preceitos. Estranha coleção que deixava o neófito confuso pois as recomendações contidas eram sempre imperativas, mas freqüentemente contraditórias, e os exemplos tirados da Bíblia e a prática dos antigos não eram convincentes. ⁽¹⁾

Vaughan Williams referindo-se a esses trabalhos, em que os antigos prodigalizavam a sua retórica, opina que é difícil encontrar uma literatura tão pouco instrutiva e acrescente: «um embaixador perfeito, como um orador perfeito, deveria possuir todas as virtudes e todas as perfeições. Nunca deveria ser velho demais ou jovem demais, demasiadamente alto ou baixo, nem tão pequeno como aquele embaixador de Bolonha a quem o Papa Bonifácio desejava ver de pé e não ajoelhado, quando já o estava, nem tão alto como aquele enviado inglês que, quando passava numa cidade, era forçado a se dobrar para ver a vitrine de uma loja e era cortesmente convidado pelo comerciante a descer de seu cavalo. ⁽²⁾

Dentre os primeiros a se ocupar do tema figura o veneziano Octavius Maggi que, em 1526, estimava que «um embaixador devia ser bom cristão e teólogo instruído; filósofo versado em Aristóteles e Platão, capaz a cada momento de expor em forma dialética os problemas mais abstratos; devia conhecer os clássicos

(1) *Jusserand*, p. 36.

(2) «Les méthodes de travail de la diplomatie», p. 260.

As qualidades diplomáticas não podem ser aquilatadas objetivamente através de provas escritas. «A verdade — conforme ensina Maurício Nabuco — é que o indivíduo nasce diplomata. As qualidades do diplomata são intrínsecas». (7) Poderíamos acrescentar que embora o grande diplomata nasça com tais qualidades, desenvolvem-se, com o tempo, a experiência e o tirocínio, adquirido com o trato de coisas diplomáticas, fatores que poderão permitir que um diplomata despoído de tais qualidades inatas ao ingressar na carreira possa vir a representar o seu país com eficiência e correção, desde que dotado de força de vontade e patriotismo.

Seja como for, as seguintes qualidades diplomáticas podem ser postas de relevo como as mais essenciais: patriotismo, inteligência e bom senso, integridade, sociabilidade, adaptabilidade e qualidades de trabalho. Tais qualidades, contudo, não devem ser encaradas como estantes, mas se completam reciprocamente. E nos dias que correm, um trabalho sobre diplomacia já pode se descuidar das virtudes da eloquência, que na opinião de Vera y Cúñiga «é a qualidade mais essencial do embaixador», bem como dos recursos à corrupção, espionagem e intriga, tidas como inerentes à diplomacia nos seus primórdios, mas hoje da alçada de outros ramos da administração pública.

Patriotismo

Dentre as qualidades diplomáticas, nenhuma é tão importante como o patriotismo. Antes de mais nada, pelas mãos do diplomata passam informações que dizem respeito à segurança nacional e cuja entrega à potência inimiga pode acarretar as mais sérias consequências. Os exemplos ocorridos depois do término da segunda guerra mundial são bastante numerosos e sintomáticos.

Outrossim, muito se fala dos encantos e das facilidades proporcionadas pela vida diplomática, mas são poucos os que se lembram das vicissitudes e dificuldades da mesma. Até nos postos mais cobiçados, as vantagens, no início da carreira, nem sempre compensam o sofrimento decorrente de tal exílio, a que damos o nome de «saudades». O período de adaptação sempre é árduo, e tudo é difícil e caro, pois se trata de um estrangeiro e de um diplomata, presumivelmente rico. Esses são os sofrimentos morais e os pequenos inconvenientes; mas às vezes, a situação é mais séria: o diplomata ou cônsul é mandado para um posto insalubre ou de grande altitude e nunca mais gozará de boa saúde, quando não morre. Outrossim, as capitais das novas nações que têm surgido depois da última guerra mundial contrastam com as demais, que não tiveram que ser improvisadas da noite para o dia. E à

(7) *Maurício Nabuco*, p. 59.

relação das dificuldades e perigos, podem ser acrescentados os postos situados em países de instabilidade política permanente e onde as revoluções e motins são corriqueiros.

Também, o diplomata não tem horário de trabalho. Em determinados momentos, o trabalho poderá ser pouco, mas a experiência demonstra que quer o diplomata, quer a sua esposa, estão de serviço durante as vinte e quatro horas do dia. Além das inestimáveis horas de trabalho rotineiro, as longas e enervantes negociações que podem preceder à assinatura de um tratado, ou as prolongadas sessões em congresso ou conferência internacionais, findas as quais a expedição de uma longa informação frequentemente se impõe, existem as atividades sociais que vão desde aguardar personalidades em aeroportos, em todas as horas do dia ou da noite, até os intermináveis banquetes e recepções.

Bem dizia o Barão Von Taube «que profissão árdua é a do diplomata! Não conheço outra que exija tanta abnegação, tanta disposição a sacrificar os seus próprios interesses, tanta paciência e, em dados momentos, tanta coragem». (8)

Para poder enfrentar tantas e tão variadas dificuldades, às quais vêm se juntar freqüentemente as críticas insensatas de seus compatriotas, o diplomata necessita de muita resignação e muito patriotismo. Não devemos confundir patriotismo com *chauvinismo*, esta deturpação tão nefasta do mesmo. No diplomata viajado encontramos esse patriotismo são que faz as necessárias concessões às aspirações estrangeiras, que ele conhece a respeito. Tem, ainda, a noção exata da situação que o seu país desfruta no concerto dos Estados e por isso não pretende uma falsa situação de desaque. Essa concessão às aspirações e necessidades alheias são amiúde interpretadas como descaso e até falta de patriotismo.

Hildebrando Accioly teve ensejo de esclarecer devidamente esse aspecto da atividade diplomática ensinando: «Servir ao país é obrigação de todos nós». E a seguir: «Há, decerto, grandes modalidades não só no seu desempenho, mas também na maneira de o encarar. Os diplomatas sentem-no talvez mais vivamente do que outras categorias de funcionários, porque se encontram mais em contacto com sentimento análogo dos cidadãos de outras pátrias. Por isso mesmo, o seu nacionalismo, que é muita vez a reação natural ante o nacionalismo estrangeiro, nunca chega aos extremos de nativismo estreito, tão prejudicial aos verdadeiros interesses nacionais. O diplomata, devido à natureza de suas funções, tem maior conhecimento dos meios internacionais, seus horizontes são mais largos e, assim, se acha ele mais habilitado a

(8) «Neuf ans de souvenirs d'un Ambassadeur», I, (Paris — 1904), p. 176.

compreender certos problemas de seu país, alguns aspectos da segurança nacional, o lugar que sua nação deve ocupar no concerto mundial. Ao mesmo tempo percebe a necessidade de resguardar os legítimos direitos alheios e de assegurar relações de justiça e de boa compreensão entre os povos. Não raro, os seus propósitos são desvirtuados pelos próprios concidadãos, nem sempre pela malevolência destes, mas muitas vezes pela ignorância ou pelo desconhecimento momentâneo das razões de seus atos. Essa ignorância leva frequentemente a grandes injustiças, como, por exemplo, a de acusá-los de sentimentos cosmopolitas, no sentido de anti-nacionais. Não é verdade, entretanto, que o diplomata se desnacionalize, pelo contacto com outros povos ou outras civilizações. Justamente esta circunstância o faz enxergar com mais clareza e quase instintivamente a necessidade de enrijecer os sentimentos patrióticos. É o que sucede, analogamente, com as populações de terras de fronteira, nas quais, como é sabido, o patriotismo como que se mostra mais vivo, mais ativo, do que no resto do país». ⁽⁹⁾

Essa incompreensão pode ser observada em todos os países, inclusive naqueles em que a opinião pública é mais culta e esclarecida. Harold Nicolson observa que «na Grã-Bretanha o homem ou a mulher normal ainda não se deu conta de que os negócios estrangeiros são negócios estrangeiros, ou seja, que dizem respeito não só aos nossos interesses nacionais, mas também aos interesses de outros países. Imaginam que a política exterior é elaborada como é o orçamento ou uma lei sobre educação, isto é, preparada pelo ministro responsável, submetida ao gabinete e aprovada pelo parlamento e que a seguir será suficiente entregá-la ao *Foreign Office* para sua execução. Tal confusão mental leva-lhes a crer que uma política exterior ideal para a Grã-Bretanha basta ser idealizada para ser cumprida. Ignoram o fato que outros países, possuidores igualmente de armamentos poderosos, interesses e preceitos, devem ser consultados igualmente para que qualquer política seja exequível». ⁽¹⁰⁾

Talvez seja apropriado colocar sob a rubrica *patriotismo* a questão da integridade do diplomata para com o seu próprio governo. Antes de mais nada, o diplomata nunca deve esquecer que os membros do serviço exterior não devem se inmiscuir em política. Essa é uma norma que tem sido bastante respeitada no Brasil, o que explica a circunstância de as mudanças de governos

(9) «Oração de Paraninfo» (Rio de Janeiro — 1948), p. 10.

(10) Nicolson, *Diplomacy*, p. 93.

e de regime não atingirem aos funcionários de carreira que souberam respeitar esse princípio. A sua obrigação é representar legalmente o governo no poder dando-lhe toda a sua colaboração e alertando os responsáveis pela sua política externa para eventuais erros de apreciação. Mas se se trata de uma ordem, de uma orientação geral, ele deve disciplinadamente executar as instruções recebidas com todo o zelo e dedicação, mesmo se discordar desta orientação superior.

Tem sido observado que freqüentemente o agente diplomático é propenso a procurar saber qual o ponto-de-vista de seus superiores e a seguir propugnar por ele com todo vigor, mesmo se ele não corresponde ao seu pensamento, visando com isso evitar uma confrontação que poderia ser prejudicial à sua carreira. No caso dos diplomatas da cortina de ferro, o receio de assumir uma atitude que possa eventualmente ser interpretada como contrária à doutrina marxista-leninista os obriga a limitar os seus comentários aos pronunciamentos e dogmas partidários. Em ambos os casos, o diplomata que assim age não está sendo leal com o seu governo e consigo próprio.

Inteligência e bom senso

Na diplomacia, como, aliás, em todas as profissões, a inteligência é *conditio sine qua non* sendo que do diplomata se exige um coeficiente intelectual acima do normal, apurada em parte nas provas de capacitação intelectual quando dos exames para o ingresso na carreira. Mas não é apenas a inteligência adquirida nos livros que se exige mas sim aquelas qualidades inatas. «Diplomacia», disse certa vez Alexis Saint-Léger, «é imaginação, previsão, sugestão, representação, execução. O diplomata é mestre na análise crítica e criadora em escala ampla». ⁽¹¹⁾

Mas embora se exija do diplomata inteligência, é ele aconselhado a nunca ostentar tal qualidade. Callières já ensinava que «é sobretudo necessário que um bom negociador (e no tempo de Callières a palavra *diplomata* ainda não existia) tenha o controle necessário para resistir à tentação de falar antes de ser interrogado sobre o que dizer, que não tenha a preocupação de responder ato contínuo e sem premeditação sobre as propostas que lhe são apresentadas, e evitar cair no defeito de famoso embaixador de nosso tempo, que era tão rápido na discussão que, quando era provocado com uma contestação, revelava freqüentemente segredos para manter a sua opinião».

(11) Apud E. P. Barbosa da Silva, «Discurso de Paraninfo». Rio de Janeiro, 1959, p. 23.

Tal auto-controle é sobretudo importante para os diplomatas latinos, que têm a tendência a querer brilhar, sendo que o brilho pode calar a outra parte, se for um tímido ou mais esperto, desobrigando-o de colocar na mesa as suas cartas. É dentre os diplomatas ingleses que se encontra essa preocupação, às vezes levada a exagero, de camuflar a inteligência, puxando pela outra parte, provocando a sua vaidade. *Lord Strang* recomenda especificamente a importância de uma atitude de discrição. ⁽¹²⁾

A inteligência tem no bom senso sua principal manifestação, que é tida por *Paul Cambon* como sendo a única qualidade essencial do espírito. «Em rigor — escrevia — pode-se passar sem todas as outras; mas ninguém pode subsistir e, sobretudo, progredir sem o bom senso, sem o julgamento certo que percebe instintiva e rapidamente o lado fraco de um argumento e os perigos de uma empresa». ⁽¹³⁾ A bem dizer, o bom senso implica numa série de outras qualidades como o tato (de primordial importância); sentido de oportunidade; transigência; a paciência; a reserva e o dom de observação.

O bom senso dirá também ao diplomata quando um assunto é de real interesse para o seu Governo e saberá dar ao mesmo o devido tratamento. Infelizmente, é comum o diplomata servindo em posto de somenas importância convencer-se que se trata de um dos grandes centros diplomáticos do mundo e, em consequência, passa a importar a Secretaria de Estado com telegramas e relatórios desprovidos de real interesse e que freqüentemente implicarão em substancial despesa para o seu Governo.

O sentido político, a capacidade de apreciar corretamente os fatos, é uma das qualidades mais difíceis de adquirir e verifica-se, quer na política interna, quer na política internacional, que os grandes políticos têm um segundo sentido que os permite ver mais longe do que os demais, que podem não ser mais cultos e mais brilhantes. É bem verdade que a diplomacia intuitiva, como a de *Adolfo Hitler*, que, captando as reações do povo, buscava moldar a sua política nelas, deve ser evitada, pois um erro pode ser catastrófico. O diplomata deve reunir o maior número possível de dados, sintetizá-los e analisá-los sempre tendo em vista a política exterior de seu próprio país. É óbvio que na apreciação de tais fatores políticos abstratos nem sempre se poderá aquilatar com precisão qual a solução ou diretiva apropriada, mas quanto maior

(12) *Lord Strang*, p. 98.

(13) *Paul Cambon*, «Correspondance, 1870-1924», (Paris—1940-45), vol. II, p. 158.

o número de dados concatenados, menores os perigos de uma falha de apreciação.

Uma das funções mais importantes do diplomata é a de negociador e sem o bom senso nenhuma negociação poderá ser coroada de êxito. Em quase todas as suas relações com o Estado acreditado, o diplomata negocia.

Numa negociação, no verdadeiro sentido da palavra, sempre existe o compromisso e é o bom senso que dirá até que ponto o diplomata deve ceder, abrindo mão de uma reivindicação inicial de somenas importância, visando à consecução do verdadeiro objetivo. Num compromisso de fato, ambas as partes saem satisfeitas por haverem conseguido o que realmente desejavam e não há uma posição capaz de no futuro provocar uma reação da parte lesada, com evidente prejuízo da harmonia entre os dois Estados.

Deve o negociador precaver-se contra o perigo de ceder em demasia, em detrimento dos interesses nacionais, o que ocorre freqüentemente quando o negociador, premido por outros compromissos, busca acelerar o termo das negociações. O diplomata profissional tendo diante de si todo o tempo necessário pode levar a cabo uma longa negociação, sabendo, inclusive, que as negociações podem continuar sem solução de continuidade, no caso de ser transferido, através o seu substituto. A prática que vem se generalizando de enviar missões com o objetivo de negociar, em período fixo, determinado tratado, pode acarretar tais inconvenientes, sendo que as visitas-relâmpago de ministros de Estado ou políticos influentes nomeados para tal fim podem resultar na firma de acordos inaceitáveis — e que não serão aprovados ou ratificados — ou então, e existe uma lamentável tendência em tal sentido, que nada dizem de objetivo, limitando-se a compromissos vagos de parte a parte a exigirem atos complementares.

Outrossim, é necessário lembrar que em muitos casos uma negociação nunca termina. *Charles Thayer* põe em relevo tal fenômeno com muita propriedade salientando que um tratado, mesmo depois de assinado e ratificado, continua sujeito a modificações, renegociações ou denúncias e, por mais precisa que seja a sua redação, dúvidas de interpretação poderão surgir. Cita como exemplo o Tratado do Atlântico Norte que com mais de dez anos de vigência estivera praticamente num estado de renegociação permanente. ⁽¹⁴⁾

A paciência e a calma são, portanto, indispensáveis numa negociação e, como foi visto, *Callières* dava a maior importância a ambas. «O negociador deve evitar demonstrações de irritação,

(14) *Thayer*, p. 254.

quando confrontado com a estupidez, desonestidade, brutalidade ou pretensão daquele junto a quem tem o desagradável dever de negociar; mas deverá por de lado toda animosidade pessoal, todas as predileções pessoais, todo entusiasmo, preconceitos, vaidades, exageros, dramaticidade e indignação». ⁽¹⁵⁾ Frequentemente, a paciência humana tem limites e citam-se exemplos em que negociações importantes foram interrompidas, com graves resultados para o respectivo país. Napoleão perdeu a sua paciência com Metternich em Dresden, no Palácio Marcolin, em junho de 1813, e acabou jogando o seu chapéu no chão, com desastrosas consequências. Sir Charles Euan Smith rasgou diante do Sultão de Marrocos um tratado. Na Conferência de Algeciras, o Conde Tattenbach excedeu-se, sujeitando o seu país a uma desagradável humilhação diplomática. Depois da segunda guerra mundial, os negociadores dos países socialistas têm demonstrado uma capacidade para irritar as partes contrárias, junto com uma paciência fora do comum, que lhes tem dado alguma vitória na guerra fria. Nesse particular, Vyacheslav Molotov, com seus modos rudes e sua falta de humor, tem feito escola entre os seus seguidores, havendo conseguido, em 1947, em Londres, que o General George Marshall, conhecido pela sua imperturbabilidade, se retirasse de uma reunião de ministros de Exterior para não voltar, depois de declarar «os comentários do ministro do Exterior soviético não elevam a reputação do governo que representa». ⁽¹⁶⁾

Nesse particular, constata-se uma diferença entre a atuação do diplomata e a do cônsul, provocada pela natureza de suas atribuições: ao passo que o diplomata pode e deve em certas conjunturas esperar, o cônsul é obrigado quase sempre a dar soluções imediatas aos casos que lhe são submetidos. Em consequência, os funcionários lotados no serviço consular adquirem uma capacidade de solução imediata, ao passo que os que servem no diplomático são propensos a dar tempo ao tempo para que este resolva os seus problemas. A fusão de ambas as carreiras com a aprendizagem nas duas dá ao funcionário a capacidade de decisão e de paciência, junto com a experiência necessária para dizer quando usar uma ou outra.

Integridade

A correção, a franqueza e a probidade são outros atributos do bom diplomata moderno. Muito se tem falado na diplomacia e na mentira, tema este que vem apaixonando há séculos os casuís-

(15) *Nicolson, Diplomacy*, p. 116.

(16) *apud Thayer*, p. 96.

tas, sobretudo depois que Sir Henry Wolton escreveu em Augsburg, em 1604, quando a caminho de Veneza, como Embaixador inglês: «um Embaixador é um homem de bem, enviado para o exterior para mentir pelo bem da república». É bem verdade que, segundo seu biógrafo, tinha ele em vista um *jeu de mots* em inglês: «An ambassador is an honest man, sent to lie abroad for the good of his country», isto é, *deitar ou mentir*. O fato é que a frase lhe deu a imortalidade e uma má reputação à diplomacia.

Dentre os problemas de natureza moral referentes à diplomacia, foi esse que exerceu maior fascínio sobre os primeiros tratadistas e comentaristas e continua a merecer a atenção, embora com menos destaque, dos modernos.

Mesmo através de um ponto-de-vista puramente teórico, verificava-se que para uns nenhuma dúvida poderia subsistir e que a regra *salus populi, suprema lex* est justificava qualquer deslize. Maquiavel, a figura central dessa corrente, é categórico ensinando que, quando os interesses da pátria estão em jogo, não se pode falar em «justo ou injusto, em piedoso ou cruel, louvável ou ignominioso». ⁽¹⁷⁾ Junto com Maquiavel, indiscutivelmente uma das grandes figuras daquele período, pode-se mencionar a figura pomposa, pedante e retrógrada de Marselaer, para quem o embaixador ideal deveria ser mestre na arte da dissimulação e da mentira, que é a regra do jogo, devendo saber *cum vulpe vulpinari*. ⁽¹⁸⁾

Poucos eram aqueles que apresentavam a máxima *super omnia veritas* como a solução ideal, sendo que a maioria era favorável a uma solução eclética que partindo da apologia da verdade admitia um sutil *distinguo*, admitindo a mentira ofensiva, *officiosa mendacia* provocada pela natureza da função diplomática, *officii causa*.

Escritos numa época em que os livros jurídico-internacionais se baseiam em exemplos tirados da Bíblia e da história clássica, é compreensível, tendo ainda em consideração as praxes diplomáticas de então, que os autores buscassem, quer numa fonte quer na outra, os de apologia da mentira. Germônio, com a sua autoridade de arcebispo e de embaixador, condena a mentira em si, mas invocando inúmeros exemplos pergunta se não seria ousadia querer

(17) *apud Jusserand*, p. 63.

(18) «Dove se delibera al tutto della salute della patria, non vi debbe cadere alcuna consideratione ne di giusto, ne d'ingiusto, ne di piosso, ne di crudele, ne di laudabile, ne d'ignominioso, anzi proposto ogni altro rispetto seguire al tutto quel partito che li salvi la vita et mantenghile la libertà». *Apud Jusserand*, p. 61.

ser mais realista do que os gregos da antiguidade e recorrendo à Bíblia salienta que nela as mentiras «não são condenadas, mas enaltecidas».

Mesmo em épocas mais recentes, encontramos autores que admitem certas reservas, que admitem a *bugia officiosa*... O Conde Szilassy acha que em determinadas circunstâncias afastar-se da verdade chega a ser patriotismo. ⁽¹⁹⁾ O Príncipe de Bülow disse que Bethmann-Hollweg deveria haver negado categoricamente que utilizou aquela infeliz frase em que comparou os tratados a farrapos de papel. Harold Nicolson, referindo-se a esses dois exemplos mais recentes, salienta que o Conde Szilassy era um diplomata de somenas importância e que o Bülow foi o estadista mais inábil que a Alemanha teve. ⁽²⁰⁾

Hoje, a prática e a doutrina condenam categoricamente métodos moralmente inaceitáveis.

No que pese à opinião do Barão Jacques Bayens, para quem as atribuições de um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros consistem em «mentir e desmentir», ⁽²¹⁾ o diplomata com reputação de mentiroso passa a ser um funcionário quase inútil, pois, conforme dizia Aristóteles, «o castigo do mentiroso é não ser acreditado mesmo quando disser a verdade».

O diplomata que emprega recursos condenados pela profissão pode conseguir uma pequena vantagem provisória, mas com a constatação dos meios utilizados, o descrédito será não só dele senão também do próprio governo.

Em seu último comparecimento à Academia Francesa, em março de 1838, dois meses antes de sua morte, o Príncipe de Talleyrand declarou que pouco importavam as habilidades de um embaixador ou ministro das relações exteriores: «poderão ser insuficientes se a boa fé não lhes der a garantia de que sempre necessitam. Devo declarar isto aqui a fim de destruir uma noção falsa muito aceita. Não! A diplomacia não é a ciência do estratagem e da duplicidade». ⁽²²⁾ Os representantes estran-

(19) Szilassy, p. 39.

(20) Nicolson, *Diplomacy*, p. 108.

(21) Pouco depois o Barão de Mayens, que serviria mais tarde no Rio de Janeiro como Embaixador francês, tratou de desmentir o jogo de palavras que empregara.

(22) Lindsay Rogers, «The wonder of diplomacy», em *Foreign Affairs* de janeiro de 1955, p. 317.

geiros sabiam que podiam confiar na palavra de Talleyrand, do contrário não teria sido uma das maiores figuras da política internacional.

Às vezes, um negociador mais hábil é capaz de formular uma pergunta de maneira a provocar uma resposta que o orientará. Em tais circunstâncias, os ingleses julgam que a outra parte deve, pura e simplesmente, responder que se trata de uma pergunta *indiscreta*. Em abril de 1813, Lord Malmesbury, em conselhos escritos a um jovem diplomata, salientou que nunca deveria recorrer a uma inverdade: «Se, como sucede frequentemente, uma pergunta indiscreta, que parece exigir uma resposta nítida, lhe é formulada por ministro astuto, contorne-a, considere-a uma pergunta indiscreta ou afaste-a com uma expressão compenetrada e séria: «mas nunca contradiga a afirmativa enfaticamente se for verdadeira, ou admita que seja verdadeira se falsa e de consequências perigosas». ⁽²³⁾

Mas a boa fé não exclui a prudência, a reserva e a discrição, que figuram dentre as qualidades mais apreciadas num bom diplomata. «Se souber adiantar apenas aquilo que está seguro de poder guardar, conservando sem dificuldades e habitualmente o segredo das informações e confidências que recebe, será conhecido como um homem em quem se pode confiar e os seus sucessos diplomáticos, com isso, só lucrarão. Citam-se indiscrições célebres na diplomacia, todas elas prejudiciais aos respectivos autores». ⁽²⁴⁾

Sociabilidade

A sociabilidade é uma qualidade *sine qua non* e o diplomata por mais culto e inteligente que seja nunca poderá servir satisfatoriamente ao seu país se não gozar de prestígio e de popularidade, e esses atributos andam de mãos dadas com contatos sociais. Ainda hoje há quem diga que a época dos punhos de renda foi ultrapassada, como se isso fosse fenômeno recente, quando na realidade tal diplomacia, identificada pelos norte-americanos como *candy pushing*, já estava ultrapassada quando do término da primeira guerra mundial. Falar em diplomacia de punhos de rendas só pode ser atribuído à má fé ou a um desconhecimento

(23) O texto se acha transcrito na íntegra por Satow, § 143, pp. 96-98.

(24) J. Gustavo Guerrero, «Agents diplomatiques», em *Dictionnaire Diplomatique*, vol. I. Paris, s/d, p. 48.

da diplomacia moderna, sendo que freqüentemente aqueles que a mencionam são precisamente os que buscam reavivar o pouco que ainda existe de superficial e ultrapassado da instituição.

Não há dúvida de que muitos diplomatas, perdendo a razão de ser de sua missão e os verdadeiros objetivos da ação social, transformam a sua estada no exterior numa série de viagens, recepções e jantares. A vida social constitui um importante meio de estabelecer contatos com todas as esferas oficiais e particulares do Estado acreditado, mas nunca deve ser considerada a razão de ser de uma missão. Através de recepções, mas sobretudo de reuniões menos formais, podem, o embaixador e os funcionários graduados da missão, ter maior acesso aos membros do governo e do parlamento, bem como aos banqueiros, industriais, artistas e outros líderes, cuja amizade pode ser importante para a melhoria das relações entre os dois países.

Lord Strang, referindo-se ao serviço exterior britânico, é categórico, salientando a importância dos contatos sociais no desempenho das atribuições diplomáticas. ⁽²⁵⁾ O *Plowden Report*, igualmente, opina que tais atividades (*representational entertainment*) podem ser consideradas um dos melhores meios para conseguir contatos diretos, não só em países onde as relações oficiais são fáceis, senão também naqueles em que existem dificuldades e cabe à missão diminuí-los. ⁽²⁶⁾

Diplomacia não é burocracia. No exterior o funcionário meramente intelectual, que não freqüenta a sociedade, poderá quando muito remeter longos relatórios baseados nos jornais e publicações que lhe vêm à mão. Mas os verdadeiros «furos» só serão conseguidos fora da Embaixada, através de contatos diretos, inclusive nas recepções do corpo diplomático, onde os colegas estrangeiros não hesitarão em passar adiante uma informação que poderá ser de sumo interesse. O diplomata possuidor de largo círculo de amizades poderá às vezes conseguir em dez minutos uma vantagem grande para seu governo, a qual nunca lhe seria concebida se tivesse um espírito misantropo, rixento ou insociável.

Da importância da sociabilidade, alguns diplomatas baseados em sua própria experiência não hesitam em fazer a apologia do bridge, do esporte e, sobretudo, da boa cozinha.

(25) *Lord Strang*, p. 101.

(26) *Plowden Report*, nº 170, p. 44.

Quanto ao esporte, Jusserand nos lembra: «teria causado espécie se na sua infância tivessem dito de um certo Embaixador, que na época nadava, escalonava montanhas e praticava toda a espécie de exercícios físicos, que os seus *talentos* lhe seriam úteis para fazer companhia a um chefe de Estado, o presidente dos Estados Unidos da América, junto ao qual seria acreditado». ⁽²⁷⁾

Referindo-se à boa cozinha, Rubens de Mello adverte que a mesa do diplomata «deve ser irrepreensível, para evitar epígramas digestivos, e as portas de sua embaixada ou legação abertas com freqüência para acolher, não só o mundo oficial e diplomático, senão também as personalidades de relevo do lugar onde se encontra, de par com representantes destacados de sua colônia e compatriotas de passagem. O silêncio culinário é o único que se não perdoa num diplomata. E isso porque, no estrangeiro, os países são geralmente julgados pela maior ou menor hospitalidade das suas missões. «Tenez bonne table et soignez les femmes», recomendava Napoleão aos seus embaixadores». ⁽²⁸⁾

Qualidade que não deve ser menosprezada é a pontualidade, que não é uma virtude latino-americana. Os reiterados atrasos, não obstante as explicações detalhadas, podem prejudicar a aceitação de um diplomata em determinados círculos, sendo que em certas cerimônias, às quais comparecem os chefes de Estado, o atraso pode ser muito mal interpretado.

Adaptabilidade

O diplomata que não consegue se adaptar ao posto para o qual foi lotado, dificilmente levará a bom cabo a sua missão. Antes de mais nada, o prestígio e a popularidade estarão sempre fora de seu alcance. A capacidade de adaptação é em parte inerente, mas nota-se que com o correr dos anos o diplomata experiente apenas chegado ao posto consegue logo adquirir uma situação privilegiada em todos os círculos. Com este fim, é indispensável ir disposto a gostar do país, seus habitantes e instituições, sem sofrer uma desnacionalização. Para tal, um estudo antecipado de tudo que lhe diz respeito, sobretudo de sua história, se impõe, pois nada é mais triste do que o diplomata completamente ignorante da vida da nação onde serve.

O conhecimento da língua é outro fator importante na aclimação, sobretudo se se tratar de língua exótica. Outrora,

(27) *Jusserand*, pp. 46-47.

(28) «Oração de Paraniño» (Rio de Janeiro-1957), pp. 8-9.

julgava-se que o conhecimento das línguas diplomáticas bastava; hoje essa atitude mudou completamente e nos países mais organizados um estudo prévio da língua do país é exigido, pois seu desconhecimento pode constituir uma verdadeira barreira. Além do mais, numa negociação, sempre será mais fácil saber o que a outra parte pensa se ela pode recorrer à sua própria língua.

Na já mencionada carta de Lord Malmesbury outro conselho que merece ser transcrito diz respeito à tolerância. «Nunca tente exportar hábitos e peculiaridades inglesas — escreve ele — mas trate de se conformar, na medida do possível, àqueles do país de residência, — e fazê-lo até em pequenas coisas — e nunca trate com desprezo aquilo que lhe possa parecer estranho ou absurdo. Nada contribuirá para conciliá-lo ou até integrá-lo de maneira cordial com os habitantes como tais sacrifícios de seus preconceitos nacionais em favor dos *deles*». (29) Mas os esforços de adaptação e integração devem ser pautados pelo bom senso pois os exageros podem ser prejudiciais e até mal vistos, sobretudo quando têm algo de caricato.

O embaixador de carreira ao chegar ao seu posto já virá precedido de uma reputação adquirida nos postos em que serviu anteriormente, pois o intercâmbio é tal que em toda parte encontrará colegas com amigos comuns. A reputação de pouco amigo da verdade poderá ser fatal e se deixou atrás de si fama de avaro, mal educado ou mal humorado ou inconveniente com as senhoras, verificará a necessidade de apagar semelhante reputação. O simples fato de o seu antecessor gozar de semelhante má fama no posto, o obrigará a demonstrar que o mesmo não podia ser considerado paradigma do diplomata de seu país.

Dentre as obrigações do diplomata, previstas inclusive na Convenção de Viena de 1961 e em alguns regulamentos nacionais, figura a de não se imiscuir na vida interna do país, guardando os comentários que porventura julgue apropriados aos seus relatórios confidenciais. Os comentários sobre o país, seu governo ou habitantes, por espirituosos que sejam na boca de um nacional, assumem outro caráter quando ditos por estrangeiro, sobretudo por um diplomata. O simples ato de concordar com uma crítica feita ao governo ou às instituições nacionais, pode ser apresentado de maneira desfavorável mais tarde.

A aclimatação é igualmente importante, sem ela nunca haverá «joie de vivre» ou disposição para o trabalho; mas aqui a

(29) Satow, p. 97.

vontade, ser a devida saúde, de nada adiantará ao cardíaco, enviado à cidade em grande altura; ao reumático, servindo em clima frio e úmido.

Condições de trabalho

Além das qualidades espirituais e físicas, já mencionadas, o diplomata deverá completá-las com as de trabalho, graças às quais poderá tirar o devido proveito de todas as informações colhidas nos diversos círculos do país.

A rigor, as qualidades de trabalho são ou dependem das de espírito: sem patriotismo, o diplomata será propenso a resumir a sua atividade ao aspecto mundano, relegando a plano inferior o lado burocrático de sua missão; sem o bom senso, não saberá pesar devidamente os acontecimentos tirando deles as deduções lógicas, a experiência e a paciência podem temperar o zelo excessivo, tão prejudicial às negociações.

Mas na diplomacia, como em tudo, a boa norma se encontra no meio termo: o diplomata deve reagir contra a indolência e o ceticismo (que pode ser uma justificação da própria indolência), mas não deve cair no excesso oposto. É o epigrama de Tallyrand «et surtout pas trop de zèle» é talvez uma das regras de ouro mais citadas. (30) Junto com o epigrama e, dele decorrente, existe a tendência, já mencionada, de o diplomata dar ao seu posto uma importância excessiva — falta esta que Thayer denomina de *localitis* — (31) Em suma, é a capacidade de apreciação que indicará uma orientação despida de exageros. A verdade e a imaginação, duas das quatro qualidades essenciais na opinião de Neville Bland, (32) são indispensáveis num bom diplomata, mas sobretudo no diplomata maduro, capaz de resistir à tentação de dar livres rédeas a ambas.

A discrição já mencionada rapidamente, é um dos atributos essenciais e o conselho de escutar e não falar seria perfeito se não redundasse num impasse, na hipótese de ser cumprido rigidamente por ambas as partes.

As atribuições diplomáticas soem ser classificadas em quatro grupos: representação, observação, negociação e proteção.

(30) Discute-se os termos exatos da frase.

(31) Thayer, p. 242.

(32) Satow, § 218, p. 130.

Em consequência, as qualidades variarão conforme o objetivo visado, resumindo-se, em muitos casos, no dever de informação, de transmitir ao respectivo governo os frutos das observações e negociações efetuadas. Para tanto, o diplomata deverá saber escrever bem, a fim de munir os seus superiores dos elementos necessários para a elaboração da política exterior de seu país. Não mais se admitem os extensos relatórios repletos de citações e vocábulos eruditos. Uma informação deve ser objetiva e sintética e redigida em linguagem simples e correta. Mas se a forma não deve ceder ao estilo, também não se admite na prática diplomática uma redação que se afasta excessivamente dos cânones gramaticais e estilísticos, sendo que o diplomata deve se precaver contra o uso abusivo de estrangeirismos, fenômeno esse que se verifica sobretudo nos informes econômicos e tecnológicos.

Geralmente, os ministérios possuem normas tradicionais de redação, adquiridas insensivelmente pelo diplomata através seus longos anos de aprendizagem. Uma das regras importantes de boa redação consiste em nunca abordar mais de um tema por relatório, a fim de evitar confusões.

Seja como for, a qualidade primordial de trabalho será a experiência que quase tudo ensina, dando o tirocínio necessário, apurando o dom de observação e polindo o estilo no sentido da concisão.

DISCURSO PROFERIDO PELO DOUTOR TRAJANO PUPO NETTO,
POR OCASIÃO DO BANQUETE DE ENCERRAMENTO DA VISITA
DOS FUTUROS DIPLOMATAS, AO PARQUE INDUSTRIAL PAULISTA,
SOB O PATROCÍNIO DA ANDERSON CLAYTON. SÃO PAULO,
8 DE OUTUBRO DE 1971

I — O Estado e a Empresa Privada

As imagens do Estado e da Empresa Privada ainda são apresentadas de forma incompleta — e até mesmo deturpada. Assim, a empresa privada estaria preocupada, tão somente, com a obtenção de lucros, sem atentar para a realização do bem comum. Por outro lado, o Estado estaria sempre procurando ampliar sua esfera de ação, até mesmo em detrimento do setor privado.

A realidade brasileira se encarrega de corrigir tais distorções. No Brasil, o Estado e a empresa privada dividem a responsabilidade pela estruturação e pela realização da ordem econômica e social.

São atividades que se completam, que se somam para produzir, como objetivo último e maior o crescimento acelerado do País.

Esta tem sido a filosofia da Revolução de 1964, sintetizada pelo Presidente Medici em um de seus recentes pronunciamentos: «As atividades públicas e privadas têm finalidades convergentes e harmônicas na formação da renda nacional e a validade e a oportunidade de cada setor só podem ser medidas em padrões de eficiência e produtividade.» ⁽¹⁾

II — Função Básica da Nova Diplomacia Brasileira

Falando na Escola Superior de Guerra há cerca de um mês, o Ministro Gibson Barboza afirmou que a função

(1) Discurs pronunciado em Volta Redonda — 31 de março de 1971.

básica da nova diplomacia brasileira «... não deve limitar-se a refletir, fora de nossas fronteiras, a realidade nacional» mas deve também «arremessar-se, com audácia e imaginação para que possa cumprir o seu dever principal, que é abrir horizontes para a Nação, desvendando-lhe perspectivas, propiciar progresso».

Disse mais que a diplomacia brasileira deve formular sua ação «em função da meta principal do Brasil atual, que é o desenvolvimento».

III — O Ministério das Relações Exteriores e a Empresa Privada

Para que possa cumprir sua relevante tarefa, a diplomacia brasileira tem procurado penetrar em todas as áreas da vida nacional. Ultimamente, esforços especiais vêm sendo feitos para um intercâmbio maior e mais profundo com a empresa privada. De sua parte, reconhecendo a importância fundamental da atuação dos diplomatas na promoção do Brasil no exterior, ajudando no alargamento dos atuais e na conquista de novos mercados, a empresa privada está se aproximando ainda mais do Itamaraty. Marcos fundamentais desta nova política de mútua cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores e a empresa privada, encontramos em duas medidas recentes:

- 1) A criação do cargo de Secretário-Geral Adjunto para Promoção Comercial, no início deste ano; e,
- 2) a assinatura, há cerca de duas semanas, de um convênio com a Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo para a realização de visitas de diplomatas em estágio na Secretaria de Estado e de alunos do Instituto Rio-Branco ao parque industrial brasileiro.

São providências do mais alto significado, pois ensejam a efetivação, de forma eloqüente, da colaboração entre a nova diplomacia brasileira e a empresa privada. Nós, da Anderson Clayton, sentimo-nos especialmente contentes com tais acontecimentos. Há um ano, tomamos a iniciativa de convidar os professores e alunos do Instituto Rio-Branco para uma visita às indústrias de São Paulo,

antecipando-nos, assim, na realização da idéia que orientou a assinatura do convênio acima citado.

IV — Relações Brasil-Estados Unidos

Empresa privada, de capital predominante norte-americano, a Anderson Clayton funciona no Brasil há quase quarenta anos. Durante este longo período, temos procurado nos integrar na vida deste grande País, não só promovendo, fabricando e exportando produtos brasileiros como também utilizando os recursos humanos brasileiros nos mais altos postos de nossa administração, inclusive na presidência.

Vemos, assim, com satisfação o alto contexto em que o Ministro Gibson Barboza coloca as relações Brasil-Estados Unidos:

«A cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos da América é histórica, indispensável e se reveste de importância especial, quer se traduza em relações de Estado a Estado, quer se materialize sob a forma dos crescentes investimentos privados norte-americanos no Brasil, quer através da preponderante participação daquele país em organismos internacionais de financiamento». Aduziu que «as divergências entre o Brasil e os Estados Unidos recebem, como é natural, a atenção prioritária dos órgãos de divulgação; isto, entretanto, obscurece uma realidade mais ampla e positiva, que é a boa qualidade das relações entre os dois países». (1)

(1) Conferência proferida na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro «O Estado de São Paulo» de 3/9/1971, pg. 8).

ANEXOS

ATIVIDADES EM 1971

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA PARA O ANO DE 1971

Proseguiram em janeiro de 1971 os Exames da 2ª Fase do Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que teve início em dezembro de 1970: exames de sanidade e capacidade física realizados no Instituto de Seleção, Controle e Pesquisa da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Octavio Almerindo Ferreira e exames de sanidade e capacidade psíquica efetuados nos Institutos de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela seguinte comissão: Doutor José Leme Lopes, presidente; Doutores Rawlinson Prestes Lemos e Jaques Vieira Engel e Psicólogos Júlia Maria de Almeida Chermont e Andréa de Castro Coelho Cintra. Como coordenador dos referidos exames foi designado o Doutor Fernando Cardoso de Souza, chefe do Serviço de Assistência Médica da Delegação do Ministério das Relações Exteriores na Guanabara.

A comissão encarregada de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Conselheiro Othon Guimarães, presidente; Conselheiro Ayrton Gonzalez Gil Dieguez e Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e Silva.

Submeteram-se a esses exames 74 candidatos: 25 aprovados nas provas de seleção prévia e 49 (*) anteriormente habilitados.

MOVIMENTO GERAL

Convocados	74
Desistentes	10
Inabilitados	20
Habilitados	44

(*) Portaria nº 14, de 13 de agosto de 1969, do Diretor do Instituto Rio-Branco.

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas vestibulares finais se realizaram de 4 a 25 de março.
A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, e assessorada pelo Ministro Jorge Alberto de Seixas Corrêa e pelo Conselheiro Othon Guimarães, ficou assim constituída:

Português

Professores Jesus Bello Galvão e
Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores Jacques Auger e
George Rollet

Inglês

Professores Kenneth James Payne e
Gilbert C. Brown

Geografia

Professoras Bertha Koiffmann Becker e
Maria do Carmo Corrêa Galvão

História do Brasil

Professores Américo Lourenço Jacobina Lacombe e
José Sales Tiné

História Mundial

Professores Pedro Freire Ribeiro e
Antonio Traverso

Direito

Professor Theophilo de Azeredo Santos e
Desembargador Moacir Rebelo Horta

MOVIMENTO GERAL

MATÉRIAS	PRESTARAM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português.....	42 (*)	16	26
Francês.....	26	5 (2 em ambas as matérias e 3 em inglês)	21
Inglês.....			
Geografia.....			
História do Brasil.....	21	6 (5 em geografia e 1 em História do Brasil)	15
História Mundial.....	15	—	15
Direito.....			

Dos 15 candidatos aprovados, 1 não obteve média global.

Foi a seguinte a classificação final:

Carlos Antonio da Rocha Paranhos
René Loncan Filho
Jorge d'Escagnolle Taunay Filho
Flávio Roberto Bonzanini
Pedro Motta Pinto Coelho
Kywal de Oliveira
Helio Magalhães de Mendonça
Francisco Campos de Oliveira Pena
Ricardo Carvalho do Nascimento Borges
Antonino Marques Porto e Santos
Paulo Américo Veiga Wolowski
Ilka Maria Lehmkuhl Trindade Cruz
Sergio Eduardo Moreira Lima
Ruy de Lima Casaes e Silva

Fizeram jus às medalhas de prata e bronze do «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», correspondente aos 1º e 2º lugares no Exame Vestibular, os candidatos Carlos Antonio da Rocha Paranhos e René Loncan Filho.

(*) Dos 44 candidatos habilitados às provas finais, 2 não compareceram à 1ª prova.

Inglês

Professores Kenneth James Payne e
Gilbert Brown

As bancas das provas orais de Francês e de Inglês foram
constituídas pelos titulares das respectivas cadeiras.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA

Geografia Política

Professora Bertha Koiffmann Becker

Pensamento Político Contemporâneo

Secretário Marcílio Marques Moreira,
Professores Alberto Venâncio Filho (substituto) e
Antonio Estevam de Lima Sobrinho (Cibernética)

História das Relações Exteriores do Brasil

Professor Vicente Costa Santos Tapajôs

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Economia

Professor Alfredo Luiz Baumgarten Júnior

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Direito Comercial

Professor Theophilo de Azeredo Santos

Direito Constitucional

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

CORPO DISCENTE

Cursaram o 1º Ano os 14 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado de dezembro de 1970 a março de 1971. Dentre os componentes da turma, 2 alunos não conseguiram a média mínima exigida na Cadeira de Economia devendo, portanto, submeter-se a exame de 2ª época, conforme previsto no § 1º do Art. 17 do Regulamento do Instituto Rio-Branco. Seguem, relacionados na ordem de classificação, os alunos acima mencionados:

Carlos Antonio da Silva Paranhos
Kywal de Oliveira
Antonino Marques Porto e Santos

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA
DE DIPLOMATAS

(C. P. C. D.)

Em 1971, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 8 de março e terminou a 26 de novembro, com o seguinte desdobramento:

1º Ano

1º período — 5 de abril a 9 de julho

2º período — 9 de agosto a 26 de novembro, seguido das
provas finais.

2º Ano

1º período — 8 de março a 2 de julho

2º período — 9 de agosto a 26 de novembro, seguido das
provas finais.

1º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias nºs 4, 6, 10 e 13, respectivamente de 25 de fevereiro, 1º de abril, 14 de junho e 21 de setembro de 1971, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS

Português

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores André Selon,
Jacques Auger e
Maria Cândida Penido Burnier (substituta)

Jorge d'Escragnolle Taunay Filho
 Pedro Motta Pinto Coelho
 Ricardo Carvalho do Nascimento Borges
 Flávio Roberto Bonzanini
 Ruy de Lima Casaes e Silva
 Paulo Américo Veiga Wolowski
 Sergio Eduardo Moreira Lima
 Helio Magalhães de Mendonça
 Ilka Maria Lehmkuhl Trindade Cruz
 René Loncan Filho
 Francisco Campos de Oliveira Pena

2º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias do Diretor do Instituto Rio-Branco, nºs 4, 6, 9 e 15, respectivamente de 25 de fevereiro, 1º de abril, 24 de maio e 8 de novembro, e pela Portaria Ministerial de 4 de março, foram designados os seguintes professores:

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS

Português

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores Jacques Auger,
 André Selon e
 Maria Cândida Penido Burnier (substituta)

Inglês

Professores Kenneth James Payne e
 Gilbert C. Brown

As bancas das provas orais de Francês e de Inglês foram constituídas pelos titulares das respectivas Cadeiras.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA

Política Internacional

Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Economia

Professor Moacyr Antonio Fioravante

Problemas Econômicos Contemporâneos

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Direito Constitucional

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

Direito Internacional Público

Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches

Direito Internacional Privado

Professores Haroldo Teixeira Valladão e
 Hilton Rios (substituto)

DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores

Ministro Frederico Carlos Carnaúba e
 Secretário Bernardino Raimundo da Silva (substituto)

CORPO DISCENTE

Integrou a turma do 2º Ano do C.P.C.D. um aluno que não conseguiu média global em 1970. Seguem, relacionados na ordem de classificação final, os 14 alunos que concluíram o curso:

Valdemar Carneiro Leão Neto
 Elisabeth Helena Pereira Erdos
 Maria Elisa de Bittencourt Berenguer
 Marília Mota Sardenberg
 Pedro Mario Lavenère Wanderley Mariani
 Cesario Melantonio Neto
 Valtér Pecly Moreira
 Carlos José Middeldorf
 Mario Ernani Saade
 João Alfredo Pinheiro Monteiro
 Irene Pessôa de Lima Câmara
 Vital Fernando Lopes de Souza
 Celso Lemos da Costa Bello
 Sebastião Neves

Fizeram jus ao «Prêmio Rio-Branco» os alunos Valdemar Carneiro Leão Neto — medalha de ouro, 1º lugar e Elisabeth Helena Pereira Erdos — medalha de prata, 2º lugar.

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 544 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

CONFERÊNCIAS

Dentro da programação do C.P.C.D. foi organizada a seguinte série de conferências:

A Importância do Estudo das Fronteiras do Brasil — Embaixador Alvaro Teixeira Soares

A Cartografia como Instrumento Fundamental para o Conhecimento do Território — Professora Isa Adonias

Educação para o Desenvolvimento — Ministro Jarbas Pasarinho

Alguns Aspectos da Política Externa da Venezuela — Doutor Marcial Perez Chiriboga (Diretor de Política Internacional do M.R.E. da Venezuela)

O Papel Extra-militar das Forças Armadas na América Latina — Coronel Arthur Moura (Adido Militar Americano)

Cooperação Externa como Instrumento para o Desenvolvimento Económico Nacional — Ministro Francisco de Assis Grieco

A Atuação do Brasil na UNCTAD — Secretário Carlos Luiz Coutinho Perez

L'Inde et le Monde Actuel — Monsieur Yves Pellé (da Aliança Francesa)

Promoção Comercial — Conselheiro Paulo Tarso Flecha de Lima

Mar Territorial — Senhor Henri Pierre Arphang Senghor, Embaixador do Senegal

A Área Económica do Itamaraty — Ministro Ronaldo Costa

«INTELSAT» — Senhor Richard Collins

Secretaria Geral Adjunta para Organismos Regionais Americanos — Ministro Espedito de Freitas Resende

Problema Racial — Senhor Amadou N'Jova (Representante do Tchad, na ONU, na Comissão sobre Discriminação Racial)

«Nouveaux Aspects des Relations Internationales dans l'Après-guerre» — Professor Jacques Vernant (Secretário do «Centre d'Études de Politique Étrangère»)

Nordeste — Doutor Marcus Vinicius Villaça (Secretário do Governo do Estado de Pernambuco)

Problemas Económicos Contemporâneos — Professor Jacques Vernant

Natureza Jurídica das Missões Especiais — (Tratado de Nova York) — Professor Herbert Arbuet Vignoli (da Universidade de Montevideu)

A Constante da Política Externa de Portugal — Doutor José Manoel Fragoso, Embaixador de Portugal

Mercado Comum — Barão Paternotte de la Vaillée, Embaixador da Bélgica.

VISITAS

Em cumprimento ao programa de estudos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que compreende viagens a importantes centros do País para propiciar aos futuros diplomatas um maior conhecimento da realidade nacional, foram organizadas, em 1971, as seguintes visitas:

I — Estado do Espírito Santo

Em meados de agosto, a convite do Governador do Estado do Espírito Santo, Doutor Artur Carlos Gerhard Santos, e da Direção da Companhia Vale do Rio Doce, os alunos do 2º Ano do C.P.C.D. realizaram uma viagem a Vitória, chefiada pelo Secretário Bernardino Raimundo da Silva, da qual tomaram parte duas funcionárias administrativas deste Estabelecimento de Ensino.

Nessa visita sumamente proveitosa, os futuros diplomatas puderam tomar conhecimento das realidades e possibilidades brasileiras no importantíssimo setor da exportação do minério de ferro. Foi cumprido o programa a seguir:

Dia 16:

Chegada às primeiras horas da manhã. Visita à Companhia Vale do Rio Doce. Palestra sobre as atividades do Porto de Ilubairão proferida pelo Superintendente daquele porto, Engenheiro Júberto Daniel. Almoço no Porto de Tubarão, na residência que hospeda o presidente da Companhia, após o qual o aluno Valdemar Carneiro Leão Neto agradeceu à direção da Vale do Rio Doce a oportunidade daquela visita. À tarde, visita à Fábrica de Bombos Garoto, fabricados com o cacau vindo da Bahia. Visita ao Convento da Penha. Jantar informal em restaurante típico da cidade.

Dia 17:

Visita às fábricas Realcafé Solúvel do Brasil e Braspérola de tecidos, equipadas com os mais modernos processos em termos de maquinaria e técnica industrial. Almoço oferecido por Sua Excelência o Governador do Estado no Iate Clube de Vitória. Palavras de agradecimento do Secretário Bernardino Raimundo da Silva. À tarde, visita turística à cidade, Vila Velha, Três Praias e Guarapari. À noite, regresso de ônibus.

II — Refinaria Duque de Caxias e Fábrica de Borracha Sintética

No dia 24^o de setembro, realizaram os alunos do 2^o Ano do C.P.C.D. uma visita ao conjunto da PETROBRÁS, em Duque de Caxias.

Na parte da manhã, assistiram a duas conferências, participando dos debates subsequentes. A primeira, proferida pelo Engenheiro Maurício Correia, Superintendente da Refinaria Duque de Caxias, versou sobre a estrutura e funcionamento do conjunto, assim como sobre o papel da empresa no processo de desenvolvimento. Na segunda, o Superintendente da Fábrica de Borracha Sintética, Engenheiro Paulo Pessoa de Lima Câmara, discorreu sobre a produção da FAVOR, ilustrando sua palestra com projeções.

Após o almoço que lhes foi oferecido, os alunos percorreram os diversos setores da Refinaria da PETROBRÁS.

III — São Paulo

No período de 5 a 9 de outubro, a convite da Anderson Clayton S.A., os alunos do 2^o Ano do C.P.C.D., acompanhados do Secretário Adhemar Bahadian, Chefe da Seção de Assuntos Comerciais da Delegação do M.R.E. na Guanabara, visitaram, em viagem de estudos, a cidade de São Paulo.

O programa procurou colocar os futuros diplomatas em contato com a realidade e os problemas do parque industrial e da economia paulista em geral, sobretudo no setor de exportação. Visitas de caráter cultural completaram o roteiro da viagem.

Dia 6:

Chegada às primeiras horas da manhã a São Paulo. Reunião com a diretoria e a assessoria de Comércio Exterior da Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo). A convite da diretoria da Fiesp, os alunos assistiram à conferência do Professor Paulo Meneses Mendes da Rocha sobre o tema «Navegação Fluvial», realizada em sessão plenária, tendo participado dos debates subsequentes. À noite, visita à Bienal.

Dia 7:

Pela manhã, visita aos escritórios centrais da Anderson Clayton, onde o Presidente da empresa, Dr. Trajano Pupo Netto, fez um breve relato das atividades principais de sua organização: exportação de produtos básicos (café, algodão) e a exploração, fabrico e comercialização de óleos vegetais e rações. Almoço no Automóvel Clube oferecido pela Anderson Clayton. À tarde, visita ao Palácio Bandeirantes para audiência com Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Doutor Laudo Natel. Palestra do Secretário de Economia e Planejamento do Estado, Professor Miguel Colossuono, sobre «A Economia Paulista e o Setor Exportador».

Dia 8:

Pela manhã, os alunos percorreram as instalações da Fábrica Mercedes Benz, em São Bernardo do Campo. Almoço oferecido pela direção da empresa. À tarde, visita ao Masp (Museu de Arte de São Paulo). O programa encerrou-se à noite, com um jantar no Jockey Clube de São Paulo, oferecido pela direção da Anderson Clayton, com a participação de elementos convidados. Na ocasião, o Secretário Adhemar Bahadian agradeceu a oportunidade de tão proveitosa visita e o Dr. Trajano Pupo Netto pronunciou um discurso que se encontra noutra seção do presente Anuário.

Dia 9:

Retorno ao Rio de Janeiro.

IV — Nordeste — Bahia, Pernambuco e Paraíba

No período de 24 a 31 de outubro a convite dos Senhores Governadores Antonio Carlos Magalhães, da Bahia, Eraldo Gueiros Leite, de Pernambuco e Ernani Satyro, da Paraíba, os alunos do 2^o Ano do C.P.C.D. realizaram uma viagem de estudos àqueles Estados. Foram acompanhados do Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva e de duas funcionárias administrativas deste Estabelecimento de Ensino.

O programa organizado procurou atender aos interesses profissionais dos alunos, que puderam adquirir uma visão mais completa do Brasil, constatando o atual estágio de desenvolvimento daquela região do país e conscientizando-se a respeito dos seus principais problemas.

Salvador

Considerando o valor do patrimônio histórico, cultural e artístico da Bahia e a notável potencialidade turística dessa região, o

roteiro da viagem não poderia deixar de conter uma série de visitas aos locais históricos e aos tesouros artísticos do Barroco brasileiro da cidade de Salvador onde foi cumprido o seguinte programa:

Dia 24:

Chegada ao Aeroporto 2 de Julho. Os alunos foram recebidos pelo Senhor Geraldo Bensabath, representante do Governo do Estado. Passeio pelos principais locais do centro da cidade: Palácio dos Despachos, Elevador Lacerda, Santa Casa da Misericórdia, Praça da Sé. Visitas à Catedral Basílica e à Igreja e Convento de São Francisco. Passeio pelas praias, percorrendo toda a orla marítima.

Dia 25:

Passeio pelos mais importantes locais da cidade: Pelourinho, Campo Grande, Novo Mercado Modelo, Cruz do Paschoal. Visitas à Igreja da Conceição da Praia, Igreja e Convento do Carmo, Colina do Bonfim, Forte e Capela de Montserrat. Visita ao Museu Carlos Costa Pinto. Comparecimento à Sessão solene de abertura do II Encontro de Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, que foi presidida por Sua Excelência o Senhor Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e Cultura e se realizou no Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia. Constarão da cerimônia a saudação de Sua Excelência o Governador do Estado da Bahia, Senhor Antonio Carlos Magalhães e a exposição do Doutor Renato Soeiro, Diretor da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de alguns números musicais.

Dia 26:

Visita ao Centro Industrial de Aratu, onde os alunos foram recebidos pelo Superintendente Elmo Serejo Farias. Houve uma palestra a cargo do Senhor William Mota sobre as instalações e a filosofia de planejamento industrial, habitacional e social da área do Centro Industrial. Audiência com Sua Excelência, o Governador do Estado da Bahia, Senhor Antonio Carlos Magalhães, no Palácio da Aclamação. Os alunos foram apresentados pelo Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. O

aluno Cesário Melantonio Neto agradeceu o convite para a visita e manifestou a satisfação da turma em conhecer a Bahia. Visita ao Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, localizado no Convento de Santa Theresa.

Dia 27:

Dia livre.

Dia 28:

Partida para Pernambuco.

Recife

Dia 28:

Chegada ao Aeroporto dos Guararapes às 10,00 horas, onde os alunos foram recebidos pelo Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, que já se encontrava no Recife, e pelo Doutor Marcus Vinicius Villaça, Secretário do Governo do Estado e Presidente da Academia Pernambucana de Letras. Visita à nova sede da Academia, posteriormente inaugurada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barboza. A Academia acha-se localizada em um solar antigo restaurado em toda sua autenticidade. Almoço no Cottonificio Capibaribe após o qual os alunos percorreram suas instalações. Visita ao Distrito Industrial de Paulista, magnífico exemplo do progresso industrial de Pernambuco. Jantar no Restaurante Côte d'Azur oferecido pelo Secretário do Governo do Estado de Pernambuco e Senhora.

Dia 29:

Visita à Sudene onde o Superintendente se colocou à disposição dos alunos para perguntas referentes às atividades daquele órgão. Visita ao Moinho Recife. Almoço no Moinho Santista. Visita à sede do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco — CONDEPE, onde foram proferidas palestras sobre a situação sócio-econômica do Estado, às quais se seguiram debates. Visita ao atelier do ceramista Francisco Brennand, artista pernambucano de renome nacional por seu magnífico trabalho em azulejaria. À noite, show folclórico no Pátio de São Pedro.

Dia 30:

A comitiva foi recebida na Prefeitura de Olinda, a que se seguiu visita às principais atrações turísticas da cidade, terminando com um lanche no Mercado da Ribeira, antigo mercado de escravos, hoje centro artesanal.

João Pessoa

Após a visita a Olinda, a comitiva do Instituto Rio-Branco seguiu de ônibus para João Pessoa onde foi recepcionada por Sua Excelência o Governador do Estado, Doutor Ernani Satyro.

Tendo visitado o magnífico Hotel Tambaú, recém-inaugurado, na praia do mesmo nome, seguiram os alunos para o Restaurante do Porto, onde o Governador lhes ofereceu um típico almoço nordestino, findo o qual, a aluna Irene Pessoa de Lima Câmara dirigiu, em nome da turma, umas breves palavras de agradecimento pela oportunidade de um maior contato com o Estado da Paraíba oferecida aos alunos do Rio-Branco.

Seguiram-se ao almoço: visita à Igreja de São Francisco, obra-prima do barroco brasileiro, rápido passeio pela cidade e pelas praias, visita ao Mosteiro de São Bento, de onde se descortina belíssima vista da Praia de Tambaú.

Sempre acompanhados pelos funcionários da Secretaria de Turismo e pelo próprio Secretário, Doutor Noaldo Dantas, os alunos permaneceram em João Pessoa até cerca de 5 horas da tarde, quando então retornaram a Recife.

VISITA DA «ORGANIZAÇÃO DE ESTUDANTES URUGUAIOS DE DIPLOMACIA»

No mês de outubro o Instituto Rio-Branco recebeu um grupo de alunos da «Organização de Estudantes Uruguaios de Diplomacia» da Universidade de Montevideu, que veio chefiado pelo Professor Herbert Arbuet Vignoli, tendo como objetivo principal da viagem entrar em contato com os alunos do Instituto Rio-Branco e obter informações sobre os métodos de seleção do pessoal diplomático brasileiro, as exigências para o ingresso na carreira e o currículo do Instituto. Para tanto, o Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva realizou uma palestra explicativa da Carreira Diplomática no Brasil, ocasião em que foi distribuída uma série de publicações informativas aos estudantes.

Na oportunidade da visita, os alunos assistiram a uma conferência do Professor Jacques Vernant, Secretário do «Centre d'Etudes de Politique Étrangère», que versou sobre «Problèmes Mone-taires Internationaux».

O Professor Herbert Arbuet foi convidado a proferir uma palestra sobre «O Estatuto Jurídico das Missões Especiais na Convenção de Nova York, de 1969».

A comitiva de estudantes uruguaios foi homenageada com um almoço, no Palácio Itamaraty, do qual participaram alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Por iniciativa do Instituto Rio-Branco, os referidos estudantes fizeram um curso intensivo sobre Direito do Mar, no Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, fazendo jus a um certificado.

1968 e 3 da turma do C.P.C.D. de 1968, que por motivo justificado não puderam cursá-lo em 1970. A classificação final foi a seguinte:

Gelson Fonseca Junior
Sérgio Ney Medeiros de Carvalho
Guilherme Fausto da Cunha Bastos
Elim Saturnino Ferreira Dutra
Lúcio Pires de Amorim.
Raul E. Aranha d'Escagnolle Taunay
Luiz Fernando de Freitas Ligiéro
Fausto Fernando Rocha Cardona
Haroldo Teixeira Valladão Filho
Ricardo Luiz Vianna de Carvalho
Luiz Sérgio Gama Figueira
André Mattoso Maia Amado
Antonio José Telles Bueno
Roberto Pessôa da Costa
Luiz F. de Oliveira e Cruz Beneditini
Celso Marcos Vieira de Souza
José Vicente de Sá Pimentel
José Augusto Lindgren Alves
Clovis Abuhamad
Joaquim Arnaldo de Paiva Oliveira
Washington Luiz Pereira de Sousa Neto
Almir Franco de Sá Barbuda
Tomas Mauricio Guggenheim
Annamaria A. Mosella Portella
Carlos Alberto Ferreira Guimarães
Luiz Tupy Caldas de Moura
Lucia Patriota de Moura
Antonino Lisboa Mena Gonçalves
Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado
Margarida Zobarán
Oswaldo Eurico Balthazar Portella
Renato Xavier
Armando Vitor Boisson Cardoso
Ronaldo Edgar Dunlop
José Alfredo Graça Lima
Marcos Borges Duprat Ribeiro
Sérgio Elias Couri
Antônio Carlos Vêreza Coutinho
Wilmary Dias Maciel
Ronaldo de Campos Vêras

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

CURSO DE PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

(C.P.)

O Curso de Prática Diplomática e Consular previsto nos artigos 26 e seu parágrafo único e 27 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, regeu-se pela Portaria nº 231, de 11 de julho de 1968, e foi realizado no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, no período de 27 de setembro a 8 de novembro.

PROFESSORES

Pela Portaria nº 12, de 16 de setembro de 1971, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

Prática Diplomática I

Ministro André Teixeira de Mesquita.

Prática Diplomática II

Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e Silva.

Prática Consular

Conselheiro Raymundo Nonato Loyolla de Castro.

Promoção Comercial

Conselheiro Paulo Tarso Flecha de Lima

Organização e Administração de Chancelarias

Ministro Dário Moreira de Castro Alves

Comunicações

Secretário Jorge Carlos Ribeiro.

ALUNOS

Integraram a turma do C.P. 40 diplomatas; 35 da turma do C.P.C.D. de 1969, 2 que terminaram o Concurso de Provas em

APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS LOTADOS NO EXTERIOR

Dentro do programa de aperfeiçoamento profissional no exterior, previsto no art. 29 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foram contemplados com auxílio financeiro, nos termos das circulares ns. 6.681, de 26 de abril de 1967 e 443, de 25 de fevereiro de 1971, os seguintes diplomatas matriculados em Universidades estrangeiras — alguns continuando os cursos anteriormente iniciados e outros matriculados no corrente ano:

Secretário Carlos Eduardo Paes de Carvalho — 1970/71 — E.U.A. — George Washington University — (Graduate School of Economics) — História do Pensamento Econômico, Teoria Microeconômica (2ª parte), Economia Internacional (1ª parte) e Distribuição de Rendas.

Secretário Christiano Whitaker — 1971 — E.U.A. — American University — (School of Government and Public Administration — SGPA) — Política e Governos Norte-Americanos, Política Comparada das Sociedades em Vias de Desenvolvimento, Pensamento Político Contemporâneo, Introdução à Antropologia Cultural e Teoria das Relações Internacionais. Cursos em nível «undergraduate» exigidos para posterior ingresso no Curso de «Master of Arts in International Studies».

Secretário Guilherme Raymundo Barbedo Arroio — 1971 — E.U.A. — Georgetown University — «Intermediate Economic Theory (Microeconomics)», «Elements of Statistics I», «Intermediate Economic Theory (Macroeconomics)» e «Elements of Statistics II». Cursos em nível «undergraduate» exigidos para posterior ingresso na «Graduate School of Economics».

Ministro João Paulo da Silva Paranhos do Rio-Branco — 1968/69/70/71 — E.U.A. — Tulane University — Doutorado em Economia — Aprovado nos «Preliminary Examinations». Em preparo de Tese.

Ministro Luiz Benjamin de Almeida Cunha — 1971 — E.U.A. — Loyola University — Curso de Ciência Política: Organização da Comunidade Mundial.

Conselheiro Othon do Amaral Henriques Filho — 1971 — Colômbia — Universidad de los Andes — (Faculdade de Engenharia e Economia) — Programa de Alta Gerência.

Secretário Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur — 1970/71 — Inglaterra — London School of Economics and Political Science — «Master» em Economia.

Secretário Rubem Amaral Júnior — 1970/71 — E.U.A. — The American University — (School of International Service) — «Master of Arts in International Studies».

Secretário Rubens Antônio Barbosa — 1971 — Inglaterra — University of London — (Institute of Latin American Studies) — «Master» em «Area Studies (Latin America)».

Secretário Samuel Pinheiro Guimarães Neto — 1968/69/70/71 (1.º semestre) — E.U.A. — Boston University — (Graduate School) — «Master» em Economia.

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Guilherme Fausto da Cunha Bastos

Brasília (*) — Conselheiro Arnaldo Rigueira
Curitiba — Secretário Luiz Fernando de Freitas Ligiéro
Porto Alegre — Secretário Arnaldo Carrilho
Salvador (**) — Secretário Cristovam de Oliveira Araújo Filho

São Paulo — Secretário Leonardo Marques de Albuquerque Cavalcanti

MOVIMENTO GERAL

Inscritos	260
Dispensados das provas (***)	37
Sujeitos às provas	223
Desistentes	
Antes das provas	99
Durante as provas	13
Submeteram-se às provas	111
Homens	85
Mulheres	26
Aprovados	27

Rio de Janeiro 20 (3 do sexo feminino); Brasília 4 (2 do sexo feminino); Salvador 1; São Paulo 2 (1 do sexo feminino).

As 2ª e 3ª fases do Exame Vestibular prosseguirão no início do próximo ano.

(*) 1 candidato de Brasília fez a 1ª prova no Rio e desistiu em Francês.

(**) Os 4 candidatos de Recife prestaram exames em Salvador.

(***) Portaria nº 11, de 2 de agosto de 1971, do Diretor do Instituto Rio-Branco.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA PARA O ANO DE 1972

O Exame Vestibular ao C.P.C.D. para o ano letivo de 1972 regeu-se por Edital de 2 de agosto de 1971, do Diretor do Instituto Rio-Branco, e pelos Programas e Instruções, aprovados, respectivamente, pelas Portarias Ministeriais nº 268 e 269, de 14 de janeiro de 1969.

Nos termos do Regulamento em vigor, o Exame Vestibular efetua-se em três fases:

- prova de Seleção Prévia;
- exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista;
- provas vestibulares finais.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

As inscrições para as provas de Seleção Prévia permaneceram abertas de 6 de setembro a 29 de outubro. As provas se efetuaram nos dias 1.º e 2 de dezembro no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador e São Paulo.

A banca examinadora, presidida pelo Conselheiro Othon Guimarães, Diretor, substituto, do Instituto Rio-Branco, ficou assim constituída:

Português

Professores: Jesus Bello Galvão e
Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores: Jacques Auger e
Daniel Benson

Inglês

Professores: Kenneth James Payne e
Susan R. Garcia

CURSOS ESPECIAIS

(C.E.)

LÍNGUA ALEMÃ

Realizou-se de 21 de maio a 16 de novembro o Curso de Língua Alemã, ministrado em colaboração com o Instituto Cultural Brasil-Alemanha.

Pela Portaria n.º 8, de 19 de maio de 1971, do Diretor do Instituto Rio-Branco, foi designada professora a Senhora Gretchen Becker.

Embora não seja obrigatório o aprendizado do Alemão, inscreveram-se no Curso 18 dos 28 alunos do C.P.C.D. — 1.º e 2.º Anos. Além dos alunos, inscreveu-se um funcionário da Carreira de Diplomata. As aulas tiveram o mesmo regime disciplinar dos demais idiomas ensinados no C.P.C.D.

O Senhor Ministro de Estado, considerando de grande utilidade para o Itamaraty a existência de um número significativo de Diplomatas com conhecimento da língua Alemã, mandou incluir menção especial nos assentamentos dos que concluírem o Curso com bom aproveitamento.

Terminaram o ano letivo de 1970 os alunos abaixo relacionados: (*)

Aloysio Marés Dias Gomide
Carlos José Middeldorf
Francisco Campos de Oliveira Pena
Ilka Maria Lehmkuhl Trindade Cruz
João Alfredo Pinheiro Monteiro
Kywal de Oliveira
Maria Elisa de Bittencourt Berenguer
Pedro Motta Pinto Coelho
Ricardo Carvalho do Nascimento Borges
Sérgio Eduardo Moreira Lima
Valter Pecy Moreira
Vital Fernando Lopes de Souza

(*) 6 alunos submeter-se-ão aos exames finais no início do próximo ano.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

No início de 1971, foi publicado o 2.º tomo da obra «História do Brasil nos Velhos Mapas», de autoria de Jaime Cortesão. Devido ao transcurso de tempo entre a entrega dos originais e sua publicação, fez-se necessário apor notas a alguns trechos deste volume, tarefa confiada à Chefe da Mapoteca do Itamaraty, Professora Isa Adonias.

Com a tiragem de 1.000 exemplares foi entregue, pelo Departamento de Imprensa Nacional, o Anuário do Instituto Rio-Branco relativo ao ano de 1970, organizado e revisto nesta seção.

As citadas publicações, selecionadas segundo o interesse que poderiam despertar, foram enviadas a professores, historiadores, universidades e demais instituições culturais brasileiras e estrangeiras. A seção se ocupou ainda da remessa, a internacionalistas e a várias universidades, da «Conferência de Viena sobre o Direito dos Tratados», trabalho de autoria do Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, Chefe da Delegação do Brasil àquela Conferência e signatário da Convenção.

O movimento geral das publicações distribuídas, incluindo obras anteriormente editadas pelo Instituto, atingiu o total de 2.165 volumes.

No decorrer do ano foi atualizada a Legislação do Instituto Rio-Branco e organizado o Anuário referente a 1971.

Os originais do livro «Direito Comercial Internacional», de autoria do Professor Theóphilo de Azeredo Santos, foram encaminhados ao Chefe do Departamento de Administração deste Ministério, a fim de serem submetidos à apreciação da Secretaria Adjunta para Promoção Comercial, que certamente dará o seu apoio à publicação dessa obra do maior interesse não só para os alunos do C.P.C.D. como para todos os funcionários da Carreira de Diplomata.

BIBLIOTECA

A volta do Instituto Rio-Branco ao Palácio Itamaraty trouxe a seus alunos a vantagem de poderem contar com mais farto material de pesquisa, oferecido pela consulta simultânea às bibliotecas do IRBr. e MRE. Em consequência, tornou-se possível uma redução nas despesas com a aquisição de material bibliográfico, por se tornar supérflua a duplicação de coleções não diretamente ligadas ao currículo escolar.

Estabeleceu-se, outrossim, maior colaboração entre as duas bibliotecas para a formação da biblioteca do Ministério das Relações Exteriores em Brasília. Dentro deste plano, entraram em acordo o Chefe do Departamento de Administração, a Diretoria do Instituto e a Biblioteca do Itamaraty para transferência das principais coleções de periódicos da Biblioteca do IRBr. para Brasília, passando os alunos a consultar a coleção de periódicos da DELEGUAN, à qual foi incorporada grande parte de publicações pertencentes à Biblioteca do Instituto.

No decorrer do ano, foram feitas 213 aquisições (61 obras, 121 volumes e 92 folhetos), sendo 106 por compra e 107 por doação. Em 31 de dezembro de 1971 o acervo geral atingia um total de 12.648 livros.

Em prosseguimento ao intercâmbio mantido com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, foram enviadas ao SIC (Serviço de Intercâmbio de Catalogação) e ao CCo (Catálogo Coletivo), respectivamente, 279 e 310 fichas de colaboração, e recebidas, por encomenda, 320 fichas principais e 1.911 secundárias.

O Setor de Empréstimo atendeu a alunos do Instituto, funcionários do Ministério das Relações Exteriores — inclusive lotados em Brasília — e estudiosos alheios à Casa. Pelo sistema de empréstimo entre bibliotecas foram solicitadas à Fundação Getúlio Vargas 14 obras para complementação dos estudos dos alunos do CPCD. Executadas as consultas na sede, a Biblioteca computou o seguinte movimento de empréstimo: 992 livros e 170 periódicos.

Em homenagem aos doadores das maiores coleções de seu acervo, a Biblioteca do Instituto Rio-Branco foi dividida em dois setores, que receberam os nomes dos Embaixadores Rubens Ferreira de Mello e Octávio Augusto Dias Carneiro.

C. P. C. D.

TURMA DE 1971

CARLOS JOSÉ MIDDELDORF — (Estado da Guanabara)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de bronze, 2º lugar. Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969). Completou o 1º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

CELSON LEMOS DA COSTA BELLO — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969). Diploma Superior de Estudos Práticos da Associação de Cultura Franco-Brasileira (1965). «Lower and Proficiency Certificates in English» da Universidade de Cambridge.

CESÁRIO MELANTONIO NETO — (Estado de São Paulo)

Aluno do Curso de Bacharelado (4º ano) da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Curso completo de Língua Inglesa da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. «Lower and Proficiency Certificates in English» da Universidade de Cambridge. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. «Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (3e degré)» — Université de Nancy. (Curso completo de Língua e Literatura Francesa da Associação de Cultura Franco-Brasileira). Curso de Especialização de Tradutores e Interpretes (Inglês-Português-Inglês). Curso Especial sobre as Nações Unidas — Instituto Rio-Branco. Curso sobre «O Constitucionalismo Brasileiro e suas Raízes Franco-Anglo-Americanas» da Associação Interamericana de Direito Comparado. Curso sobre «Problemas do Desenvolvimento Brasileiro e Experiência Histórica Brasileira» do Centro de Pesquisas de História Econômica do Brasil. Curso sobre «Aspectos Quantitativos da História Econômica do Brasil» da Associação Universitária Santa Ursula. «Curso de Administração para o Desenvolvimento» da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara. Completou o 1º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco. Participante do X «Brazilian Student Leader Seminar on United States Culture and Civilization» realizado na Universidade da Califórnia, Los Angeles.

ELISABETH HELENA PEREIRA ERDOS — (Estado da Guanabara)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de prata, 1º lugar. Prêmio Rio-Branco — Medalha de prata, 2º lugar. Curso até o 3º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Certificado de conclusão do Curso de Didática de Inglês expedido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara (1967). «Lower and Proficiency Certificates in English» da Universidade de Cambridge. Curso completo de Inglês na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Curso até o 3º ano da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Curso sobre Problemas do Mar e seu Regime Jurídico — Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas.

IRENE PESSÔA DE LIMA CÂMARA — (Estado da Guanabara)

Diplomada em História pela Associação Universitária Santa Ursula (1971). «Lower and Proficiency Certificates in English» da Universidade de Cambridge. Curso até o 4º ano da Associação de Cultura Franco-Brasileira.

JOÃO ALFREDO PINHEIRO MONTEIRO — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969). Completou o 1º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER — (Estado da Guanabara)

Curso até o 2º ano de Comunicação Social no Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. Curso o 1º ano de Língua Italiana no Instituto di Cultura Italiana, Rio de Janeiro. Completou o 1º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco. Curso sobre Problemas do Mar e seu Regime Jurídico — Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas.

MARILIA MOTA SARDENBERG — (Estado do Paraná)

Bacharel em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1963). Licenciada em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1964). «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan (1960).

MÁRIO ERNANI SAADE — (Estado do Espírito Santo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (1970). Diploma de conclusão do Curso Básico do IBEU (Vitória). Curso Michigan do IBEU. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. Curso Básico da Aliança Francesa de Vitória.

PEDRO MÁRIO LAVENÈRE WANDERLEY MARIANI — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1969).

SEBASTIÃO NEVES — (Estado do Paraná)

Licenciado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (1968). Curso o 1º ano de Filosofia Pura na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná. Diploma de Nancy — 1º e 2º graus. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. Curso de Redação Oficial promovido pelo ex-IAPI. Registrado na Associação dos Professores do Paraná — 1968.

VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO — (Estado de São Paulo)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de ouro, 1º lugar. «Diplôme de l'Institut d'Études Politiques de l'Université de Paris — Section Relations Internationales» (graduado em 1967). «Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises de l'Université de Nancy» (1963). Curso até a 2ª Série do Curso

de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo (1969).

VALTER PECLY MOREIRA — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1971). Certificado de Conclusão do Curso de Inglês do IBEU. Curso até o 4º ano da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Completou o 1º ano do Curso especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco. Curso sobre Problemas do Mar e seu Regime Jurídico — Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Ordem dos Advogados do Brasil — Solicitador — 1971. 2º Tenente de Intendência da Reserva do Exército (1968).

VITAL FERNANDO LOPES DE SOUZA — (Estado do Pará)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes (1970). «Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises de l'Université de Nancy». «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. Completou o 1º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

PROGRAMAS E MODELOS DE PROVAS

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA

PROVAS VESTIBULARES FINAIS (*)

PORTUGUÊS

Literatura

Comentário crítico das seguintes obras, de leitura obrigatória:

1) *Literatura Portuguesa*

Camões — *Os Lusíadas* (visão global da obra e principais episódios dos Cantos III, IV, V e IX)
Vieira — *Sermões* (em antologias)
Camilo Castelo Branco — *Amor de Salvação*
Antero de Quental — *Sonetos*
Eça de Queirós — *Os Maias*
Fernando Pessoa — *Cancioncero*

2) *Literatura Brasileira*

Gonçalves Dias — *Segundos Cantos e Novos Cantos*
José de Alencar — *Iracema*
Machado de Assis — *Memorial de Aires*
Olavo Bilac — *Tarde*
José Lins do Rêgo — *Fogo Morto*
Graciliano Ramos — *Infância*
Manuel Bandeira — *Itinerário de Pasárgada*
Carlos Drummond de Andrade — *Versíprosa*
Annibal Machado — *A Porta-Estandarte*
José Américo de Almeida — *A Bagaceira*
Guimarães Rosa — *Sagarana*
João Cabral de Mello Netto — *Antologia Poética*

(*) Provas Vestibulares Finais relativas ao Exame Vestibular realizado entre dezembro de 1970 e março de 1971.

FRANCES

Gramática

Formação das palavras derivadas e compostas.

Famílias de palavras, sinónimos, antónimos.

Formas e sintaxe:

- dos artigos definidos, indefinidos, partitivos.
- dos adjetivos qualificativos.
- dos adjetivos numerais.
- dos pronomes pessoais.
- dos adjetivos e dos pronomes demonstrativos.
- dos adjetivos e dos pronomes possessivos.
- dos adjetivos e dos pronomes indefinidos.
- dos adjetivos e dos pronomes interrogativos.
- dos pronomes relativos.
- dos advérbios.
- das preposições e das conjunções.
- do verbo.

Galicismos, expressões idiomáticas de uso corrente.

INGLÊS

Gramática

Substantivos: plurais, formas do possessivo, coletivos **com-**postos, emprego dos artigos.

Adjetivos.

Numerais.

Pronomes (inclusive adjetivos pronominais).

Advérbios (formas, colocação, emprego).

Preposições e conjunções.

Verbos: formas regulares e irregulares.

Emprego das formas verbais. Verbos auxiliares.

Verbos compostos (expressões verbais).

Construção da frase e colocação das palavras.

Relação entre ortografia e pronúncia. Acentuação.

GEOGRAFIA

A) A organização do espaço terrestre

1. Os componentes naturais. Inter-relações do relevo, clima, solo e vegetação: as grandes unidades naturais da superfície terrestre e suas relações com a ocupação humana.

2. O homem e suas atividades.

- 2.1 — A distribuição mundial da população e seus fatores.
- 2.2 — A mobilidade da população: o crescimento vegetativo, as migrações internacionais e as migrações internas.
- 2.3 — O desenvolvimento da agricultura: condições naturais e culturais.
- 2.4 — Tipos de economia agrária (agricultura de subsistência e formas de agricultura de mercado).
- 2.5 — Condições geográficas e características do desenvolvimento industrial moderno.
- 2.6 — As fontes de energia: reservas e aproveitamento; seu papel na indústria moderna.
- 2.7 — O fenómeno da urbanização no mundo contemporâneo. O papel da cidade na organização regional.

B) Os grandes conjuntos regionais

1. A Anglo-América: características gerais. Os Estados Unidos da América.
2. A Europa Ocidental: características gerais. A Grã-Bretanha. A França. A Alemanha Ocidental.
3. A Europa Oriental: características gerais. A União Soviética.
4. A América Latina: características gerais. O México. Os países do Caribe. Os países andinos. Os países platinos.
5. O Continente africano: características gerais. A África do Norte. A África ao sul do Saara.
6. A Ásia e o Pacífico: características gerais. O Oriente Médio. A Índia e o Sudeste da Ásia. A China. O Japão. A Austrália.

C) O Brasil

1. O quadro natural:
 - 1.1 — Características gerais e principais unidades morfológicas do relevo brasileiro.
 - 1.2 — Inter-relações do clima, solo e vegetação: as grandes unidades climato-botânicas.
2. A distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização do país. Estrutura etária e profissional da população.

3. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agropastoris.
4. A atividade industrial. O potencial energético e seu aproveitamento. Principais centros industriais.
5. Características da rede de transportes.
6. As Grandes Regiões brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª Parte:

1. *O Descobrimento do Brasil*: As características econômicas, sociais e políticas da Europa, no fim da Idade Média. O Reino Português: características da sua evolução até o advento da União Ibérica. A expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI: o papel pioneiro de Portugal; problemas diplomáticos: as bulas de Alexandre VI, o Tratado de Tordesilhas e as bulas complementares. O Descobrimento do Brasil.
2. *O Período Pré-Colonizador*: O reconhecimento do litoral brasileiro. O pau-brasil e os problemas da sua exploração. Aspectos internacionais correlatos. As capitulações de Sacramento.
3. *O Brasil colonial — Política e Administração*: As capitânias hereditárias e sua evolução. O governo-geral e os vice-reis. O Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. O município. A administração metropolitana e o Brasil.

4. *O Brasil colonial — Economia*: A economia agrária: a agricultura do açúcar e outras culturas, a pecuária, a economia de subsistência e a coleta amazônica. A sesmaria e a posse da terra. A mineração. O comércio colonial. Agitações de caráter econômico e social.

5. *O Brasil colonial — Sociedade e cultura*: A população: crescimento demográfico, ocupação do território, principais concentrações urbanas. A estrutura social. A mão de obra: o braço indígena e o escravo africano. Relações com a África. A Igreja. A vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura, os centros culturais e sua repercussão na vida social.

6. *A integração territorial*: A ocupação do litoral. O sertanismo e a fixação humana. A ação missionária. A expansão para o extremo sul e para o extremo norte. Os ajustes diplomáticos na fase colonial. As repercussões no Brasil da

política portuguesa e europeia. As intervenções estrangeiras no Brasil e os principais problemas decorrentes no período colonial.

7. *A evolução da Independência*: A situação política europeia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a independência do Brasil.

2ª Parte:

8. *O Brasil imperial — Política e administração*: A Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834. A evolução dos partidos políticos. Os poderes constitucionais e a solução parlamentar. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.

9. *O Brasil imperial — Economia*: A estrutura econômica: as heranças coloniais e o advento do café. A política econômica-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas consequências. A mão de obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado. A imigração e a colonização europeia.

10. *O Brasil imperial — Sociedade e cultura*: A população: crescimento demográfico, ocupação do território; principais concentrações urbanas. A estrutura social. Vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura: os centros culturais e sua repercussão na vida social.

11. *O Brasil imperial — Política externa*: O reconhecimento da independência. A questão dinástica portuguesa. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.

12. *O advento da República*: As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O desgaste da Monarquia. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo. A proclamação da República.

3ª Parte:

13. *O Brasil republicano — Política e administração*:

- a) *A Primeira República (1889-1930)* — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A consolidação da República. O federalismo: as oligarquias estaduais, a

política dos governadores. A Emenda Constitucional de 1926. A revolução de 1930.

- b) *A Segunda República (1930-1950)* — O Governo Provisório Revolucionário e sua atuação. O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado-Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946.

14. O Brasil republicano — Economia:

- a) *A Primeira República (1889-1930)* — A estrutura econômico-financeira: as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.

- b) *A Segunda República (1930-1950)* — A industrialização. A política econômico-financeira. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira.

15. O Brasil republicano — Sociedade e cultura. A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. A ampliação do horizonte cultural.

16. O Brasil republicano — Política externa:

- a) *A Primeira República (1889-1930)*. O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio-Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
- b) *A Segunda República (1930-1950)* — Política exterior do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte:

1. As principais potências européias no século XVIII e sua política exterior. A península ibérica.
2. O pensamento político, social, econômico e científico do século XVIII. A revolução industrial e a transformação das estruturas sociais.
3. A Revolução francesa: principais fases. Reorganização política, social e econômica. Política exterior. A Era Napoleônica.
4. O Congresso de Viena e as restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.
5. As revoluções liberais e nacionais de 1830 a 1848.

6. A Inglaterra: suas reformas, sua expansão colonial.
7. A França: da Segunda à Terceira República.
8. Cavour e a unidade italiana. A Questão Romana.
9. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.
10. A Rússia. Expansão continental. Absolutismo e reformas.
11. A Questão do Oriente. Os Balcãs. A Conferência de Berlim de 1878.
12. O Extremo Oriente. A política das Grandes Potências. A China e o Japão.
13. A partilha da África. A Conferência de Berlim de 1885.
14. As relações internacionais de 1885 a 1914. A política das alianças. As rivalidades coloniais. Os problemas balcânicos.
15. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte:

16. A Primeira Guerra Mundial. A situação internacional nas vésperas da guerra. O desencadear da guerra; as principais frentes de combate; as inovações tecnológicas, a guerra naval. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. A participação americana; a retirada da Rússia.
17. A elaboração da paz. Os Princípios de Wilson. Os tratados de paz e suas consequências políticas, econômicas e sociais. O problema das nacionalidades. As reparações da guerra.
18. A Liga das Nações. A organização da Liga das Nações. A Corte Internacional de Justiça e a Organização Internacional do Trabalho. O papel da Liga das Nações entre as duas guerras: sua significação; suas realizações e seus insucessos. Os mandatos.
19. A Europa entre as duas guerras. Problemas econômicos e relações internacionais; a crise econômica de 1929, suas repercussões. A Rússia Soviética: política interna e externa. A Alemanha: a República de Weimar; a ascensão do Nazismo; o III Reich. A Itália e o Fascismo. O Tratado de Latrão. As crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Tcheco-Eslôvaquia, Mandchúria.
20. A Ásia entre as duas guerras. A dissolução do Império Otomano e o mundo árabe. O Irã. A Índia. A China. O Japão.
21. A Segunda Guerra Mundial. Início e propagação do conflito: a guerra na Europa na África e na Ásia. As

negociações diplomáticas no decorrer do conflito. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam. A Organização das Nações Unidas. A Carta de São Francisco. Atuação da ONU até 1951.

22. O pós-guerra (1945-1951). A reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall e a integração da Europa. O Bloco Soviético. Os tratados de paz. O problema alemão. A Grã-Bretanha e a Comunidade Britânica.
24. O pós-guerra (1945-1951). O Extremo-Oriente: a ocupação do Japão e o tratado de paz; a revolução chinesa. A emancipação do sudeste asiático. A Liga Árabe, o Próximo e o Médio Oriente. A formação do Estado de Israel.
25. A guerra fria e a formação de blocos. As crises internacionais. O problema de Berlim. A guerra da Coreia. A política soviética no pós-guerra e a OTAN.

3ª Parte:

26. As colônias européias na América no século XVIII: organização político-administrativa, aspectos sócio-econômicos e culturais. Comparação entre os diversos tipos de colonização. Conflitos de interesses coloniais.
27. A Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte. A formação dos Estados Unidos da América. A consolidação da Independência.
28. A Independência da América Latina. Os diversos movimentos. A formação dos novos Estados.
29. A Anglo-América. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial: expansão territorial, Guerra de Secessão e desenvolvimento econômico. O Canadá do fim do século XVIII à Primeira Guerra Mundial.
30. A política externa dos Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.
31. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
32. A Anglo-América entre as duas Guerras. Os Estados Unidos: o isolacionismo; Roosevelt, o New Deal e a política da Boa Vizinhança. O Canadá.
33. A América Latina entre as duas guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.

34. O Pan-Americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução até a Segunda Guerra Mundial.
35. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano. O Pan-Americanismo no pós-guerra; o Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.

DIREITO

NORMAS GERAIS

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.
2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.
3. As fontes do Direito objetivo: a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.
5. A Lei, espécies. A constituição e as leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.
6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.
7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço: Direito Internacional Privado.
8. Conflitos no tempo: direito intertemporal. Princípios básicos do direito brasileiro no assunto.
9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a equidade. Condenação do abuso do direito.

DIREITO CIVIL

10. Direito Civil: conceito. Parte Geral e Partes Especiais.
11. Pessoa natural; o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
12. Pessoa Jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
13. Domicílio. Dos bens: principais classificações.
14. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.
15. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.

16. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
17. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.
18. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa. A propriedade literária, científica e artística.
19. O direito das obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.
20. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta corrente e a abertura de crédito.
21. O Direito de família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
22. Regimes de bens.
23. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Patrio poder. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
24. Direito das sucessões; conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia. Herança jacente e herança vacante.
25. A sucessão legítima. Representação.
26. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento.
27. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Deserdades; indignidade. Revogação dos testamentos. Inventário e partilha.

DIREITO COMERCIAL

28. Direito comercial: conceito, fontes e interpretação.
29. Comerciante: o nome comercial.
30. Comerciante pessoa física e pessoa jurídica.
31. Nacionalidade das sociedades comerciais.
32. Sociedade em nome coletivo: características.
33. Sociedade em comandita simples, de capital e indústria e em conta de participação: características.
34. Sociedade por quotas, de responsabilidade limitada: características.

35. Sociedade por ações: sociedades anônimas e sociedade em comandita por ações: características.
36. Títulos de crédito: noções gerais sobre letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, conhecimento de depósito, warrant, debênture.
37. Conceito de navio e de aeronave. As funções do capitão do navio. A utilização do navio e suas formas contratuais.

levantado tanto sobre os outros homens, nem por isso deixam de chegar lá os nublados e chuviros continuos das tristezas. É verdade que as tristezas dos príncipes andam sobredouradas com os resplandores dos cetos e das coroas; mas por isso mesmo são maiores e mais pesadas, porque são mais interiores. As tristezas que correm pelos olhos, não são as mais tristes; as que se afogam no coração e as que o afogam, essas são as mais sensíveis e penetrantes. Aqueles mesmos resplandores que cá se admiram por fora, são os relâmpagos das grandes tempestades que lá se ocultam e devoram por dentro. Assim que a tristeza é um mal e enfermidade universal, de que ninguém escapa.

É também, como dizia, a doença mais contrária à saúde dos corpos; porque, mais ou menos aguda, sempre é mortal. Não o hei de provar com aforismos de Hipócrates ou Galeno, mas com textos expressos todos do Espírito Santo. No capítulo dezasete dos Provérbios, diz o Espírito Santo por boca de Salomão, que a tristeza seca os ossos: *Spiritus tristis exsiccát ossa*. Se dissera que murcha e seca a cor, a pele, as veias, a carne, muito dizia; mas os ossos que são as partes mais interiores, mais sólidas, mais duras, mais fortes, com que se sustenta esta fábrica do edifício humano? Assim o diz a Sabedoria daqueles olhos que penetram dentro em nós, o que nós não podemos ver. De sorte que é a tristeza um gusano negro (à diferença dos brancos que roem o bronze) o qual nos está sempre comendo e carcomendo por dentro, e bebendo e secando o úmido daquelas raízes em que se sustenta o calor da vida, até que ele se apaga, e ela morre.

Mas este até que quanto tardará? Não muito tempo, nem com passos vagarosos. Porque aquele cavaleiro do Apocalipse, que montado sobre um cavalo pálido, tinha por nome Morte, esportado da tristeza corre a toda a pressa. O mesmo Espírito Santo o diz no capítulo trinta e oito do Eclesiástico: *A tristitia festinat mors*. Para uns homens parece que vem a morte a pé, para outros a cavalo; para uns andando, para outros correndo, porque uns morrem devagar, outros depressa; mas a Parca que sempre antes do tempo corta os fios à vida, é a tristeza. Vereis a um destes, quando ainda se conta no número dos vivos, descorado, pálido, macilento, mirrado; as faces sumidas, os olhos encovados, as sobancelhas caídas, a cabeça derrubada para a terra e a estatura toda do corpo encurvada, acanhada, diminuída. E se ele se deixasse ver dentro da casa, ou sepultura, onde vive como encantado, vê-lo-íeis fugindo da gente, e escondendo-se à luz, fechando as portas aos amigos e as janelas ao sol, com tédio e fastio universal a tudo o que visto, ouvido, ou imaginado pode dar gosto. E estes efeitos tão desumanos, cujos são, e de que procedem? Sem dúvida

da melancolia venenosa e oculta, que a passos apressados leva o triste à morte: *A tristitia festinat mors*.

Para prova desta funesta verdade, bastava um só, e sobejavam os dous textos referidos no Espírito Santo; mas sobre eles acrescentou a mesma sabedoria o terceiro, tão admirável e enca-recido, que, se não fora da boca divina, pudera parecer incrível: *Omnis plaga, tristitia cordis est*. A tristeza do coração não é uma só chaga, ou uma só ferida, senão todas. Sendo chaga e ferida do coração, bastaria ser uma só para ser mortal; mas como no coração depositou a natureza todo o tesouro da vida, assim no mesmo coração descarregou a tristeza toda a aljava das suas setas.»

FRANCES

1ère Partie — Redaction

Valeur: 50 points

Traitez le sujet suivant:

«J'ose dire hardiment que négocier sans cesse, ouvertement ou secrètement en tout lieu, encore même qu'on n'en reçoive pas un fruit présent et que celui qu'on en peut attendre à l'avenir ne soit pas apparent, est chose nécessaire pour le bien des Etats. Celui qui négocie toujours trouve enfin un instant propre à venir à ses fins et, quand même il ne le trouverait pas, par le moyen de ses négociations, il est averti de ce qui se passe dans le monde, ce qui n'est pas de petite conséquence pour le bien des Etats.»

Vous commenterez cet extrait du «Testament Politique» de Richelieu et ferez part des réflexions qu'il vous suggère.

(environ 400 mots)

2ème — Partie — Thème

Valeur: 25 points

Traduire en français:

COMUNICADOR «MORNO»

Tanto os que temem pelo futuro do livro como os que consideram a sua morte ponto pacífico partem das mesmas razões. Concordam que o livro está em desvantagem perante os meios modernos de comunicação baseados na imagem.

A fraqueza essencial do livro residiria em sua linearidade. De fato, o livro é basicamente uma superfície sobre a qual se alinham estruturas discursivas, codificadas em símbolos que se arranjam

em linhas horizontais ou verticais, da esquerda para a direita ou vice-versa, conforme a língua em que está escrito. Acompanhar essa sequência de símbolos, decifrar esse código durante horas a fio, torna-se difícil para o homem da sociedade eletrônica, cada vez mais habituado a ficar numa poltrona, a olhar imagens de televisão, sem fazer o mínimo esforço para aprender o seu significado.

A própria linguagem discursiva seria cada vez mais insuficiente para apreender o mundo complexo em que vive esse preguiçoso. No século XIX um único romancista era capaz de retratar em sua obra todos os elementos essenciais da vida em um país, em uma determinada época. Hoje, se algum ficcionista tem talento para tanto, continua com seus escritos na gaveta. Tal não aconteceria, porém, aos que se comunicam através da imagem.

Jornal do Brasil — 2-9-1970

3ème Partie — Questions

Après avoir lu attentivement le texte, répondez aux questions.

SANS MOI

Ils inventent votre vie au besoin si celle que vous avez ne leur plaît pas.

Pendant quelques jours, je pensai à cette phrase «inventer sa vie»; c'est ce qui m'avait manqué. Je prenais les années comme des costumes tout faits; je ne savais pas que je pouvais les embellir: j'entrerais dans chaque journée sans rien exiger de personne, pas même de moi. Je vivais comme on m'avait obligé à vivre et je me débrouillais avec les rencontres que je faisais sans avoir le sentiment que je vivais pour moi. Je ne me faisais des amis qu'autour d'un verre ou d'une rigolade...

Je cherchais dans le regard des autres femmes le moment où il allait devenir trop transparent, sans moi. Oui, le monde me chasse comme la pluie... Ce n'est pas beau, un homme qui n'a pas été réparé, qu'on a laissé dehors, toujours dehors, et quand on le fait rentrer, il est plus désolé que nature. On va vous essayer, mettez-vous dans le coin; on va s'occuper de vous... Dans quel état vous êtes-vous mis? Je vais vous donner du linge propre pour vous changer.

Attention! ne vous adossez pas au mur; attention au tapis; attention à nous! Et c'est une ancienne chemise qui a appartenu

à un mort et qui est là dans un tiroir et qu'on vous tend avec des larmes dans la voix car les gens s'apitoient sur les cadeaux qu'ils font; ils ne donnent que pour s'attendrir.

D'après Jean CAYROL — Les Corps étrangers.

Questions

I — «Ils inventent votre vie au besoin si celle que vous avez ne leur plaît pas.»

Transformez cette phrase en remplaçant «ILS» par «IL» et «VIE» par «MALHEURS».

IL

II — «Je prenais les années comme des costumes tout faits».

Transformez cette phrase en remplaçant COSTUMES par ROBES.

Je prenais les années comme

III — «Je vivais comme on m'avait obligé à vivre et je me débrouillais avec les rencontres que je faisais.»

Faites précéder cette phrase de «SI JE M'ÉTAIS RÉSIGNÉ...» et effectuez les transformations qui s'imposent.

.....

.....

IV — «Je ne me faisais des amis qu'autour d'un verre.»

Composez une phrase quelconque où vous utiliserez la forme «NE... QUE».

.....

V — «Ce n'est pas beau, un homme qui n'a pas été réparé, qu'on a laissé dehors, toujours dehors, et quand on le fait rentrer, il est plus désolé que nature.»

Transformez cette phrase en remplaçant «UN HOMME» par «UNE FEMME».

.....

VI — Jean, dans quel état vous êtes-vous mis?

Jeanne, dans quel état, -tu? (complétez)

VII — L'auteur est-il marié? Justifiez votre réponse à l'aide d'une indication contenue dans le texte.

.....

VIII — Que signifie pour vous «INVENTER SA VIE»?

IX — «Ils ne donnent que pour s'attendrir». Qu'en pensez-vous?

Valeur: 25 points

INGLES

Part I — Composition

Valeur: 50 marks

Write a composition of about 400 words on the following subject:

Pollution: the problems and the solutions.

Part II — Translation

Valeur: 25 marks

O I Festival Brasileiro de Curta Metragem, promovido pelo JORNAL DO BRASIL e pelo Instituto Nacional do Cinema, já recebeu mais de 80 filmes, candidatos aos Cr\$ 50 mil de prêmios e aos troféus Humberto Mauro. Quando começou a incentivar com festivais, no ano de 1965, os amadores de cinema, este jornal sabia que ia ser grande a resultante safra de profissionais. Tudo indica que o nível dos trabalhos apresentados ao presente Festival virá confirmar o amadurecimento do cinema brasileiro na forma do curta-metragem, que é a verdadeira escola do cinema, sua fase poética, ou da crônica poética. Em arte não há gêneros mais fáceis ou mais difíceis: tudo é difícil. O curta-metragem não é escola de cinema por ser mais fácil de fazer que um longa-metragem e sim porque educa na concisão, na expressão artística mais concentrada. Quem se educa no curta-metragem não se lança ao longa-metragem com a idéia de que se trata apenas de fazer um filme mais comprido. O importante é manter as virtudes de concisão no painel maior. O problema não é botar água no vinho e sim conter o vinho, o mesmo vinho, em tonéis.

Um dos campos fascinantes do curta-metragem no Brasil consiste na filmagem dos nossos tesouros artísticos. Enchentes podem destruir muita coisa em Florença ou em Veneza, mas todos aqueles tesouros foram filmados, microfilmados e serviram de moldura a obras filmadas.

Jornal do Brasil, 7-3-71

Part III — Text Questions

Valeur: 25 marks

At the beginning of every winter, as sure as the falling of the leaves from the trees, there develops the usual argument about the value of vaccination against influenza. On one side are ranged the manufacturers, supported by certain research units carrying out clinical trials of vaccine; on the other, the chief medical officer to the Department of Health, backed up by all the miscellaneous politicians and bureaucrats who have nightmares about the cost of giving free shots on the Nations Health to fifty million people every November.

Each side, naturally enough, suspects the other of interests going beyond those of pure science. The «New Scientist», which is strongly pro-Department of Health, has made no bones of its suspicions of the motives of the manufacturers, and in a recent survey of the subject muttered darkly about «publicity drives» and «handsome dividends». It also claimed that the influenza vaccines at present on the market were practically useless. To this one of the manufacturers replied that the Department of Health had itself admitted that the vaccine gave protection to 40-60 per cent of inoculated persons and had accepted its use for those at special risk. If vaccines were acknowledged to be useful in the case of nurses and doctors, what was so wicked about pressing for a general campaign?

Of course, the manufacturers are not really commercial ogress trying to peddle rubbish to the Government, any more than the chief medical officer is a sinister villain who wants little children to die of pneumonia. When one trips the issue of its emotional and political content, it presents itself fairly clearly as one of the use for marginal resources. The trouble with a free Health Service is that it is built on a fake. It undertakes to supply a full range of effective treatment to everyone at government expense. In fact this is impossible, and its impossibility becomes increasingly obvious with each new advance in medicine. The time has come to recognize that there are a great many benefits we should all like to have and which would improve our health considerably, but there simply isn't enough money available. Influenza vaccine falls into this category.

Slightly adapted from John Rowan Wilson, in *The Spectator* 21-11-70.

Answer the following questions about the above passage:

1. The three sentence beginnings that follow are clues to certain salient ideas occurring in the passage. Complete the sentences to express the ideas clearly and coherently. Use your own words as far as possible. You are not necessarily expected to fill all the space available for the answers.

- a) The manufacturers of influenza vaccine are alleged
.....
b) Though the Department of Health recognizes that influenza vaccine
....., it
.....
c) It is possible for a free Health Service to
....., but it
.....

2. Rewrite the first sentence of paragraph 3 (which starts: «Of course the manufacturers...»), beginning as shown below, so as to fit easily into the context. *Keep the full sense of the original sentence.* Use the author's words as far as you can, and make any changes or additions that you think necessary. Write only one sentence.

The chief medical officer is a sinister villain

3. Replace each of the following with a word or phrase that will fit neatly into the context and give the same meaning straightforwardly and explicitly. In no case must you use the words given for replacement.

- a) have nightmares (line 8)
b) on (line 8)
c) drives (line 15)
d) made no bones (line 12)
e) muttered darkly about (line 14)

GEOGRAFIA

Parte A — Dissertação

O peso das condições naturais e sócio-econômicas na problemática do Nordeste Brasileiro.

Valor: Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B — Questões

1. Apoiando-se na bibliografia indicada, caracterize os tipos de cidade que, em decorrência de sua hierarquia, constituem uma rede urbana.

Valor: 20 pontos

2. Caracterize, exemplificando, as formas de agricultura de mercado nos países desenvolvidos.

Valor: 20 pontos

3. Japão: país desenvolvido ou subdesenvolvido?

Valor: 20 pontos

Nota: vinte (20) linhas para cada pergunta.

HISTÓRIA DO BRASIL

Parte A — Dissertação

Portugal nos descobrimentos.

Valor: 40 pontos
(Roteiro: 5 pontos
desenvolvimento: 35 pontos).

Parte B — Questões

1. O ouro em Mato Grosso e Goiás.
2. A Santa Aliança e o reconhecimento da Independência do Brasil.
3. Política financeira do Ministro Murinho.

Valor: 20 pontos cada questão
Limite: 20 linhas aproximadamente cada item.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte — Dissertação

Bismarck e a unificação da Alemanha: a política de Bismarck e as etapas da unificação alemã.

Valor: 40 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos
Roteiro: 5 pontos

2ª Parte — Questões

- a) O Fascismo italiano: antecedentes, organização e principais problemas.
- b) Problemas internacionais dos países independentes da América Latina no século XIX.

Valor: 30 pontos para cada item

Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada item.

DIREITO

1ª Parte — Dissertação

A doutrina e a jurisprudência.

Valor: 40 pontos

Extensão: 60 linhas

2ª Parte — Questões

- 1ª) Distinguir a posse da propriedade.
- 2ª) Características da sociedade em conta de participação.
- 3ª) A nota promissória pode ser emitida ao portador? Por quê?
- 4ª) Conceito de aeronave.

Valor: 15 pontos cada questão.

PROVAS DE SELEÇÃO PREVIA (*)

PORTUGUÊS

A prova de Português terá a duração de três horas e consistirá das seguintes partes:

- A) *Redação* sobre tema da atualidade, com a extensão de 250 a 300 palavras. Objetiva apurar a capacidade de expressão clara e correta do candidato e seu grau de maturidade, através de interpretação pessoal do

(*) Provas de Seleção Prévia relativas ao Exame Vestibular realizado entre dezembro de 1971 e março de 1972.

tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

- B) *Questões Objetivas* destinadas a medir a capacidade de compreensão do candidato e seu conhecimento prático de fatos gramaticais.

Gramática

- 1) *Fonética*: Distinção entre fonema e letra. Prosódia e ortoepia. Fonética sintática.
- 2) *Morfologia*: Flexão nominal e verbal. A estrutura e a formação das palavras portuguesas.
- 3) *Sintaxe e Estilística*: Concordância nominal e verbal. Regência. Figuras de sintaxe. Sintaxe de colocação. Emprego dos modos e dos tempos verbais.
- 4) *Semântica*: Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado: comparação, imagem e metáfora; metonímia e sinédoque.
- 5) *Versificação*: Principais tipos de versos portugueses. O ritmo do verso. Prosa e verso. O verso livre.
- 6) *História da Língua*: O caráter românico da língua portuguesa evidenciado através de sua evolução: latim clássico e latim vulgar; principais mudanças fonéticas; a ação da analogia. A formação do léxico português; vocábulos populares e eruditos. Principais caracteres do português do Brasil.

FRANÇÊS E INGLÊS

As provas de Francês e Inglês terão, cada uma, a duração de duas horas e meia e constarão de três partes:

- A) *Redação* sobre tema de ordem geral, com a extensão de aproximadamente 250 palavras.
- B) *Versão* de um texto em português corrente.
- C) *Questões Objetivas* sobre formas sintáticas correntes.

Observações: Na correção da redação e da versão serão levados em conta principalmente: a riqueza e a precisão do vocabulário; o correto emprego dos verbos; ortografia, concordância; a riqueza e a correção das formas sintáticas; a correção no uso das preposições; a frequência e a correção do emprego de palavras de ligação lógica que não sejam *et*, *ou*, *mais* e *and*, *or*, *but*; a capacidade de desenvolver e expor corretamente as idéias apresentadas.

PORTUGUÊS

Esta prova terá a duração de três horas e constará de duas partes:

- A — Redação
B — Questões Objetivas

Parte A — Redação

Discorra sobre o tema:

«O nosso País se recusa a crer que a História se desenrola necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros; não aceita que o poder seja fonte de posições irremovíveis; e realinha o direito de forjar, dentro das fronteiras, o seu próprio destino e de escolher, fora delas, as suas alianças e os seus rumos».

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 200 a 250 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

Parte B — Questões Objetivas

1. Separe, como no modelo dado, a sílaba tônica das palavras abaixo.

Modelo: ca/der/no

Faça agora:

averigue	pneu
maquinaria	rímico
rubrica	pleiade
enxagua	especiaria
meteorito	bimano

2. Em cada série abaixo, há uma palavra incorretamente grafada. Reescreva essas palavras, com as devidas correções, nas respectivas linhas pontilhadas:

inserto	gorjeio	réstea
tenção	lambugem	ária
senso	rabugice	calcário
apreçar	fuligem	pátio
asperção	rijeza	cetáceo

.....

taboada	freguez
mágoa	montês
sortir	reses
regurgitar	pedrês
curinga	tez

.....

3. Assinale com um x dentro do parêntese a série que contém o maior número de dígrafos:

- () merceiro — defecção — rocha
() vôo — perspectiva — nosso
() barro — velho — acciano
() antibérico — saamona — concha

4. Sublinhe, em cada série de palavras, aquela que mais se aproxima da significação do termo em maiúsculas:

ÁLVEO — glacial — leito — casulo — cândido — alude

CARDIAL — orientador — prelado — cardíaco — avejão — principal

GARRIDO — florido — valente — belicoso — janota — dedicado

MESSE — orbe — sação — enviado — seara — feira

REDIL — zagal — aprisco — vereador — sebe — bula

5. Sublinhe, em cada série de palavras, aquela que seja aproximadamente o antônimo do termo em maiúsculas:

IMPERTÉRRITO — corrupto — presente — casmurro — con-
testado — timorato

MENDAZ — próspero — quedo — genuíno — mínimo —
péptico

PALOR — rapidez — rubor — ousadia — clamor — fragor

VETUSTO — apto — lórpa — pueril — permissivo — distraído

VIRENTE — fenecido — imóvel — retirante — defensivo —
ascendente

6. Assinale com um x dentro do parêntese a frase em que se emprega uma *conjunção final*:

() Pediu que lhe dessem outra oportunidade.

() Todos o aplaudiam porque o admirassem.

- () Esta a causa por que nos responsabilizássemos —
sugeriu-nos.
() Agradecemos os votos por que sejamos felizes.
() Sugestão alim, que nem lhe parecia, aceitou a pro-
posta.

7. Reescrevendo as frases, substitua os termos grifados pelas formas adequadas do pronome pessoal:

- a) Queríamos ver o rosto *dela*.
.....
b) Assistimos à *comédia*.
.....
c) Vejo *Vossa Excelência* a trabalhar todos os dias.
.....
d) Incumbiram a *mensagem* do recado.
.....
e) Reservareis a *nós* os *altos postos*?
.....
.....
.....

8. Empregue as *formas pronominais* pedidas pela clareza das frases abaixo:

- a) Muito egoísta, só cuida de
b) O diretor, certo de autoridade, reteve
..... o processo.
c) Noites e noites, gastou-..... sem se cansar.
d) Ganhei bom relógio, com iniciais gravadas e
..... frase: Homenagem à tua dignidade.
e) Decorreram alguns minutos de silêncio durante
refleti muito, embora pareça impossível.

9. Dê a *função sintática*, no parêntese ao lado, de cada palavra sublinhada:

- a) Eram *tudo* () memórias de alegria.
b) Opostos sentimentos se () combatem no
atribulado peito.
c) De *África* () as terras e do Oriente os
mares.
d) Éramos *dois* sócios () no comércio de
nossa vida.
e) Muito feliz a senhora a cujo () filho
tributaram homenagem.

10. Passe para a voz passiva as frases com os verbos na forma ativa; e para a voz auva, as frases com os verbos na forma passiva:

- a) Os juizes a quem se apresentou o recurso nunca te releva-
rão a falta.
.....
.....
b) Nem ele vem entendendo a nós, nem nós a ele.
.....
.....
c) Precisa-se de bons empregados, é o que dizem.
.....
.....

11. Assegurando clareza, ritmo e expressividade, pontue convenientemente o trecho abaixo:

«Foi o barbeiro recebido na sala que era mobiliada por quatro ou cinco longos bancos de pinho sujos já pelo uso uma mesa pequena que pertencia ao mestre e outra maior onde escreviam os discípulos toda cheia de pequenos buracos para os tinteiros nas paredes e no teto havia penduradas uma porção enorme de gaiolas de todos os tamanhos e fei os dentro das quais pulavam e cantavam passarinhos de diversas qualidades era a paixão predileta do pedagogo».

12. Sublinhe, em cada série de palavras abaixo, a que não é cognata, e a substitua por outra que o seja, nas respectivas linhas pontilhadas:

curral	cadência	chegar
acudir	incidir	amplexo
corsário	ocaso	cúmplice
excursão	cessar	cheio
currículo	ocidente	complicar
.....		
confiar	ablusão	
fieira	diluir	
federação	lume	
perfido	aluvião	
fúza	impoluto	
.....		

13. Marque com um x dentro do parêntese a resposta certa:

O caso lexicogênico, por excelência, da língua portuguesa é

- () o vocativo
() o lexicográfico
() o acusativo
() o ablativo
() o anafórico

14. Do vocábulo latino _____, originam-se as seguintes formas divergentes: _____, _____, _____ e porão.

15. As formas — portuguesa e infanta — foram criadas por _____, uma vez que no português arcaico os nomes terminados em *ês* e *nte* eram _____.

16. Leia a frase abaixo:

«Ó candíssima formosura da Fé!»

Responda em seguida:

- a) que palavra, nessa frase, ostenta uma alteração fonética?
.....
b) que nome tem essa alteração fonética?
.....

17. Leia as frases abaixo:

— Ele / vêcer / nosso inimigo? Impossível !...
— Ele / vêicer / nosso inimigo? Impossível !...
Faça, agora, o seguinte:

- a) Transcreva ambas as frases, escrevendo na grafia oficial vigente os termos grifados e entre barras. Há um fato de fonética sintática!
b) Transcreva o termo que encerra o fato e diga qual esse fato.
a)
b)

18. Escreva as palavras portuguesas que evoluíram dos seguintes vocábulos latinos:

magicu — >
dracone — >
pede — >
mataxa — >
clavicula — >

19. Leia os versos abaixo:

- 1 — «Homem, nuvem, granito, onda, serpente,
2 — A rocha, o ar, o abutre, a folha, a hera,
3 — O mundo, os mundos, tudo que é vivente
4 — Do lodo à água, do metal à fera,
5 — Da fera ao anjo, do covil à cruz,
6 — Move-se tudo, existe e reverbera,

7 — Sonhando, amando, palpitando em luz !...»

Responda, agora, aos quesitos abaixo:

- a) Qual o tipo dos versos?
b) Dê o ritmo interior de cada um deles.
c) Denomine a disposição das rimas.
d) Classifique as estrofes.
e) Faça a escansão do verso nº 4.

- a)
b)
.....
.....
.....
.....
c)
.....
.....
d)
.....
e)
.....

20. Para cada uma dessas *figuras de sintaxe*, redija uma frase com expressividade sensata:

- a) ELIPSE da conjunção *que*
.....
.....
b) PLEONASMO com pronome pessoal
.....
.....
c) SILEPSE de pessoa
.....
.....

d) HIPÉRBATO com deslocação do sujeito

.....
.....
e) HIPÉRBOTE com a palavra *pátria*.
.....
.....

FRANCÊS

L'épreuve durera deux heures et demie et sera composée de trois parties:

- A) Rédaction;
- B) Thème;
- C) Questions grammaticales.

Partie A — Rédaction

Rôle et responsabilités que l'Etat moderne peut ou doit assumer vis à vis de la culture.

La rédaction devra être écrite en 250 mots approximativement.

Partie B — Thème

Um romance de antecipação científica que nos falasse de um planeta remoto, situado algures numa galáxia estranha, e que de lá nos anunciasse unicamente a existência de vida inferior: seria quase enfadonho; decepçionante sê-lo-ia decerto. Teria interesse para um biólogo. Mas compensaria a audaz viagem dos astronautas que se lhe haveriam dirigido através dos espaços infinitos, a uma velocidade quase igual à da luz? Não. Para compensar, esse outro astro teria de encerrar tesouros incalculáveis, ou então teriam de habitá-lo seres inteligentes: homens ou criaturas, fosse qual fosse seu aspecto, com as quais um humano como nós pudesse travar relações intelectuais e manter um diálogo. No entanto, para uma viagem espacial valer realmente a pena, de modo algum deveria tratar-se de um diálogo primitivo, de uma conversa mais ou menos análoga às que os missionários terrestres mantinham com os nativos, ao penetrarem nas regiões até então desconhecidas. Não. Tais inteligências longínquas teriam, se possível, de ser superiores às nossas.

Joachim Illies

Partie C — Questions Grammaticales

1) Transformez les phrases suivantes pour utiliser l'expression «sans que».

Exemple: Il a réussi; ses amis ne l'ont pas aidé.
Il a réussi; SANS QUE ses amis l'aident.
Il est parti; personne ne l'a su.

.....
Il est parti; personne ne l'a entendu.
.....
Il est parti; personne ne l'a voulu.
.....

2) Transformez les phrases suivantes pour utiliser l'expression «jusqu'à ce que».

Exemple: Il a écouté des disques jusqu'à son arrivée.
Il a écouté des disques jusqu'à ce qu'il arrive.
Il était son ami jusqu'à son retour.

.....
Il l'a aidé jusqu'à sa réussite.
.....
Il l'a cru jusqu'à sa réponse.
.....
Il l'a écouté jusqu'à son départ.
.....

3) Transformez les phrases suivantes en utilisant l'impératif négatif et en remplaçant les mots soulignés par les pronoms convenables.

Exemple: Je crois que tu laisses ton ami partir.
Ne le laisse pas partir.
Je pense que tu demandes trop de vacances.
.....
Je crois que tu mets trop de sucre dans ton café.
.....

Je crois que tu fais trop travailler tes employés.
.....

4) Répondez négativement aux questions suivantes en utilisant des pronoms personnels:

Exemple: Vous avez raconté cette histoire à vos amis?
Non, je ne la leur ai pas racontée.
Tu as dit à tes amis que tu voulais quitter la ville?
.....

Vous avez demandé à vos professeurs ce qu'ils en pensent?

Il a prêté sa voiture à sa femme?

5) Dans les phrases suivantes, remplacez MAIS par SI et effectuez les transformations nécessaires pour que la phrase conserve le même sens.

Elle irait bien vous voir, mais elle n'a pas le temps.
Il voudrait se spécialiser, mais il ne peut pas le faire.

6) Trouvez les questions correspondant aux réponses suivantes: Il allait au cinéma tous les jours.

Il conduit prudemment.
Il regardait les vitrines.
Il regardait sa mère.
Ils habitent au Brésil depuis longtemps.

INGLÊS

This test lasts for 2 1/2 hours, and consists of three parts:

- A) Composition;
- B) Translation;
- C) Questions on grammar and structure.

Part A — Composition

Write on the following subject:

Brazil and the sea.
The composition should be about 250 words in length.

Part B — Translation

Positivamente, Mário de Andrade não nascera para guardar livros. O seu destino era outro. Em casa, começara a aprender

música com a tia, Dona Ana Francisca, Tia Nhanhan, como todos a chamavam. Era sua madrinha, e foi sua companheira querida toda a vida. Renato, o irmão menor, já estava no Conservatório. Tocava maravilhosamente. Não morresse tão cedo, seria na certa um grande virtuose.

— Foi assim que Mário acabou ingressando como aluno no Conservatório — revela-me o Dr. Carlos de Moraes Andrade. Não por dificuldade de dinheiro para seguir uma outra carreira universitária qualquer — advogado, engenheiro ou médico. Nem o anel de doutor lhe interessava. Já lia muito, por essa época, e estava todo voltado para a arte, mostrando mesmo absoluta indiferença pela vida prática.

O Dr. Carlos de Moraes Andrade faz questão de ressaltar: — Éramos, desde essa época, dois seres absolutamente opostos, ao encarar os problemas da inteligência e da cultura. Para Mário, não importava o imediato.

Francisco de Assis Barbosa: Retratos de Família, p. 153.

Part C — Questions On Grammar And Structure

A. Keeping the meaning of the sentences that follow, rewrite them beginning with the words given:

- 1) Please come here a minute! Would you mind _____
- 2) How did that question arise? Could you tell me how _____
- 3) He didn't meet the ambassador or his staff. He met _____
- 4) After running through the letters, he put them in a drawer. He put the letters in a drawer when _____
- 5) Can I leave my coat here? Would you mind _____
- 6) She is just as tall as her brother. She is the same _____
- 7) Why haven't you carried out these orders? Why haven't these orders _____
- 8) I'm sure nobody ever lived in these buildings. I'm sure these buildings _____
- 9) There's no need for you to go yet. You need _____

- 10) He was made to stand for eight hours.
They made _____
- 11) It's time for you to get ready now.
It's time you _____
- 12) Even if you work very hard, you won't finish it today.
You won't finish it today, however _____
- 13) He probably won't make another attempt.
He's unlikely _____
- 14) It is reported that snow fell in London yesterday.
Snow is reported _____

B. Deduce the missing word from the context and put it in:

- 15) Luckily Jane hasn't lost _____ of her money:
it is all in her handbag.
- 16) Though some got slightly hurt, fortunately _____ of
the passengers got killed, and they all went home after
suitable treatment.

C. Transform the following noun phrases on the model of the
example given.

Example: a car made in Brazil = a Brazilian-made car

- 17) a table with three legs = _____
- 18) a girl of sixteen = _____
- 19) a river two miles in width = _____

D. Write the ordinal number in words.

- 20) Believe it or not, this is the 2049th reply I have received
to my inquiry. _____

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

1º ANO

PORTUGUÊS

(1º e 2º Ano)

A cadeira de Português não se reger pelo sistema de aulas. Foi realizado um controle sistemático do conhecimento da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

FRANÇÊS E INGLÊS

(1º e 2º Ano)

Objetivos:

Conseguir que cada aluno:

- a) compreenda perfeitamente exposições e textos em francês e inglês sobre:
 - política
 - política internacional
 - direito internacional
 - economia
 - cultura geral: filosofia, sociologia, história, arte, etc.;
- b) possa verter para essas línguas, de modo claro e preciso, textos em português sobre os temas acima mencionados;
- c) possa expressar-se sobre os mesmos temas, de modo claro e preciso, nos referidos idiomas;
- d) conheça as normas básicas de correspondência epistolar e protocolar nas línguas francesa e inglesa.

Métodos:

- Utilização de textos variados referentes ao maior número possível de assuntos.

— Coordenação com outras matérias ensinadas no Instituto Rio-Branco.

Prática de exercícios tais como:

Sumário de exposições
Sumário de leituras
versão
exposição
debate
redação de correspondência.

— Os pontos de gramática serão estudados unicamente a título corretivo: não se fará estudo sistemático e serão apenas sanadas as deficiências demonstradas no decorrer dos exercícios práticos acima mencionados.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

I — *A Herança de Portugal*

1. Bulas, Papéis e Tratados de Limites entre Portugal e Espanha, até meados do século XVIII.
2. Do Tratado de Madrid ao de Badajoz.
3. A política exterior de D. João VI no Brasil: A Cisplatina e Caena. Tratados.

II — *O Brasil e o Mundo*

1. O reconhecimento da Independência.
2. O Brasil na política internacional, da Independência à Primeira Guerra Mundial.
3. O Brasil, do Tratado de Versalhes à Segunda Guerra Mundial.
4. O Brasil na Segunda Guerra Mundial.
5. O Brasil e a ONU.

III — *O Brasil e a América do Sul*

1. *O Brasil e as nações platinas*
 - 1.1 Evolução histórica do Rio da Prata e Paraguai;
 - 1.2 Relações do Brasil com as nações platinas;
 - 1.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.
2. *O Brasil e as nações andinas*
 - 2.1 Evolução histórica da área andina;
 - 2.2 Relações do Brasil com as nações andinas;
 - 2.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.

3. *O Brasil e as nações setentrionais da América do Sul*

- 3.1 Evolução histórica do Norte da América do Sul (Colômbia, Venezuela e Guianas);
- 3.2 Relações do Brasil com a Colômbia e Venezuela;
- 3.3 Limites e fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guianas. Tratados e demarcações.

IV — *O Brasil e a América do Norte e Central*

1. *O Brasil e os EE. UU.*
 - 1.1 Evolução histórica dos EE. UU.
 - 1.2 Relações do Brasil com os EE. UU. (1822-1950). Tratados.

2. *O Brasil e o México*

- 2.1 Evolução histórica do México;
- 2.2 Relações do Brasil com o México. Tratados.

3. *O Brasil e a América Central e Antilhana*

- 3.1 Evolução histórica da América Central;
- 3.2 Relações do Brasil com a América Central. Tratados;
- 3.3 Evolução histórica das Antilhas;
- 3.4 Relações do Brasil com as nações antilhanas. Tratados.

V — *O Brasil e o Pan-Americanismo*

1. O Pan-americanismo, do Congresso de Panamá à OEA. As conferências pan-americanas.
2. O Brasil e o Pan-americanismo; participação nas conferências pan-americanas e na OEA.

GEOGRAFIA POLÍTICA

1 — *Geografia e Política*

- 1.1 — Geografia e Geografia Política. Geografia Política e Geopolítica.
- 1.2 — Conceções geopolíticas.
- 1.3 — Regiões geoestratégicas e geopolíticas do mundo contemporâneo:
 - 1.3.1 — Os centros mundiais de Poder.
 - 1.3.2 — As zonas de contato e de influência.

2 — Características e Potencialidades do espaço. O Brasil na América Latina.

2.1 — A unidade latino-americana.

- 2.1.1 — As características formais do espaço: dimensões, posição, fronteiras.
- 2.1.2 — O potencial natural e humano.
- 2.1.3 — Os problemas da organização do espaço e da produção.

2.2 — As diversidades e as disparidades regionais, e a integração.

- 2.2.1 — A diversidade regional: América do Caribe, América Andina, América Platina e Brasil.
- 2.2.2 — A estrutura espacial.
- 2.2.3 — As disparidades regionais e a integração nacional.
- 2.2.4 — As disparidades regionais e a integração continental.

PENSAMENTO POLÍTICO CONTEMPORANEO

1. O pensamento realista em política. «Realpolitik» e razão de Estado.
2. Dialética e nacionalismo.
3. As raízes da democracia.
4. As fontes do marxismo.
5. O pensamento liberal.
6. A interrelação entre fatores ideais e reais e a sociologia política.
7. A «revisão leninista».
8. O papel das ideologias e a sociologia do conhecimento.
9. As teorias elitistas do poder.
10. A aplicação dos novos instrumentos científicos e tecnológicos ao estudo da política.

ECONOMIA

1.º Período

I — O Funcionamento do Sistema Econômico

A produção, o consumo, a circulação e a repartição. A divisão do trabalho e os fatores de produção. O funcionamento do sistema de mercado. A poupança e o inves-

timento. As possibilidades de produção e a noção de custo alternativo. O papel do Governo.

II — *Análise Microeconômica*

1. Estruturas de mercado. O consumo, a produção, mercados de produtos e de fatores. Concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística.

2. Teoria do Consumidor:

- 2.1. A procura de bens de consumo. O conceito de utilidade e de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decrescente. Curvas de indiferença. Efeitos renda e preço. O conceito de elasticidade.
- 2.2. A procura de bens duráveis de consumo. A demanda de expansão e de reposição. O princípio de aceleração.

3. Teoria da Produção:

- 3.1 Função de produção. Lei dos rendimentos decrescentes. As curvas de igual produto. A procura por fatores de produção. Complementaridade e substituição:
- 3.2. As curvas de custo. Custos totais, médios e marginais. Custos de curto e de longo prazo. A curva de oferta da firma.

4. A Formação dos Preços dos Bens:

- 4.1. A formação dos preços em concorrência perfeita. A oferta e a procura. Equilíbrio instantâneo, a curto e a longo prazo.
- 4.2. Eficiência econômica e concorrência perfeita. O conceito de eficiência de Pareto.
- 4.3. Aplicações da teoria da concorrência. Efeitos de impostos. As oscilações tipo «teia de aranha» na agricultura. Preços mínimos e controles de preços.
- 4.4. A formação de preços em regime de monopólio. Distorções típicas. Os monopólios naturais. Intervenção do Governo e controle de preços. Discriminação de preços e outras práticas.
- 4.5. O oligopólio e a concorrência monopolística.
- 4.6. Estruturas monopolísticas. O acesso finan-

ceiro pelos trustes e holdings, Cartéis, Legislação antitruste, Legislação brasileira contra abusos do poder econômico.

5. Preços dos Fatores de Produção:

- 5.1. A procura de matérias primas, bens intermedíarios e bens de capital. A noção de procura derivada.
- 5.2. Salários concorrenciais. O princípio da produtividade marginal. Os efeitos da acumulação de capital e do progresso tecnológico. Diferenças salariais e equilíbrio do mercado de trabalho. A interferência institucional do salário mínimo. A negociação coletiva.
- 5.3. Juro e Capital. Produtividade de capital. Equilíbrio do investimento. A teoria do juro.
- 5.4. Lucros e riscos. O lucro como remuneração do risco. O lucro como remuneração implícita dos fatores de produção.
- 5.5. A renda da terra. A teoria de Ricardo.

6. Revisão da formação de preços. Análise de equilíbrio geral. Maximização do bem-estar social.

2.º Período

I — Contabilidade Nacional

- 1 — Noções básicas de Contabilidade Nacional. Produto, Renda e Despesa.
- 2 — Sistemas de Contas Nacionais.
 - 2.1. Economia fechada sem governo.
 - 2.2. Economia fechada com governo.
 - 3.3. Economia aberta com governo.
- 3 — Sistema de Contas Nacionais no Brasil.
- 4 — Medição do crescimento econômico. Índice do produto real e do produto real *per capita*.
- 5 — Sistema de Leontief. Sistema de fluxos financeiros.

II — Moeda e Política Monetária

- 1 — Funções e tipos de moeda. O conceito de meios de pagamentos.
- 2 — O papel dos bancos na criação de moeda.
- 3 — Bancos Centrais.
- 4 — Estrutura do sistema monetário no Brasil.
- 5 — Exame das contas monetárias no Brasil.

6 — Instrumentos de política monetária. Redescostos, recolhimentos compulsórios, etc.

III — Análise Macroeconómica

- 1 — Introdução.
- 2 — Teoria Néo-clássica do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 2.1. Lei de Say.
 - 2.2. Função de produção a curto prazo.
 - 2.3. Mercado de trabalho.
 - 2.4. Teoria quantitativa da moeda.
 - 2.5. Modelo néo-clássico simplificado.
 - 2.6. Mecanismo cumulativo de Wicksell.
 - 2.7. Modelo neo-clássico completo.
- 3 — Teoria Keynesiana do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 3.1. Fundamentos da teoria keynesiana. Tipos de desemprego.
 - 3.2. Princípio da demanda efetiva. Funções. Consumo e poupança. Propensão marginal a consumir e a poupar.
 - 3.3. Teoria de preferência pela liquidez.
 - 3.4. Modelo keynesiano simplificado. Multiplicador.
 - 3.5. Teoria keynesiana do investimento.
 - 3.6. Derivação gráfica das curvas IS e IM.
 - 3.7. Modelo keynesiano completo.
 - 3.8. Política anticíclica.

IV — Política Fiscal

- 1 — O papel do Governo no sistema económico.
- 2 — Tipos de impostos. Impostos diretos e impostos indiretos. Progressividade e regressividade.
- 3 — Efeitos económicos da tributação.
- 4 — Despesa pública. Classificação e efeitos.
- 5 — Orçamento público.
- 6 — Política fiscal anticíclica.
- 7 — Política fiscal para o desenvolvimento.

DIREITO COMERCIAL

- 1 — Estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

- 2 — Mercado de Capitais.
- 3 — Estímulo e incentivos fiscais às empresas e aos investidores.
- 4 — Constituição e funcionamento das sociedades anônimas. As sociedades estrangeiras.
- 5 — A arbitragem comercial.
- 6 — A compra e venda no comércio internacional.
- 7 — A limitação da responsabilidade nos transportes marítimo e aéreo. A cláusula de não indenizar ou de irresponsabilidade.
- 8 — Operações cambiais: importação, exportação.
- 9 — Repasses de empréstimos obtidos no Exterior. Empréstimos a filiais de empresas estrangeiras (Instrução n.º 289, da SUMOC).
- 10 — Empresas multinacionais. Fusão de empresas nacionais e estrangeiras. Aspectos jurídicos do mercado comum latino-americano.

Observações

- 1 — *Prática* — Serão discutidos, durante as aulas, casos práticos a fim de os ensinamentos teóricos serem convenientemente assimilados e resolvidas as hipóteses que normalmente ocorrem no exercício das funções da carreira diplomática.
- 2 — *Trabalhos de equipe* — Os alunos serão divididos em equipes, a fim de realizarem estudos conjuntuais, vendo temas de maior alcance prático-profissional.
- 3 — *Direito Comparado* — As referências à legislação e doutrina estrangeiras serão realizadas para familiarizar os alunos com a sistemática jurídica dos demais países.
- 4 — *Visitas* — Os setores da Administração Pública Federal ligados ao Comércio Exterior serão visitados, para iniciar os alunos no diálogo sobre os temas mais relevantes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

[— Introdução — *Princípios de Ciência Política*

1. O Fenômeno Político. A Ciência Política e as Ciências da Política: conteúdo.
2. Os métodos da Ciência Política. A observação direta extensiva e intensiva. Os métodos comparativos. A sistematização parcial e geral.
3. A vida política como sistema de comportamento. O isolamento e o «status» teórico dos sistemas.

4. As estruturas políticas contemporâneas: o hiato «ideologia-ação política». O controle do Estado, a participação popular e a política como realização de valores.

II — *Ciência Política Aplicada.*

1. Análise exemplificativa de modelos contemporâneos de ação política: o modelo Schreiber. Discussão de modelos para o Brasil: o modelo Roberto Campos e o modelo Miguel Reale.
2. Constitucionalismo e vida política na América Latina: as fontes do poder e as instituições. Os fatores individuais e coletivos nos antagonismos políticos, na América Latina. A integração transnacional e o comportamento político latino-americano.
3. A vida política brasileira: tipologia social, instituições, usos e costumes. O constitucionalismo brasileiro no contexto político-institucional latino-americano.

III — *Direito Constitucional Brasileiro.*

1. A Constituição vigente: seus princípios fundamentais e sua posição no contexto do pensamento político contemporâneo. A concepção política e a instrumentação jurídica da segurança nacional.
2. A integração dos Poderes na Constituição Brasileira.
3. O processo legislativo.
4. O federalismo brasileiro.
5. Os partidos políticos.
6. O sistema tributário. Orçamentoção e fiscalização financeira.
7. Direitos e garantias individuais.

Trabalhos práticos

1. *Exercícios de planejamento político:*

Elaboração, em equipe, de um projeto político para o Brasil, pelo método de observação direta intensiva, em três etapas:

- a) verificação dos objetivos nacionais;
- b) pesquisa da instrumentação dos objetivos nacionais;
- c) programação política.

2. *Análise de casos:*

- a) A renúncia Jânio Quadros: levantamento de dados, análise crítica das interpretações e avaliação das consequências políticas.

- b) A posição do Estado de São Paulo no desenvolvimento econômico nacional e a participação paulista no desenvolvimento político brasileiro: pesquisa das origens e perspectivas da defasagem.
- c) Pesquisa das consequências políticas do «esvaziamento» econômico do Estado da Guanabara.

2º ANO

PORTUGUÊS (*)

FRANÇÊS E INGLÊS (*)

POLÍTICA INTERNACIONAL

I — Introdução

1. Política internacional. Conceito. Autonomia. Relações com demais ciências. Fontes. Sistemática.
2. Teorias contemporâneas sobre política internacional: idealismo e realismo; *power politics*, *behavioral approach*. Teoria dos jogos.

II — O Estado Nacional

3. O Estado Nacional. Surgimento do Estado moderno. Formação de Estados.
4. Nação e nacionalidade. A doutrina das nacionalidades.
5. Autodeterminação.
6. Soberania.
7. Imperialismo. Colonialismo e neocolonialismo.

III — O Poder Nacional

8. O Poder Nacional. Os objetivos nacionais permanentes. Avaliação do Poder Nacional e dos objetivos nacionais.
9. A Segurança Nacional.
10. Elementos constitutivos do poder nacional. Os fatores geográficos. O território.
11. O mar. Largura do mar territorial. Aspectos político, econômico e jurídico.
12. Fatores demográficos. Composição étnica. Movimentos migratórios.

(*) Vide — 1º Ano — pág. 119.

13. Recursos naturais.
14. Forças econômicas. O problema do desenvolvimento.
15. Indústria e desenvolvimento tecnológico.
16. Fatores militares.
17. O elemento humano e o poder nacional. Psicologia dos dirigentes. Relações entre os dirigentes e o povo.
18. A diplomacia e o poder nacional.

IV — Limitações ao Poder Nacional

19. Limitações ao poder nacional na ordem interna e internacional.
20. Equilíbrio de poderes. Bipolarização do mundo. Alianças. Esferas de influências.
21. Neutralidade, neutralismo e neutralização.
22. Moral internacional e opinião pública mundial.
23. O direito internacional como limitação ao poder nacional.

V — Diplomacia

24. Política internacional e diplomacia. Conceito de diplomacia. Diplomacia bi e multilateral. Diplomacia parlamentar e diplomacia *ad-hoc*.
25. Evolução da instituição diplomática. Na Antiguidade, na Idade Média. A paz de Westfália e o Congresso de Viena de 1815.
26. Antiga e moderna diplomacia. A melhoria dos meios de comunicações e a diplomacia. Diplomacia e tecnologia.
27. A dinâmica diplomática e os órgãos de decisão nacional. Chefes de Estado. Chefes de Governo e Ministros das Relações Exteriores.
28. Planejamento da política exterior.
29. Diplomacia de prestígio e o cerimonial diplomático.
30. Atribuições diplomáticas.
31. A instituição consular.

VI — Diplomacia Multilateral e Parlamentar

32. Organização jurídica da comunidade internacional. Antecedentes. O Poder supranacional.
33. A Sociedade das Nações. Origens, estrutura e funcionamento.
34. A experiência da Sociedade das Nações. Brasil e a Sociedade das Nações.

35. As Nações Unidas. Dumbarton Oaks, Chapultepec, San Francisco.
36. Propósitos e princípios.
37. Poderes e atribuições das Nações Unidas. Limitações às funções.
A jurisdição interna e a legítima defesa.
38. Composição, estrutura e funcionamento.
39. A Assembleia-Geral das Nações Unidas.
40. O Conselho de Segurança.
41. Os territórios sem governo próprio e o sistema internacional de tutela.
42. A Carta e a sua Revisão.

VII — *Universalismo e Regionalismo*

43. As Nações Unidas e os sistemas regionais.
44. O Pan-americanismo e a Organização dos Estados Americanos. Histórico.
45. Estrutura e funcionamento da OEA.
46. Os organismos regionais da Europa. O Conselho da Europa.
47. A Liga dos Estados Árabes e a Organização da União Africana.
48. Os sistemas regionais de defesa. O Tratado do Rio de Janeiro.
49. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e o problema do Atlântico Sul.
50. O Pacto de Varsóvia.
51. SEATO, CENTO, ANZUS e os tratados bilaterais de defesa.

VIII — *Técnicas de Política Internacional*

52. Diplomacia e negociações diplomáticas. Pressão diplomática e militar.
53. Isolacionismo, neutralismo e neutralidade. Países não alinhados.
54. Intervenção e não-intervenção.
55. Técnica revolucionária. Terrorismo. Combate ao terrorismo. O problema no âmbito interamericano.
56. Propaganda e diplomacia pública.

IX — *Litígios Internacionais*

57. Soluções pacíficas de litígios internacionais. Meios diplomáticos.
58. Soluções jurídicas de litígios internacionais. A arbitragem.

59. A solução de litígios no sistema mundial e no interamericano.
60. Sanções e medidas coercitivas.
61. A Guerra e a política internacional. O Problema de unidade da política externa. Guerra total. Guerra revolucionária. Guerra fria.
62. Desarmamento.

X — *Formulação e Execução da Política Exterior*

63. Determinação da política exterior. Planejamento.
64. Política exterior do Brasil e de outros Estados.

ECONOMIA

I — *Desenvolvimento Econômico*

1. Medidas do Desenvolvimento e Crescimento Econômico — Estatísticas Nacionais — Comparações Internacionais.
2. Estágios do Desenvolvimento Econômico — Sociedade Tradicional — Pré-Condições — Arranco.
3. Fatores do Crescimento Econômico — O Papel da Acumulação de Capital — A relação Capital/Produto — Recursos Humanos e Educação.
4. Teorias do Crescimento Econômico — Ricardo — Harrod/Domar — Modelos Neoclássicos — Crescimento equilibrado x Crescimento desequilibrado.
5. Inflação e Desenvolvimento.
6. Ajuda externa e Comércio exterior.
7. Industrialização e agricultura.
8. Desenvolvimento brasileiro.

II — *Comércio Internacional*

1. Balanço de Pagamentos — estrutura e análise.
2. Teoria pura do Comércio Internacional — Vantagens Comparativas — Termos de troca.
3. Taxa de Câmbio — Mecanismo de determinação — Paridade do Poder de Compra — Efeitos da desvalorização.
4. Tarifas aduaneiras — Protecionismo x Integração Econômica.
5. O comércio exterior brasileiro.

PROBLEMAS ECONÔMICOS CONTEMPORANEOS

I — Introdução e Definição do Campo de Análise

1. Os conflitos internacionais de interesses e o desenvolvimento econômico. A diplomacia do desenvolvimento internacional: tendências e estratégias básicas.
2. Os participantes e as práticas das relações econômicas internacionais: o Governo e o setor privado — cooperação e conflito.
3. O comércio e o desenvolvimento internacional na década de 60. A perspectiva para os anos 70.

II — Os Blocos Econômicos e os Arranjos Institucionais.

4. A integração europeia: origens, filosofias em presença e linhas de resistência.
5. As Comunidades Europeias: a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a Comunidade Econômica Europeia e a EURATOM.
6. O Mercado Comum Europeu e os Estados Unidos da América. O Mercado Comum Europeu e os países em desenvolvimento: a Convenção de Iauandê. O Mercado Comum Europeu e a grande empresa internacional.
7. A Zona Europeia de Livre Comércio: problemas e perspectivas.
8. O Bloco Comunista e as rivalidades ideológicas. A estrutura e as técnicas de financiamento do comércio Leste-Oeste.
9. O COMECON: relações intra e extrabloco.
10. A integração latino-americana: condicionantes político-econômicas. A ALALC. O Grupo Andino. O Mercado Comum Centro-Americano. Os projetos multinacionais na América Latina: tendências e problemas.
11. A função da empresa nas relações intra e extrabloco: as empresas internacionais, transnacionais e multinacionais.

III — Os Problemas Monetários Internacionais e o Desenvolvimento.

12. As premissas históricas e político-econômicas: a Conferência de Bretton Woods. O Plano Keynes e o Plano White.
13. O Fundo Monetário Internacional: estrutura financeira e institucional, funções e operações. Incidências jurídicas do Estatuto do Fundo sobre os Estados não-membros e as transações comerciais privadas.

14. Os projetos de reforma monetária internacional: o Plano Triffin, as Proposições Bernstein. Os direitos especiais de saque. A posição dos países em desenvolvimento.

IV — O Financiamento Internacional do Desenvolvimento.

15. A ajuda externa: avaliação e tendências. O Relatório Pearson.
16. As instituições financeiras internacionais do Governo dos Estados Unidos da América: a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) e o Export-Import Bank (EXIMBANK). A «Public Law» 480. A Estratégia Nixon para ajuda externa.
17. A cooperação multilateral: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, a Sociedade Financeira Internacional e a Associação Internacional para o Desenvolvimento. Organização institucional, capitalização e recursos, políticas de financiamento. O Banco Interamericano de Desenvolvimento: a estrutura de capital, o Fundo de Operações Especiais, o Fundo Fiduciário de Progresso Social. A política de financiamento do BID e a integração econômica.
18. A perspectiva dos países em desenvolvimento: a UNCTAD. Financiamento básico e financiamento suplementar. O Plano Horowitz.
19. O mercado internacional de capitais: características, mutantes, mutuários e técnicas. Os centros do mercado monetário mundial.
20. O papel do Governo e os investimentos diretos externos: os acordos de tributação e os acordos de garantia de investimentos. Os sistemas de garantia governamental à exportação.

V — Política comercial internacional e desenvolvimento.

21. A perspectiva dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento: contrastes e tensões.
22. O GATT. A UNCTAD.
23. Comércio internacional e produtos de base. Acordos. Café. Açúcar. Trigo. Madeiras. Frutas. Cacaú. Carne.
24. Comércio de semimanufaturados e das manufaturas. O problema das preferências.

VI — A Cooperação técnica internacional.

25. O hiato tecnológico e o desenvolvimento. As origens da cooperação técnica internacional e sua evolução.

26. A cooperação técnica bilateral: acordos de base.
27. A cooperação multilateral. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. O Relatório Jackson.

Conclusão.

28. A Primeira Década do Desenvolvimento: filosofia e balanço dos resultados. A estratégia da Segunda Década do Desenvolvimento. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento social: papel e posição do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.
29. Desenvolvimento sócio-econômico e progresso político: mundialidade e mundialismo.

Trabalhos práticos

1. *Exercícios de negociação.*

Análise de projetos setoriais com financiamento externo e negociação simulada dos recursos externos postulados junto a Governos estrangeiros e agências internacionais de crédito.

2. *Pesquisa de posições e de metodologia de ação:*

- a) Junto aos setores econômico-financeiros de Missões diplomáticas no Rio de Janeiro, acerca de problemas bilaterais ou multilaterais, que envolvam interesse direto brasileiro.
- b) Junto a empresas com ação externa, baseadas no mercado brasileiro, com relação a políticas de exportação e de financiamento internacional.

DIREITO CONSTITUCIONAL

I — *Ciência Política Aplicada*

1. Constitucionalismo e vida política na América Latina: as fontes de poder e as instituições. Os fatores individuais e coletivos nos antagonismos políticos, na América Latina. A integração transnacional e o comportamento político latino-americano.
2. A vida política brasileira: tipologia social, instituições, usos e costumes. As eleições de 1970. O constitucionalismo brasileiro no contexto político-institucional latino-americano.

II — *Direito Constitucional Brasileiro*

1. Os partidos políticos na Constituição vigente. A fidelidade partidária e a legislação complementar.
2. O sistema tributário. Orçamentoção e fiscalização financeira.
3. Direitos e garantias individuais.

Trabalhos práticos

1. *Exercícios de planejamento político*

Conclusão do «Projeto Político para o Brasil», com a aplicação dos questionários relativos à instrumentação dos objetivos nacionais e a programação política, com base nos dados colhidos.

2. *Análise de casos:*

- a) A renúncia Jânio Quadros: levantamento de dados, análise crítica das interpretações e avaliação das consequências políticas.
- b) A posição do Estado de São Paulo no desenvolvimento econômico nacional e a participação paulista no desenvolvimento político brasileiro: pesquisa das origens e perspectivas da defasagem.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — *Introdução.*

1. Conceitos e terminologia.
2. A comunidade não organizada dos Estados.
3. Natureza das relações interestatais.
4. Formação e evolução do Direito Internacional.
5. Irrupção do homem no Direito Internacional.
6. Função do direito na comunidade universal.
7. Conceito do Direito Internacional.

II — *Organização Jurídica da Sociedade Internacional.*

1. Antecedentes. Independência e interdependência dos Estados. As duas ordens jurídicas.
2. Nações Unidas. Bases da Carta, sua natureza constitucional e emendas. Membros.
3. Objetivos e Princípios.
4. Assuntos da competência nacional (art. 2º, nº 7). Determinação pelo D.I. do âmbito de eficácia da norma interna.
5. Órgãos principais, a Corte e o Secretariado.

6. Organismos especializados.
7. Organização dos Estados Americanos. Princípios e estrutura. Protocolo de Buenos Aires, 1967.
8. Outras organizações regionais.
9. Universalização da ONU, voto ponderado, jurisdição internacional obrigatória e força policial supranacional.

III — *Natureza do Direito Internacional.*

1. Estrutura da norma interestatal. D.I. geral e particular, comum e consensual. *Jus cogens*.
2. Força obrigatória do Direito Internacional. Teorias jusnaturalistas, voluntaristas e objetivas.
3. Validade do art. 2º, nº 6, da Carta da ONU
4. Peculiaridades da norma internacional quanto à: a) elaboração; b) aplicação judicial; c) execução coativa.
5. Relação entre a norma internacional e interna.
6. Dualismo e monismo. Primado da norma internacional.
7. Textos convencionais e prática consuetudinária dos Estados nessa matéria.
8. Principais sistemas constitucionais.

IV — *Fontes do Direito Internacional.*

1. Conceito. Fonte material e formal.
2. Art. 38, nº 1, do Estatuto da Cij.
3. Convenção internacional. *Pacta sunt servanda*.
4. Prática consuetudinária dos Estados.
5. Princípios gerais de direito.
6. Precedente judicial e doutrina dos publicistas.
7. Resolução de organização internacional.
8. Codificação. Obra da comissão de Direito Internacional da ONU.

V — *Sujeitos de Direito Internacional.*

1. Estado. Elementos constitutivos. Formas especiais.
2. Soberania (art. 2º, nº 1, da Carta da ONU).
3. Estrutura do Estado.
4. Reconhecimento de Estado e de Governo.
5. Territórios sem governo próprio. Mandato. Tutela. Aquisição de independência.
6. Sucessão de Estados.
7. Personalidade das organizações internacionais.
8. Indivíduos. Responsabilidade internacional. Direitos.

VI — *Atos Jurídicos Internacionais.*

1. Atos unilaterais. Acordos bi e multilaterais. Tratado-lei e tratado-contrato. Terminologia.
2. Prática dos Estados. Convenções de Havana, 1928, e de Viena, 1969.
3. Capacidade, Estado e Organização Internacional. *Treaty-making power*.
4. Consentimento, objeto e forma. Nulidade.
5. Celebração, ratificação, vigência e registro. Adesão.
6. Reservas. Interpretação, execução e efeitos.
7. Incorporação ao direito interno.
8. Revisão, denúncia e terminação.

VII — *Direitos e Deveres do Estado.*

1. Independência. Autodeterminação.
2. Exercício da competência, inclusive jurisdicional.
3. Igualdade jurídica.
4. Legítima defesa.
5. Não-intervenção e ação coletiva.
6. Cooperação internacional. Extensão e órgãos.
7. Outros deveres.

VIII — *Competência do Estado.*

1. Fatores determinantes: espaço, pessoas e outros. Âmbito da eficácia territorial de norma interna.
2. Elementos do território. Natureza da autoridade do Estado sobre cada elemento. Atos de império.
3. Território terrestre. Estabelecimento e perda de competência. Limites. Zonas polares.
4. Território equóreo. Zona contígua. Plataforma continental.
5. Alto-Mar. Competência relativa à navegação, pesca, outras utilizações econômicas e cabos submarinos. Testes nucleares e usos bélicos. Repressão da pirataria e tráfico de escravos.
6. Território aéreo. Competência relativa ao espaço aéreo não abrangido nos territórios estatais.
7. Espaço exterior e corpos celestes. Internacionalização. Tratado de 1967.
8. Competência extraterritorial, pessoal ou por outro título.

IX — *Órgãos das Relações Interestatais.*

1. Chefe de Estado. Atribuições do Executivo, do Legislativo e Judiciário.

2. Ministro das Relações Exteriores e outros órgãos.
3. Relações e imunidades diplomáticas. Convenções de Havana, 1928, e Viena, 1961.
4. Congressos e conferências. Diplomacia parlamentar.
5. Relações consulares. Convenção de Viena, 1963.
6. Bens e serviços do Estado no estrangeiro. Doutrina dos Atos de Estado.
7. Organizações internacionais em suas relações externas.
8. Imunidades e privilégios das organizações internacionais.

X — *Proteção Internacional dos Direitos Humanos.*

1. Distinção entre homem e súdito. Defesa de nacionais e estrangeiros contra abusos do Estado. Pressupostos.
2. Cartas da ONU e OEA. Declarações Americana e Universal.
3. Tratado de Roma, 1950, e protocolos adicionais. Carta Social da Europa. Pactos aprovados pela ONU em 1966.
4. Convenção Americana sobre Proteção de Direitos Humanos.
5. Órgãos de execução. Esgotamento dos recursos da jurisdição interna.
6. Direito de petição e acesso à jurisdição internacional.
7. Convenções especiais. Genocídio. Direitos da mulher. Escravidão e trabalho forçado. Discriminação. Asilo e outras.
8. Relação entre direitos humanos e democracia representativa. Projetos.

XI — *Responsabilidade Internacional.*

1. Fundamentos: dever de reparar, abuso de direito ou teoria da boa-fé.
2. Ação ou omissão violadora do Direito Internacional. Atos do Legislativo, Executivo, Judiciário e fatos de particulares.
3. Imputabilidade. Causas excludentes da responsabilidade.
4. Denegação de justiça, negligência e violação de direito adquirido.
5. Proteção diplomática. Reclamação. Esgotamento dos recursos internos.
6. Danos causados por uso da energia nuclear ou do espaço exterior.
7. Reparação do dano.
8. Responsabilidade das organizações internacionais.

XII — *Comunicações Internacionais.*

1. Vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Liberdade de circulação e comunicação. Direito de passagem inofensiva.
2. Convenções sobre circulação por estrada e ferrovia.
3. Principais convenções sobre rios, canais e estreitos internacionais. Tratados e legislação do Brasil.
4. Navios e estações. Regime da navegação.
5. Aeronaves. Convenção de Chicago, 1944, e as posteriores. OACI.
6. Foguetes e naves espaciais. Assistência a astronauta. Regime jurídico.
7. Convenção sobre telecomunicações. Repartição de frequências. Satélites de comunicação.

XIII — *Solução Pacífica das Controvérsias.*

1. Controvérsia jurídica e conflito político. Distinção.
2. Negociação, bons ofícios e mediação.
3. Investigação e conciliação.
4. Solução através de organização internacional.
5. Arbitragem. Processo. Efeitos do laudo. Convenções vigentes.
6. Solução judiciária. Corte Internacional de Justiça. Artigos 92 a 96 da Carta da ONU. Estatuto anexo.
7. Competência contenciosa e consultiva. Cláusula facultativa. Processo. Execução das decisões.
8. Outras cortes internacionais.

XIV — *Segurança Coletiva e Uso da Força.*

1. Limitações do *jus ad bellum*. Pacto Brian-Kellog. Guerra crime. Interdição do uso da força (art. 2º, nº 4, da Carta da ONU).
2. Segurança internacional. Ameaça à paz. Medidas não coercitivas (arts. 39 a 41). Emprego de forças aéreas, navais ou terrestres (arts. 42 a 50).
3. Legítima defesa. Conceito de ataque armado. Limite ao exercício da defesa (art. 51).
4. Organismos regionais e ação coletiva (arts. 52 a 54).
5. Casos de uso da força pela ONU. As operações preventivas ou assessoratórias da paz. Custeio e aplicação do art. 19 da Carta. Força interamericana de Paz.
6. *Jus in bello*. Convenções. Violações.
7. Neutralidade. Direitos dos beligerantes e neutros.

8. Testes nucleares. Tratado de Moscou, 1963. Proscrição das armas nucleares. Tratado do México, 1967. Tratado de Não-Proliferação.
9. Projetos de desarmamento. Requisitos de viabilidade jurídica.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Conflitos legislativos internacionais, interestaduais etc. Direito Internacional Privado. Direito Uniforme e Direito Comparado.
2. Fontes especiais do DIP: internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina. Conflitos entre as diversas fontes. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
3. Divergência espacial de normas do DIP, teorias da renúncia e da devolução e divergência temporal das normas do DIP.
4. Conflitos de qualificação. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
5. Nacionalidade. Princípios gerais. Nacionalidade, cidadania e naturalidade. Espécies de nacionalidade. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação combinada com serviço público, residência e opção. Opção institucional — Direito intertemporal — Irrelevância do casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.
6. Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.
7. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
8. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiros no serviço nacional.
9. Domicílio. Aquisição. Domicílio necessário. Domicílio de origem. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.

10. Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, foro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
11. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciários. Expulsão. Casos. Processos. Recursos. Efeitos.
12. Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
13. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
14. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.
15. Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro.
16. Atos jurídicos. Vícios de consentimento. Forma. Prescrição.
17. Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma.
18. Do casamento consular.
19. Efeitos pessoais e patrimoniais do casamento.
20. Desquite, divórcio e anulação do casamento.
21. Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela. Proteção social dos incapazes.
22. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e «aparentes». Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.
23. Direito das sucessões. Testamentos. Do testamento consular.
24. Direito marítimo e aéreo internacional.
25. Direito Penal Internacional. Territorialidade e extraterritorialidade das leis penais.
26. Direito processual civil internacional. Competência. Forma do processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.

27. Da cooperação internacional nos processos criminais.
Da extradição internacional.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

I — Administração Pública

- A. Organização administrativa federal.
B. O Decreto-lei nº 200/67 e suas alterações.

II — Ministério das Relações Exteriores

A. Organização

1. Secretaria do Estado: estrutura, competência dos diversos órgãos.
2. Missões Diplomáticas: categorias, competência.
3. Repartições Consulares: categorias, competência.

B. Pessoal

1. Diplomata: legislação, deveres e funções; informações gerais.
2. Oficial de Chancelaria: legislação; deveres e funções.
3. Funcionários administrativos. Auxiliares locais; legislação; deveres e funções.
4. Cônsules Privativos e Honorários: legislação; deveres e funções.

C. Comunicações

1. Regras gerais de correspondência oficial.
2. Andamento e trânsito de correspondência oficial.
3. Normas específicas de redação oficial.
4. Correspondência postal, telegráfica e serviço telex:
 - a. Memorando.
 - b. Ofício.
 - c. Despacho.
 - d. Aviso.
 - e. Nota.
 - f. Exposição de Motivos.
 - g. Carta de Chancelaria.
 - h. Carta de Gabinete.
 - i. Carta.
 - j. Telegrama e telex.
 - l. Circulares.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

C.P.

ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CHANCELARIAS

(*Programa analítico*)

1.0 — Introdução. Noções gerais.

1.1 — Composição da Missão diplomática.

1.1.1 — Pessoal diplomático.

Chefe da Missão. Encarregado de Negócios.
Chefe de Chancelaria.
Chefe ou Encarregado de Setores. Ministro para Assuntos Comerciais.

1.1.2 — Pessoal administrativo.

Oficial de Chancelaria.
Assistente de Chancelaria.
Oficial de Administração.
Outros quadros administrativos.
Auxiliar local.

1.1.3 — Pessoal subalterno.

Porteiros. Mensageiros. Faxineiros.
Serventes. Motoristas.
Guardiães.
Pessoal doméstico da Sede.

1.1.4 — Adidos.

Adidos militares. Adjuntos e Auxiliares dos Adidos.
Adidos civis. Adido Cultural. Adido Científico.
Relações dos Adidos com o chefe da Missão diplomática. Assistente técnico.

1.1.5 — Colaboradores temporários. (Contratos específicos).

Pessoal de outros órgãos brasileiros no exterior.

1.2 — Estrutura de Missão diplomática.

1.2.1 — Chefia da Missão. Encarregatura de Negócios.

1.2.2 — Chefia da Chancelaria.

1.2.3 — Setores da Chancelaria. Político.

Econômico.

Promoção Comercial.

Cultural. Instituto ou Centro Cultural. Administrativo.

(Consular)

Imprensa. Cerimonial. Setores *ad hoc*.

1.3 — Mecânica de trabalho de Missão diplomática (Organograma) (Fluxograma).

Coleta e recebimento.

Distribuição.

Processamento.

Produção.

2.0 — O Setor Administrativo.

2.1 — Finalidades. Atribuições. Estrutura.

2.2 — Instalações. Sede e Chancelaria.

2.2.1 — Sede. Prédio próprio ou alugado.

2.2.2 — Chancelaria. Prédio próprio ou alugado.

2.2.3 — Outras instalações.

2.3 — Acervo. Inventário.

2.3.1 — Material permanente.

2.3.2 — Documentação.

2.3.3 — Material de Consumo.

2.3.4 — Inventário.

2.4 — Contabilidade.

2.4.1 — Verbas. Dotação. Reforço. Aplicação.

2.4.2 — Prestação de contas.

2.4.3 — Auditoria pelo Inspetor-Geral de Finanças.

2.5 — Pessoal.

2.5.1 — Disciplina. Horário de trabalho.

2.5.2 — Controle. Avaliação de trabalho. Boletim de merecimento.

2.5.3 — Contrato de pessoal.

2.6 — Expediente. Arquivos.

2.6.1 — Livros de protocolo.

2.6.2 — Arquivo de originais. Arquivo de referência. Arquivo da correspondência especial. Classificação de documentos. Cópia de documentos. Proibição de guarda de documentos oficiais.

2.6.3 — Mecanografia. Multiplicação de documentos. Serviços gráficos.

2.6.4 — Expedição. Malas diplomáticas.

2.7 — Comunicações.

Meios de comunicações. Correio diplomático.

2.8 — Biblioteca. Documentação.

Organização e funcionamento.

3.0 — *Segurança de Missão diplomática.*

3.1 — Segurança de instalações.

3.2 — Segurança de material.

3.3 — Segurança de comunicações.

3.4 — Segurança de pessoal.

3.5 — Segurança da ação diplomática.

4.0 — *Casos especiais.*

4.1 — Chancelaria de Delegação junto a Organismos Internacionais.

4.2 — Chancelaria de Repartição consular.

4.3 — Abertura de Missão diplomática (aspecto administrativo).

4.4 — Passagem de direção (aspecto administrativo).

4.5 — Encerramento de Missão diplomática.

4.6 — Proteção de interesses (aspecto administrativo).

4.6.1 — Proteção de interesses por terceiro país.

4.6.2 — Proteção de interesses de terceiro país.

5.0 — *Responsabilidades dos funcionários.*

5.1 — Responsabilidade individual e coletiva.

- 5.2 — Disciplina. Regulamentos. Praxe. Hierarquia.
- 5.3 — Relações humanas. Peculiaridades da vida no exterior.
- 5.4 — A importância profissional da versatilidade.

COMUNICAÇÕES

(Programa sintético)

- 1.0 — Transmissão de informações: escolha de meios.
- 2.0 — Segurança das comunicações: os meios de cifração.
- 3.0 — Malas diplomáticas e correspondência postal.
- 4.0 — Correspondência telegráfica.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA I

REPRESENTAÇÃO E USOS DIPLOMÁTICOS

(Programa analítico)

- 1.1.0 — *Diplomacia e a profissão de diplomata.*
 - 1.1.1 — Encargos de diplomata.
 - 1.1.2 — Qualidades requeridas pela profissão.
 - 1.1.3 — Importância das regras protocolares.
- 1.2.0 — *Corpo diplomático e seus membros.*
 - 1.2.1 — Composição de uma Missão diplomática.
 - 1.2.2 — Diferentes tipos de Chefe de Missão.
 - 1.2.3 — Reuniões do Corpo Diplomático convocadas pelo Decano ou pelo Ministro das Relações Exteriores.
- 1.3.0 — *Embaixador. Designação e assunção.*
 - 1.3.1 — «Agrément».
 - 1.3.2 — Exposição de motivos, mensagem ao Senado, decreto.
 - 1.3.3 — Cartas credenciais e cartas revocatórias. Cópias figuradas.
 - 1.3.4 — Chegada do Chefe de Missão: providências práticas.
 - 1.3.5 — Primeiras visitas do Chefe de Missão.
 - 1.3.6 — Apresentação de credenciais.
 - 1.3.7 — Visitas do Embaixador a outros Chefes de Missão.

- 1.3.8 — Visitas e convites ao Embaixador por membros da Missão.
- 1.4.0 — *Encarregado de Negócios. Designação e assunção.*
 - 1.4.1 — Encarregado de Negócios *ad hoc*.
 - 1.4.2 — Encarregado de Negócios *ad interim*.
 - 1.4.3 — Obrigações protocolares e de representação do Encarregado de Negócios e de sua mulher.
 - 1.4.4 — Residência do Encarregado de Negócios.
- 1.5.0 — *Secretário de Embaixada. Remoção e apresentação.*
 - 1.5.1 — Problemas e providências.
- 1.6.0 — *Missões temporárias.*
 - 1.6.1 — Cartas de plenos poderes.
 - 1.6.2 — Instruções.
- 1.7.0 — *Missões cumulativas.*
- 1.8.0 — *Regras gerais de precedência.*
 - 1.8.1 — Precedência da República do Brasil.
 - 1.8.2 — Precedência do Corpo diplomático.
 - 1.8.3 — Precedência entre as Missões diplomáticas.
 - 1.8.4 — Precedência entre os Chefes de Missão.
 - 1.8.5 — Precedência dos membros de uma Missão diplomática.
 - 1.8.6 — Lista Diplomática.
 - 1.8.7 — Precedência do Corpo Consular.
 - 1.8.8 — Precedência entre instituições de uma colônia de nacionais no exterior.
 - 1.8.9 — Equivalência de cargos civis e militares.
 - 1.8.10 — Precedências especiais: Senhoras viúvas e desquitadas; maridos de funcionárias diplomáticas.
 - 1.8.11 — Precedência «de cortesia».
 - 1.8.12 — Conflitos entre as precedências oficial e de cortesia.
 - 1.8.13 — Precedência em mesas de conferências.
- 1.9.0 — *Usos diplomáticos.*
 - 1.9.1 — Importância dos detalhes protocolares.
 - 1.9.2 — Modelos de convites.
 - 1.9.3 — Respostas a convites.
 - 1.9.4 — Agradecimentos a convites.

- 1.9.5 — Envio de flores.
- 1.9.6 — Sobrescritos de envelopes.
- 1.9.7 — Vestuário.
- 1.9.8 — Diferentes tipos de mesas de jantar e respectivas cabeceiras.
- 1.9.9 — Planos de mesa.
- 1.9.10 — Pontualidade.
- 1.9.11 — Cartões de visita.
- 1.9.12 — Bandeiras.
- 1.9.13 — Pronunciamento de alocuções.
- 1.9.14 — Filas de recebimento em recepções.
- 1.9.15 — Cortejo para salas de refeições.
- 1.9.16 — Cortejo de automóveis.
- 1.9.17 — Obrigações das mulheres dos diplomatas.
- 1.10.0 — *Atividades sociais em uma Missão diplomática.*
- 1.10.1 — Almoços, jantares e recepções usuais.
- 1.10.2 — Recebimento do Presidente da República do Brasil.
- 1.10.3 — Recebimento do Ministro das Relações Exteriores.
- 1.10.4 — Recebimento de Chefe de Estado estrangeiro.
- 1.10.5 — Recebimento de Príncipe ou Cardeal.
- 1.10.6 — Recebimento de tripulação de navio de guerra ou navio-escola brasileiro.
- 1.11.0 — *Visitas oficiais.*
- 1.11.1 — Organização da visita. Providências práticas.
- 1.11.2 — Visita de Chefe de Estado estrangeiro.
- 1.11.3 — Visita de Chefe de Governo estrangeiro.
- 1.11.4 — Visita de Ministro de Estado estrangeiro.
- 1.11.5 — Visita de outras personalidades.
- 1.11.6 — Visita em caráter privado de personalidades estrangeiras.
- 1.12.0 — *Festas nacionais.*
- 1.12.1 — Comemorações em uma Missão diplomática.
- 1.12.2 — Cortesias de Governo a Governo.
- 1.13.0 — *Luto oficial ou calamidades públicas.*
- 1.13.1 — Decretação de luto oficial.
- 1.13.2 — Cortesias: assinatura de livro, telegramas.
- 1.13.3 — Cerimônias religiosas.

- 1.14.0 — *Condecorações e medalhas*
- 1.14.1 — Principais ordens honoríficas brasileiras e estrangeiras.
- 1.14.2 — Concessão e aceitação de condecorações.
- 1.14.3 — Regulamento.
- 1.14.3 — Uso de condecorações.
- 1.15.0 — *Privilegios e imunidades.*
- 1.15.1 — Convenção de Viena sobre relações diplomáticas.
- 1.15.2 — Inviolabilidade.
- 1.15.3 — Imunidade de jurisdição.
- 1.15.4 — Isenção de impostos e taxas.
- 1.15.5 — Isenção de obrigações de caráter público.
- 1.15.6 — Renúncia de imunidades.
- 1.15.7 — Privilegios aduaneiros.
- 1.15.8 — Privilegios dos familiares.
- 1.15.9 — Privilegios relativos ao automóvel.
- 1.15.10 — Lisura na utilização de privilégios.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA II

OS SETORES POLÍTICO, ECONÔMICO E CULTURAL DE UMA EMBAXADA

(*Programa analítico*)

2.1.0 — *As funções de observar e informar.*

- 2.1.1 — A coleta de informações:
 - i — imprensa
 - ii — autoridades
 - iii — Corpo Diplomático
 - iv — meios locais
- 2.1.2 — A avaliação e seleção das informações.
- 2.1.3 — A concatenação das informações:
 - i — fichário de personalidades
 - ii — fichário de assuntos
- 2.1.4 — A transmissão das informações:
 - i — meios:
 - telegrama
 - CT
 - ofício
 - relatório mensal

- ii — linguagem
- 2.1.5 — Troca de informações entre as Missões diplomáticas brasileiras.
- 2.2.0 — *A divulgação do país.*
- 2.2.1 — *A divulgação política:*
 - i — imprensa
 - ii — autoridades
 - iii — meios locais
- 2.2.2 — *A divulgação cultural:*
 - i — imprensa
 - ii — estabelecimentos de ensino:
 - primário
 - secundário
 - universitário
 - iii — meios culturais
 - iv — organização de atividades culturais:
 - exposições
 - conferências
 - concertos
 - v — elaboração de publicações
 - vi — cinema
 - vii — uso da televisão
- 2.2.3 — *A divulgação econômica:*
 - i — imprensa
 - ii — autoridades
 - iii — câmaras e associações empresariais
 - iv — sindicatos

2.3.0 — *A negociação.*

- 2.3.1 — *A gestão diplomática:*
 - i — meio:
 - verbal
 - *memorandum*
 - nota
 - ii — processo e apoio
- 2.3.2 — *A negociação de acordos:*
 - i — preparação
 - ii — projeto de acordo
 - iii — processo de negociação

- iv — redação final
- v — processamento dos documentos
- 2.4.0 — *A proteção de interesses.*
- 2.4.1 — *A proteção dos interesses nacionais.*
- 2.4.2 — *A proteção de brasileiros.*
- 2.4.3 — *A proteção de interesses de terceiro país:*
 - i — recebimento, transmissão e aceitação do pedido
 - ii — guarda dos arquivos e dos bens
 - iii — intercessão política
 - iv — proteção dos nacionais
- 2.4.4 — *A proteção de interesse por terceiro país.*
- 2.4.5 — *O protesto e a reclamação diplomática.*
- 2.5.0 — *O asilo diplomático*
 - i — pedido de asilo
 - ii — interrogatório e obtenção de informações
 - iii — concessão do asilo
 - iv — comportamento do asilado
 - v — obtenção do salvo-conduto
 - vi — partida do asilado
- 2.6.0 — *A interrupção e o reatamento de relações diplomáticas*
- 2.7.0 — *A coordenação das Repartições consulares e de outros órgãos do Governo brasileiro.*
- 2.8.0 — *Relações com o Ministério das Relações Exteriores e outras autoridades locais.*
- 2.9.0 — *Relações com a Imprensa.*

PRÁTICA CONSULAR

1.0 — *O Serviço Consular.*

- 1.1 — *O Serviço Consular Brasileiro:*
 - 1.1.1 — Consulados de carreira.
 - 1.1.2 — Serviço Consular nas Missões Diplomáticas.
 - 1.1.3 — Consulados Privativos.
 - 1.1.4 — Consulados Honorários.

- 1.2 — Corpo Consular:
 - 1.2.1 — Características locais. Decanato. Reuniões.
 - 1.2.2 — Relações entre os membros do Corpo Consular.
- 2.0 — Os Cônsules.
 - 2.1 — Carta-Patente.
 - 2.2 — Reconhecimento provisório.
 - 2.3 — Exequatur.
 - 2.4 — Privilégios e imunidades.
 - 2.5 — Chegada ao posto. Providências e visitas.
 - 2.6 — Relações com as autoridades locais.
 - 2.7 — Relações com a Missão Diplomática e demais repartições brasileiras.
 - 2.8 — Passagem de direção (características particulares das Repartições consulares).
- 3.0 — Controle consular.
 - 3.1 — Legalização de faturas comerciais.
 - 3.2 — Licenças ou guias de importação.
 - 3.3 — Legalização de listas de bens e importação de automóveis.
 - 3.4 — O Cônsul Capitão-do-Porto. Atribuições. Mudança de bandeira.
- 4.0 — Atos notariais e do Registro Civil.
 - 4.1 — Registro de nascimento. Casamento. Óbito.
 - 4.2 — Procuраções. Reconhecimento de firmas. Contratos.
 - 4.3 — Testamento e inventário.
- 5.0 — Proteção de interesses de brasileiros.
 - 5.1 — Matrícula e expedição de título de nacionalidade.
 - 5.2 — Auxílio e Repatriação.
 - 5.3 — Serviço Militar.
 - 5.4 — Reclamações de dívidas.
- 6.0 — Passaportes.
 - 6.1 — Passaportes brasileiros. Expedição e prorrogação.
 - 6.2 — Passaportes estrangeiros. Vistos.
- 7.0 — Renda Consular.
 - 7.1 — Emolumentos consulares. Isenções.

7.2 — Estampilhas. Escrituração. Conta bancária especial. Recolhimento à Delegacia do Tesouro.

PROMOÇÃO COMERCIAL

- 1 — Introdução
- 2 — O Sistema de Promoção Comercial
 - 2.1 — A Secretaria-Geral Adjunta
 - 2.2 — Os Setores
 - 2.3 — A CACEX
 - 2.4 — A COLESTE
- 3 — A Reorganização do Sistema
 - 3.1 — A análise do Sistema
 - 3.2 — Sugestões
 - 3.3 — Programas a curto, a médio e a longo prazo
- 4 — Informação Comercial
 - 4.1 — Oportunidades comerciais
 - 4.2 — Concorrências públicas
 - 4.3 — Estudos de mercado
 - 4.4 — A empresa internacional
 - 4.5 — Comunicações e divulgação
 - 4.6 — Publicações
- 5 — Promoções Diretas e Turismo
 - 5.1 — Planejamento do programa de promoções diretas — feiras, missões comerciais e visitas de importadores
 - 5.2 — Atuação interna — arregimentação e organização
 - 5.3 — Turismo
- 6 — Funcionamento dos Setores
 - 6.1 — Infra-estrutura e organização do serviço
 - 6.2 — Contatos com o importador estrangeiro
 - 6.3 — Estudos de mercado
 - 6.4 — Assistência ao exportador brasileiro
 - 6.5 — Divulgação no exterior de oportunidades comerciais
 - 6.6 — Participação em promoções diretas
- 7 — Programa e Orçamento-programa
 - 7.1 — Formulação do programa
 - 7.2 — Recursos disponíveis
 - 7.3 — Aplicação da dotação «Promoção Comercial».

LEGISLAÇÃO

PORTARIA Nº 11, DE 2 DE AGOSTO DE 1971

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso VIII, do Regimento do Instituto, aprovado pelo Decreto nº 24.883, de 28 de abril de 1948,

Resolve:

I — Continuam dispensados, de acordo com a Portaria nº 14, de 13 de agosto de 1969, das provas de seleção prévia do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a se realizarem em 1971 os candidatos que tenham sido aprovados:

- a) nas referidas provas realizadas a partir de 1965, inclusive;
- b) nas provas finais de Português, Francês e Inglês dos Exames Vestibulares realizados a partir de outubro e novembro de 1963, inclusive;
- c) na 1ª fase do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata realizada em 1967.

II — Sem prejuízo da investigação dos costumes e do conceito corrente, a que se refere o § 1º do art. 7º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967, ficam dispensados dos exames de sanidade e capacidade física e psíquica e da entrevista, de que tratam o art. 7º e seu § 3º, do mencionado Regulamento, os candidatos habilitados na 2ª fase do Exame Vestibular realizado no início do ano corrente.

III — De acordo com o disposto no art. 20 e parágrafos, do Regulamento, os candidatos dispensados da 2ª fase, em conformidade com o item anterior, e que venham a ser habilitados na 3ª fase, poderão ser novamente submetidos aos exames de que trata o art. 7º, do mesmo Regulamento.

IV — Na inscrição dos candidatos a que se referem os itens I e II observar-se-ão os demais requisitos estabelecidos pela legislação em vigor e o disposto nas Instruções que acompanham o Edital de convocação do Exame Vestibular.

Rio de Janeiro, em 2 de agosto de 1971. — (a.) *Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.*

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLO-
MATA — EXAME VESTIBULAR

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 6 de setembro ao dia 29 de outubro de 1971, na sede do Instituto na Avenida Marechal Floriano nº 196, Rio de Janeiro, e no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pelas Portarias Ministeriais Nºs 268 e 269, de 14 de janeiro de 1969 (*Diário Oficiais* de 17 e 28 de janeiro de 1969), e às Instruções que acompanham o presente Edital.

É fixado em 20 (vinte) o número de vagas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a serem providas pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação.

Rio de Janeiro, em 2 de agosto de 1971.

PESSOAL

PESSOAL DO INSTITUTO RIO BRANCO DE 1945 A 1971

N O M E S	C A R G O	E X E R C I C I O
DIRETORES		
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly.....	Embaixador.....	28- 4-1945 a 13- 1-1947
Hélio Lobo.....	Ministro.....	15- 1-1947 a 24- 4-1947
Lafayette de Carvalho e Silva.....	Embaixador.....	24- 4-1947 a 26- 1-1956
Antonio Camillo de Oliveira.....	Embaixador.....	28- 1-1956 a 21- 6-1966
Antonio Corrêa do Lago.....	Embaixador.....	21- 6-1966 a 17-11-1969
Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.....	Embaixador.....	17-11-1969 a
COORDENADOR DE CURSOS		
Jorge Alberto de Seixas Corrêa.....	Ministro.....	13- 5-1969 a
CHIEFES DA SECRETARIA		
Labieno Salgado dos Santos.....	Ministro.....	1- 9-1945 a 3- 6-1946
Jacome Baggi de Berenguer César.....	Ministro.....	3- 6-1946 a 7- 1-1947
João Guimarães Rosa.....	Secretário.....	24- 1-1947 a 7- 8-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*).....	Cônsul.....	1- 8-1947 a 31- 8-1947
Raul Bopp.....	Ministro.....	17- 9-1948 a 17-11-1951
Beata Vettori.....	Conselheiro.....	17-11-1951 a 30- 5-1953
Jayme de Azevedo Rodrigues.....	Conselheiro.....	30- 5-1953 a 11-11-1953
Antonio Corrêa do Lago.....	Ministro.....	11-11-1953 a 11-10-1954
Luiz Alcides Nogueira Porto.....	Cônsul.....	6-10-1954 a 26- 5-1955
Vera Regina Amaral Sauer.....	Ministro.....	26- 5-1955 a 22- 8-1962
Arnaldo Rigueira (*).....	Secretário.....	24- 9-1960 a 20-12-1960
Hélio Antonio Scarabóto.....	Conselheiro.....	22- 8-1962 a 1- 8-1964
Arthur Pimenta Valente.....	Secretário.....	12- 8-1964 a 1- 4-1965
Isócrates de Oliveira.....	Secretário.....	25- 6-1965 a 1- 7-1966
Fernando Paulo Simas Magalhães.....	Ministro.....	1- 7-1966 a 23-12-1966
Othon do Amaral Henriques Filho.....	Conselheiro.....	28-12-1966 a 31- 5-1967
Oswaldo Barreto e Silva (*).....	Conselheiro.....	1- 6-1967 a 31- 7-1967
Othon do Amaral Henriques Filho.....	Conselheiro.....	1- 8-1967 a 12- 9-1969
Othon Guimarães.....	Conselheiro.....	12- 9-1969 a
COORDENADOR EM BRASILIA		
Arnaldo Rigueira.....	Conselheiro.....	24- 3-1970 a

(*) Em caráter interino.

CHEFES DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

N O M E S	CARGO	EXERCÍCIO
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	Cônsul.....	12- 5-1948 a 18-11-1949
Ayrton Diniz (*).....	Cônsul.....	18-11-1949 a 23- 6-1950
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	Cônsul.....	23- 6-1950 a 9- 2-1951
Cláudio Garcia de Souza.....	Cônsul.....	9- 2-1951 a 26- 5-1952
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*).....	Cônsul.....	2- 4-1951 a 28- 5-1951
Marcos Antônio de Salvo Coimbra (*).....	Cônsul.....	28- 5-1952 a 27- 3-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar.....	Cônsul.....	8- 6-1953 a 7- 4-1954
Osires Carneiro Leão (*).....	Aux. Administrativo.....	11- 1-1954 a 10- 5-1954
José Maria Vilar de Queiroz.....	Cônsul.....	7- 4-1954 a 10- 1-1955
Martha Freire Pereira Pinto.....	Escriturário.....	13- 1-1955 a 20- 1-1959
Arnaldo Rigueira.....	Secretário.....	21- 1-1959 a 8- 3-1961
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Oficial Chancelaria.....	25- 5-1961 a

CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Alvaro Motinho Neiva (*).....	Técnico de Educação.....	19- 5-1948 a 31-12-1949
Marina de Barros Vasconcelos (*).....	Professora.....	9-10-1951 a 13- 1-1955
Rachel Biasotto Mano.....	Professora.....	13- 1-1955 a 1- 4-1965
Ilhah de Figueiredo Lobo.....	Professora.....	1- 4-1965 a 20- 8-1968
Martha Freire Pereira Pinto.....	Oficial de Chancelaria.....	1- 3-1969 a

CHEFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

José Honório Rodrigues.....	Professor.....	2- 9-1948 a 24- 7-1950
Raul José de Sá Barbosa.....	Cônsul.....	21- 8-1950 a 26- 5-1951
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*).....	Cônsul.....	11- 6-1951 a 24- 9-1951
Cláudio Garcia de Souza (*).....	Cônsul.....	24- 9-1951 a 19- 1-1952
Flávio Garcia de Souza.....	Auxiliar.....	19- 1-1952 a 7- 1-1955
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo.....	Oficial de Chancelaria.....	7- 1-1955 a

SECRETÁRIOS DO DIRETOR

Melilo Moreira de Mello.....	Cônsul.....	22- 5-1946 a 5-12-1946
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	Cônsul.....	23-12-1946 a 12- 5-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*).....	Cônsul.....	1- 8-1947 a 31- 1-1948
Ayrton Diniz.....	Cônsul.....	12- 5-1948 a 23- 6-1950
Luiz Benjamin de Almeida Cunha.....	Cônsul.....	13- 2-1951 a 24- 9-1951
Cláudio Garcia de Souza (*).....	Cônsul.....	24- 9-1951 a 5-10-1951
Marcos Antonio de Salvo Coimbra.....	Cônsul.....	5-10-1951 a 27- 3-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar.....	Cônsul.....	8- 7-1953 a 7- 4-1954
José Maria Vilar de Queiroz.....	Cônsul.....	7- 4-1954 a 25- 1-1955
Elza Gomes (*).....	Aux. Administrativo.....	9- 2-1956 a 15- 5-1957
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Escriturário.....	16- 5-1957 a 24- 3-1961
Martha Freire Pereira Pinto.....	Oficial de Chancelaria.....	25- 3-1961 a
Lucy Soares Carneiro.....	Taquigrafo.....	30- 3-1970 a

(*) Em caráter interino.

AUXILIARES DA SECRETARIA E SUA DISTRIBUIÇÃO
PELAS DIVERSAS SEÇÕES
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

N O M E S	CARGO	EXERCÍCIO
Maria Virginia Dantas Cavalcanti.....	Auxiliar.....	1- 9-1945 a 31-12-1945
Ladislau Colação.....	Auxiliar.....	10-11-1945 a 14-11-1945
Jorge Malheiros dos Santos.....	Auxiliar.....	5-10-1945 a 13-11-1945
Estevão Botelho.....	Contador.....	1- 1-1946 a 9-12-1958
Martha Freire Pereira Pinto.....	Escriturário.....	6- 3-1946 a 12- 2-1949
Vera Pereira Correia Costa.....	Auxiliar.....	8- 7-1946 a 20-12-1946
Manoel Moreira de Barros.....	Auxiliar.....	8- 3-1946 a 18-10-1946
Ida Lobo de Brito.....	Arquivista.....	8- 3-1946 a 1- 2-1947
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Oficial de Chancelaria.....	28-11-1946 a
Maria Paletta de Alencar.....	Oficial de Chancelaria.....	6- 5-1947 a 12-12-1947
Dulce Soares de Oliveira.....	Datilógrafo.....	7- 3-1957 a
Clotilde Paletta de Alencar.....	Auxiliar.....	3- 9-1947 a 31-12-1947
Washington Muller dos Reis.....	Auxiliar.....	7-11-1947 a 31- 5-1951
Iolanda Lúcia Vettori.....	Arquivologista.....	21-11-1947 a 5- 5-1948
Cecília Leite Carneiro Monteiro.....	Datilógrafo.....	12- 1-1948 a 30- 8-1948
Regina Lima de Abreu.....	Datilógrafo.....	1- 1-1949 a 9-12-1952
Lygia Lima de Abreu.....	Escriturário.....	23- 3-1949 a 23- 8-1951
Vera de Pimentel Brandão Corrêa Pinto.....	Auxiliar.....	25-10-1951 a 16-11-1955
Iris Coelho.....	Taquigrafo.....	1-11-1951 a 31-12-1955
Silvia Ribeiro Póvoas.....	Auxiliar Administrativo.....	1- 1-1953 a 31- 8-1955
Zoeh Ivone da Veiga Ferreira Pontes.....	Auxiliar Administrativo.....	15- 7-1954 a 26- 8-1954
Maria Aparecida de Carvalho Sá.....	Auxiliar Técnico Financeiro.....	26-11-1951 a 1- 8-1952
Rachel Biasotto Mano.....	Escrevente Datilógrafo.....	1-12-1953 a
Maria Sylvia de Noronha.....	Auxiliar Administrativo.....	1-10-1954 a 13- 1-1955
Anna Maria Teixeira Nunes.....	Auxiliar.....	1-10-1954 a 2- 9-1955
Luciola Junqueira.....	Datilógrafo.....	22- 8-1955 a 7- 3-1960
Laura Moura de Aquino.....	Datilógrafo.....	22- 8-1955 a 7- 3-1957
Ilma Drinkwater de Oliveira Gomes.....	Auxiliar de Escritório.....	10- 5-1962 a 2- 5-1967
Therézinha Castro Lima.....	Contadora.....	5-11-1962 a
Margarida do Nascimento Brito.....	Oficial de Chancelaria.....	20- 4-1970 a

SEÇÃO TÉCNICO-PE DAGÓGICA

Marina de Barros Vasconcelos.....	Assistente.....	21- 9-1946 a 19-10-1951
Maria Paletta de Alencar.....	Encarregado de Seção.....	9-10-1951 a 3-1-1955
Rachel Biasotto Mano.....	Auxiliar.....	12-12-1947 a 7- 3-1957
Zina Arcary.....	Oficial de Chancelaria.....	3- 1-1955 a 12-1-1965
Ilka Vianna de Moura.....	Datilógrafo.....	1-10-1954 a 31-12-1959
Luciola Junqueira.....	Oficial de Chancelaria.....	1-11-1956 a 6-8-1965
Anna Maria Teixeira Nunes.....	Assistente Comercial.....	8- 3-1957 a
Juraciema Marciano de Amorim.....	Técnico Contabilidade.....	7- 3-1960 a
Martha Freire Pereira Pinto.....	Auxiliar de Escritório.....	26- 7-1965 a 19-8-1968
Marina Ilhema de Figueiredo Pessoa.....	Oficial de Chancelaria.....	1-3-1969 a
	Oficial de Administra- ção.....	1- 2-1971 a

N O M E S	C A R G O	E X E R C I C I O
SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES		
Astéria Dutra dos Santos.....	Pesquisador.....	26-11-1945 a 31-12-1949
Jacy Lobato Álvares.....	Bibliotecário.....	10- 9-1948 a 10- 6-1951
Maria de Vilhena Fabiano de Araujo.....	Oficial de Chancelaria.....	31-11-1948 a
Osires Carneiro Leão.....	Auxiliar Administrativo	19- 6-1951 a 26- 1-1955

BIBLIOTECA

Heloisa Behring Tonello.....	Oficial de Chancelaria.....	15- 3-1955 a
Laura Moura de Aquino.....	Datilógrafo	2- 5-1967 a
Solange Therezinha Vianna de Almeida e Albuquerque.....	Escrevente Datilógrafo.....	19-11-1971 a

PORTARIA

Wilson Teixeira.....	Impressor.....	1-11-1945 a
Ivan Teixeira.....	Porteiro.....	1- 4-1947 a 22-12-1969
Antonio Jorge dos Santos.....	Servente.....	(até 15-12-1961)
Rubens Pereira de Souza e Silva.....	Porteiro.....	(até 12- 4-1963)
Adilson de Miranda Miguel.....	Servente.....	(até 2-12-1963)
Joaquim Francisco da Costa.....	Servente.....	De 1-4-1965 a 4-10-1965
Gilberto de Jesus.....	Servente.....	(até 2- 9-1963)
	Servente.....	(até 1- 4-1965)
Jorge Melo da Costa.....	Servente.....	De 17-11-1966 a.....
Luiz Carlos da Gama.....	Servente.....	5- 9-1963 a 30-11-1967
Leonidas Rosa de Oliveira.....	Servente.....	5-10-1965 a 15-11-1966
Rogério Lourenço Pereira.....	Servente.....	2- 5-1967 a
Jorge Ivo Marcelo.....	Servente.....	9- 5-1967 a 31- 8-1971
Waldir Teixeira.....	Porteiro.....	1-12-1967 a
Domingos Matias Filho.....	Servente.....	2-12-1969 a
	Servente.....	1- 9-1971 a

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1971

ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de

(C.P.C.D.) — Direito Internacional Público — 1965 a 1971)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968)

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (1935). *Atividades Profissionais*: Professor universitário, advogado, e jornalista. *Principais Funções Públicas*: a) Membro da Comissão de Reparações de Guerra, 1945; b) Consultor Especial da Comissão Nacional de Energia Nuclear desde 1961; c) Delegado do Brasil ao Comitê Intergovernamental sobre Responsabilidade Civil da Agência Internacional de Energia Atômica (Viena, 1962); d) Delegado do Brasil e Presidente do Comitê Jurídico da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Washington, 1962; Viena, 1963; Washington, 1963; Buenos Aires, 1964; México, 1967; Rio de Janeiro, 1969; e Washington, 1971); e) Delegado do Brasil e «Rapporteur» à Conferência Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (Viena, 1963); f) Delegado do Brasil à 5ª Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Valparaíso, 1964); g) Membro da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, eleito em 1964 e reeleito por mais 4 anos em 1968; h) Delegado do Brasil à II Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); i) Delegado do Brasil na Comissão de Peritos sobre Assistência de Emergência em caso de Acidente Nuclear para a AIEA (Viena, 1965); j) Representante do Brasil no Seminário das Nações Unidas sobre o Apartheid (Brasília, 1966); k) Membro do Tribunal de Arbitragem do Consortium Internacional de Telecomunicações por Satélites (Washington, 1967); l) Delegado do Brasil à Comissão das Nações Unidas sobre Satélites de Comunicação Direta (Nova York, 1969); m) Delegado do Brasil à Conferência do INTELSAT (Washington, 1969 a 1971); n) Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Especializada

da OEA sobre Direitos Humanos (San José, 1969); o) Delegado do Brasil à Conferência da Cruz Vermelha Internacional sobre Direito Humanitário (Genebra, 1971). *Exercício de Magistério*: a) Professor contratado de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito (1940); b) Professor livre docente de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1965); c) Catedrático interino de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1969 a 1971); d) Catedrático interino de Direito Constitucional da mesma Faculdade (1967/68); e) Conferencista nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Brasília, Pernambuco, São Paulo, Santa Maria e Juiz de Fora, na Pontifícia Universidade Católica e outras Universidades; f) Conferencista da Escola Superior de Guerra, da Escola Naval e da ADEG. *Outras Atividades Internacionais*: a) Tesoureiro da Inter-American Bar Association (1965-1972); b) Diretor-Geral da Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial (1968-70 e 1971-73); c) Presidente da Comissão Brasileira do XXV Aniversário das Nações Unidas (1970); d) Vice-Presidente do Comitê de Direito e Tecnologia dos Computadores da World Peace through Law Center (1968-72).

ALMEIDA, 2º Secretário Márcio Fortes de

(C.P.C.D. — Português — 1966 a 1971)

(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1967, 1968)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Orientação Profissional — 1968)

(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M. R. E. — 1969, 1970)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1965). Curso de Doutorado, Direito Público, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio «Rio-Branco», medalha de *vermel* — 1º lugar, 1963. Prêmio «Lafayette de Carvalho e Silva» (vestibular ao Instituto Rio-Branco, 1962). Assessor das Delegações do Brasil às II Reuniões Anuais do Comitê Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (1963). Assessor do Exame de Seleção Prévia e do Exame Vestibular do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (julho de 1964 e julho-novembro de 1965). Assessor da Delegação do Brasil à XIX Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (dezembro de 1964, março

de 1965). Membro do Conselho da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (G.O.), como representante do Ministério das Relações Exteriores (maio de 1965—fevereiro de 1967). Auxiliar do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (agosto de 1965—fevereiro de 1966). Examinador de Português dos Exames de Seleção Prévia de 1966 a 1971 e do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1966 a 1971. Examinador de Portugueses da 1ª Fase (Seleção Prévia), do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967) e do Concurso para Oficial de Chancelaria (1970). Orientador do 1º ano do C.P.C.D. em 1967 e do 2º ano em 1968. Membro do Grupo de Estudos sobre Direito Internacional Público e Política Internacional na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, representando o Ministério das Relações Exteriores (setembro de 1966 e março de 1967). Assessor da Assessoria Especial do Presidente da República (1966 a dezembro de 1969). Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagem à Inglaterra (negociações sobre café e instalação da reunião da Oic), à Alemanha Ocidental e à França (negociações sobre siderurgia) agosto de 1970. Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagem aos Estados Unidos da América, Itália, Áustria, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra e Japão (negociações sobre siderurgia) abril/maio de 1971. Adjunto da Assessoria Especial do Presidente da República (dezembro de 1969 ...).

ALVES, Ministro Dário Moreira de Castro

(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1968)

(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1969 a 1971)

Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1951. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, 1951. Serviu na Embaixada em Buenos Aires, na Missão junto à ONU, na Embaixada em Moscou e no Consulado em Roma. Conferências e Conferências a que compareceu: XIII, XIV, XVIII e XX Sessões da Assembleia-Geral da ONU; VI, VII, VIII e IX Reuniões de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas; X Conferência Interamericana da OEA (Caracas); Comissão de Desarmamento (Genebra); Comitê do Espaço Cósmico (Nova York); Conferência para constituir o Banco Interamericano de Desenvolvimento; I Assembleia Geral Extraordinária da OEA.

AUGER, Jacques

(C.P.C.D. — Francês — 1969 a 1971)

Diretor dos Cursos Exteriores da Aliança Francesa do Rio de Janeiro; Professor de Letras (Académie de Paris — 1958-1961); Professor de Francês do Instituto Universitário de Mogadiscio (Somália) (1962-1967); Criador e Diretor do centro cultural da Embaixada Francesa na Somália (1965-1967); Diretor do centro áudio-visual da Aliança Francesa do Rio de Janeiro (1967-1969). Diplomado pelo Centro de pesquisas e estudos para a difusão do francês língua estrangeira (Faculté des Lettres et Sciences Humaines — Montpellier, 1955).

BAUMGARTEN JÚNIOR, Alfredo Luiz

(C.P.C.D. — Economia — 1968-69, 1971)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1961-1964); Mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPE) da Fundação Getúlio Vargas (1965-1966). *Cursos de Aperfeiçoamento*: Curso de Produtividade Industrial (1962) da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Curso de Localização de Empresa (1963); Curso de Desenvolvimento e Planejamento (1963); Curso de Análise de Sistemas pela Ibm do Brasil; Assistente de Pesquisa do «Center for International Studies» do «Massachusetts Institute of Technology», com estágio no Departamento de Economia da mesma Instituição (1970). *Experiência Profissional*: Redator do Suplemento Econômico do «Correio da Manhã» de 1963 a 1964; Auxiliar de Economia do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica — Setor de Orçamento e Finanças — e da Assessoria do Gabinete do Ministro da Fazenda, em 1964, tendo participado dos estudos da Reforma Tributária de 1964; Economista do Centro de Estudos Industriais e do Centro de Estatística e Econometria do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1967/70; Sub-Chefe do Centro de Estudos Industriais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1970. *Atividades Docentes*: Professor e Consultor Técnico do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1969; Professor da Cadeira de Planejamento Governamental do III Curso do Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores de Administração (PRONAPA) do Centro de Pós-Graduação da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, 1969; Professor

assistente nas Cadeiras de Macroeconomia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ, 1971; Professor Associado do Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, desde 1969; Professor da Cadeira de Planejamento Econômico da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. *Comissões*: Representante da Fundação Getúlio Vargas junto ao 1º e 2º Congressos de Usuários de Computadores Eletrônicos promovidos pela SECESU, em 1968-69.

BECKER, Bertha Koiffmann

(C.P.C.D. — Geografia — 1966 a 1971)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Geografia Política — 1968)

Licenciada e Bacharel em Geografia e História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil. Livre-Docente em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da Banca Examinadora no Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1966 a 1970 e na 1ª Fase (Seleção Prévia) do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967). Membro da Banca Examinadora no Concurso para Livre-Doência na Universidade de Rio Claro, São Paulo (1971). Chefe de Pesquisas, Conselho Nacional de Pesquisas. Representante da Seção Regional do Rio de Janeiro no Conselho Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Secretária da Comissão sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento, União Geográfica Internacional. Sócia fundadora da Sociedade Brasileira de Planejamento. Membro da Delegação Brasileira a vários Congressos Internacionais: Rio de Janeiro (1956), Londres (1964), México (1966), Nova Delhi (1968) e Vitória, Espírito Santo (1971). Presidente de Sessão no «Population Symposium, XXI International Geographical Congress», New Delhi, 1968.

BECKER, Gretchen

(C.E. — Alemão — 1971)

«Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge» (junho de 1960). Licenciada em Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras «Santa Ursula», Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (dezembro de 1960). Seminário de Inglês organizado pela Diretoria do Ensino Secundário — CAPES (setembro e outubro de 1960). Curso de Treinamento de Professores de Inglês, Sociedade

Brasileira de Cultura Inglesa (1961). Registro como Professora de Inglês no Ministério da Educação e Cultura (junho de 1962). «Degree of Master of Arts in Education, Michigan State University, U.S.A.» (dezembro de 1964). «Certificate of Special Program in Audio-visual Education, Audio-visual Center, Michigan State University» (dezembro de 1964). 1º Seminário Intensivo de Aperfeiçoamento para Professores da Língua Alemã, promovido pelo Instituto Cultural Brasil-Alemanha (janeiro/fevereiro de 1969). Certidão do Concurso para Professor Auxiliar de Ensino da Cadeira de Alemão no Colégio Pedro II (1970). 1º Congresso Latino-Americano da Associação Internacional para Instrução Programada sobre Pedagogia Cibernética, Salvador, Bahia (novembro de 1969). Professora de Inglês no Curso Pré-Vestibular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1961). Bolsista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e da Agência para o Desenvolvimento Internacional (Aid) na «Michigan State University, U.S.A.» (setembro a dezembro de 1964). Professora de Alemão no Instituto Cultural Brasil-Alemanha, a partir de agosto de 1969.

BROWN, Gilbert Clark

(C.P.C.D. — Inglês — 1971)

Universidade de Queens, 1946-1948. Universidade do Estado de Nova York, Cortland, B.S., 1951. Universidade de Columbia, M.A., 1955; Ed. D. 1960. Professor Secundário de Línguas, 1951-1960. Administrador Escolar — 1960-71. Curso de Aperfeiçoamento de Administração Escolar, Howard University, 1968. Membro: Associação Americana de Administração Escolar, Associação Nacional de Educação, Phi Delta Kappa, Ex-Presidente da Associação de Escolas Bi-Nacionais da América Latina, Comissão de Inspectores Escolares da «Southern Association of Colleges and Schools».

BURNIER, Maria Cândida Penido

(C.P.C.D. — Francês — 1971)

(C.E. — Francês — 1964 a 1967)

CARNAUBA, Ministro Frederico Carlos

(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M. R. E. — 1971)

Substituto eventual do Chefe da Delegação do M.R.E. na Guanabara. Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de

Direito da Universidade do Brasil. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no C.P.C.D. em 1950 e no C.A.D. em 1951. Sócio Titular da Sociedade Brasileira de Geografia. Consultor Econômico da Comissão Permanente para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal. Serviu nas Embaixadas em Santiago, Buenos Aires, Bonn e Bogotá. Consul do Brasil em Luanda. *Congressos e Conferências a que compareceu*: V Período de Sessões da CEPAL; II, III, IV e V Sessões do Comitê Plenário da CEPAL; I Período de Sessões do Comitê de Comércio da CEPAL; Comissão de Peritos de Bancos Centrais para elaborar um projeto de Banco Interamericano de Desenvolvimento; XIV Conferência Sanitária Pan-americana; Conferência Econômica da OEA (1957); VI Sessão da COINS; III Período de Sessões do Comitê dos 21; II e IX Reunião Anual da Junta de Governadores do Bid; XXIII Sessão do Comitê Consultivo do Algodão; V Sessão da Conferência Europeia de Aviação Civil; Simpósio de Estudos sobre a nova geração soviética (Munique, 1965); II Reunião da CEOLA; Reunião do Comitê de Transporte Marítimo da OEA; 1ª Reunião de Peritos Governamentais sobre Direito Humanitário; XXVI Assembleia Geral da ONU.

CASTRO, Conselheiro Raymundo Nonnato Loyola de

(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1970, 1971)

Chefe da Divisão de Passaportes. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1948. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no C.P.C.D. em 1947 e no C.A.D. em 1948. Estagiário e membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra em 1958 e 1959. Serviu em Quito, Estocolmo e Buenos Aires. Membro da Comissão Mista Brasileiro-Argentina em 1961. Representante do Itamaraty na Comissão Interministerial que elaborou o Estatuto do Estrangeiro em 1969.

FIORAVANTE, Moacyr Antonio

(C.P.C.D. — Economia — 1968, 1971)

LIMA, Conselheiro Paulo Tarso Flecha de

(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1971)

Secretário-Geral Adjunto, interino, para Promoção Comercial. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Aperfeiçoamento de Diplo-

matas, 1957. Cônsul de Terceira Classe, por concurso do Instituto Rio-Branco, 1955. Oficial do Gabinete Civil da Presidência da República, 1956. Membro da Missão Especial às Solenidades da Posse do Presidente da Bolívia, 1956. Membro da Missão Especial às Solenidades da Posse do Presidente do México, 1958. Oficial de Gabinete do Presidente da República, 1959. Chefe do Gabinete do Governador Provisório do Estado da Guanabara, 1960. Chefe da Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (DALALC) M.R.E., 1966 a 1968. Serviu na Embaixada em Roma, no Consulado-Geral em Nova York e na Delegação Permanente do Brasil junto à ALALC, Montevideu. Representou o Brasil na I Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Viena, 1957; na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura — FAO, 1961/62; na II Conferência Latino-Americana da Uva e do Vinho (Mendoza, 1963); na Reunião de Peritos Governamentais sobre Integração Econômica Latino-Americana (Montevideu, 1964); no IV Período de Sessões das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu (Bogotá, 1964); na III Assembleia Extraordinária da ALAMAR (Montevideu, 1965); na Reunião para Análise da Política de Transporte Aquático da ALALC (Montevideu, 1965); na Conferência dos Chanceleres das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu (Montevideu, 1965); no V Período de Sessões das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu (Montevideu, 1965); na II Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação — CEBRAC (Buenos Aires, 1966); na I Reunião do Conselho de Ministros da ALALC (Montevideu, 1966).

LIMA SOBRINHO, Antonio Estevam de

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo (Cibernética) — 1971)

«Master of Economics Sciences», Universidade de Varsóvia, 1968. Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade de Varsóvia. Especialização em Métodos Numéricos e Algol-60, Instituto de Cálculo Numérico da Universidade de Varsóvia. *Experiência Profissional*: Professor de Econometria da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, 1968/69. Professor de Planejamento Econômico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, 1969. Professor de Econometria da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1969/71. Professor de Econometria da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade

Federal Fluminense, 1969/70. Chefe de Pesquisa do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, 1968/69. Membro do Secretariado Executivo da Comissão do Ano 2000 da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Guanabara, 1970. Professor Regente de Pesquisa Operacional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara, 1970/71. Vice-Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, 1971. Consultor da S.P.L. — Serviços de Planejamento, 1969/71. Assessor da Presidência da União de Bancos Brasileiros, 1969/70. Coordenador da Assessoria Econômica do Conselho da União de Bancos Brasileiros, 1971. Diretor da IBRATA — Indústria Brasileira de Granito, Brita e Derivados Ltda., 1971. *Congressos, Seminários e Reuniões Científicas* (Participação): Seminário Latino-Americano de Ciências Políticas (Projeto Brasil) Rio, 1969; II Congresso da Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional, Rio, 1970; Simpósio Internacional de Pesquisa Estatística — Amostragem e Domiciliar, Rio, 1970. *Associações Científicas de que faz parte*: Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional, Sociedade Cibernética Brasileira.

MESQUITA, Embaixador André Teixeira de

(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1970/1971)

Chefe do Cerimonial. Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, 1945. Ingressou na Carreira como 3º Secretário, por concurso, em 1943. Serviu nas Embaixadas em Madri, Cairo, Bogotá e Viena e nas Missões em Genebra e Nova York. Embaixador em Honradas, 1968/69. *Congressos e Conferências a que compareceu*: III Conferência Interamericana de Rádiocomunicações (Rio de Janeiro, 1945); VI Sessão da Comissão de Indústrias Têxteis (Genebra, 1956); VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos (Punta del Este, 1962); Reunião do Comitê de desarmamento das Nações Unidas (Genebra, 1962); XVIII Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas (Nova York, 1963); Comitê do Ano Internacional para os Direitos do Homem (Nova York, 1964); Comitês de Programas, do Orçamento Administrativo e da Junta Executiva do Fisi (Nova York, 1964); I Conferência da UNIDO (Viena, 1966).

MOREIRA, 1.º Secretário Márcilio Marques

(C. P. C. D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965)

- (C. P. C. D. — Economia II — 1966)
 (C. P. C. D. — Política Internacional — 1966 a 1968)
 (Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional I — 1968)
 (C. P. C. D. — Pensamento Político Contemporâneo — 1969 a 1971)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio Rio-Branco, medalha de ouro, 1954. Professor, substituto, de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito Cândido Mendes, de abril a junho de 1956. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1956). Diplomado no Curso de Estudos do Sistema Interamericano, da Organização dos Estados Americanos, em 1956. Serviu na Embaixada em Washington, de 1957 a 1963. Assistente do Secretariado da Reunião dos Países Participantes do Sistema de Pagamentos Multilaterais, (Rio de Janeiro, 1956). Assessor da Delegação do Brasil à XXV Sessão do Conselho Econômico e Social (Ecosoc) das Nações Unidas (Nova York, 1958). Membro da Delegação do Brasil à Conferência sobre o Mercado Comum Europeu (1958). Assessor da Delegação do Brasil à Junta Diretora do Governo Internacional do Café (Washington, 1959). Participou do seminário sobre a América Latina (Bloomfield Hills, 1961). M.A. em Ciência Política pela Universidade de Georgetown, Washington D.C. (1963). Diretor-Substituto temporário do Brasil no Fundo Monetário Internacional e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (1961-1963). Assessor-Geral do Departamento de Operações Internacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1963-1965). Delegado-Substituto do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Genebra, 1964). Assessor do Chefe da Delegação do Brasil à 2ª Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965). Professor de Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento nos cursos de Bacharelato, Mestrado e Doutorado no Instituto de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1965. Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, a partir de maio de 1968. Diretor-Tesoureiro do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1968). Membro da Comissão Consultiva do Serviço Fe-

deral de Habitação e Urbanismo — SERPHAU, do Ministério do Interior (1968).

NASCIMENTO E SILVA, Embaixador Geraldo Eulálio do

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1946 a 1948, 1956 a 1958, 1961)
 (C.P.C.D. — Política Internacional — 1970, 1971)
 Diretor do Instituto Rio-Branco. Formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (1941). Diplomado pelo Instituto Rio-Branco nos Cursos de Prática Consular (1945), de História Diplomática do Brasil (1947), de Prática Diplomática (1947) e de História da Formação Territorial do Brasil (1948). Diplomado pela Escola Superior de Guerra (1955). Professor de Direito Consular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1948). Professor do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris «Sorbonne» (1954), Professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito «Cândido Mendes» (1956), Professor da Universidade *Pro Deo* de Roma (1958 a 1960), Presidente do Grupo de Trabalho encarregado de proceder aos estudos relativos à ampliação dos cursos do Instituto Rio-Branco (1961). Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, membro da «International Law Association» (1950), da Comissão Brasileira de Direito Comparado, do Instituto de «Derecho Internacional de la Universidad del Litoral» (Rosário-Argentina), do «London Institute of World Affairs» (1962), da «Commission Internationale de Juristes», representante do Brasil no *Praesidium* da «Grotius Foundation» (Munique), associado do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (1969), Secretário da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional (desde 1944), Diretor do Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (desde 1945). Representou o Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas (1946); no Conselho e na Conferência da F.A.O. (Roma, 1958-1960); no Conselho Internacional do Açúcar (Londres, 1963-1964); na Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas (Viena, 1961); na Conferência Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo (Londres, 1962); na Assembleia da Organização Marítima Consuliva Intergovernamental (Londres, 1963); na Conferência sobre Relações Consulares (Viena, 1963); na Conferência Internacional sobre Facilidades de Viagens e Transportes Marítimos (Londres, 1964), quando foi eleito Presidente da

Conferência; na IIª Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); na Conferência sobre o Direito dos Tratados (Viena, 1969); na Conferência sobre as Condições Legais da Poluição do Mar por Óleo (Bruxelas, 1969) e na Conferência sobre apoderamento ilícito de aeronaves (Haia, 1970). Como diplomata, serviu em Rosário, Tel Aviv, Roma, Vaticano, Londres e São Domingos.

PAYNE, Kenneth James

(C.P.C.D. — Inglês — 1961, 1964 a 1968, 1971).

St. Catherine's Society, Oxford 1945-48. Honours Degree in Modern Languages (Class I). Professor primário — 1948-52 e professor particular de inglês — 1952-54, em Eastbourne. Professor Assistente na Escola de Inglês da Legião Árabe em Londres, 1955-56, em Amã, na Jordânia, em 1956. Professor Assistente no «The Linguist Club School of English», Londres — 1956-57. Professor no curso de inglês para professores de ensino secundário organizado pela CADES, Ministério da Educação e Cultura, Belo Horizonte — 1958. Professor na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — 1958. Conferencista titular — junho, 1958; Diretor da filial de Botafogo em 1958-60. Nomeado Diretor de Estudos na SBCI em abril — 1960. Examinador de provas orais para o diploma «Cambridge» no Rio de Janeiro. Examinador de Inglês dos Exames de Seleção Prévia (1960, 1962, 1963, 1965, 1967 a 1969, 1971), do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1959, 1960, 1962 a 1971), e do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967 — 1ª fase). Professor Assistente da Puc — 1966-67. Coordenador de Inglês da Puc — 1968-69.

RIBEIRO, 1.º Secretário Jorge Carlos

(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1971)

Chefe da Divisão de Comunicações. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1959). Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1958) e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1960). Auxiliar do Chefe do Departamento de Administração (1963/66). Serviu no Consulado-Geral em Marselha, na Delegação em Genebra e na Embaixada em Montevidéu. Membro de delegações brasileiras a conferências sobre patentes e

direitos de autor (1967/71), transportes marítimos (1966/70) e agências especializadas da ONU em Genebra.

Rios, Hilton Carlos da Silva

(C.P.C.D.) — Direito Internacional Privado — 1969 a 1971

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Ex-Assistente Jurídico do Estado de Pernambuco. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Curso de Preparação a Pesquisas Sócio-Jurídicas da Divisão de Ciência do Direito do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco. Antigo Professor Assistente de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Caruaru (Pernambuco). Antigo Professor Titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Professor Associado de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor Auxiliar de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Theophilo de Azeredo

(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1963 a 1971)

Diplomado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Curso de Doutorado da «Faculté de Droit et de Sciences Economiques de Paris». Diplomado no Curso Superior de Guerra, pela Escola Superior de Guerra — Diretor da Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra — ADEG. Professor de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Examinador no concurso para juiz substituto da Justiça do Estado. Examinador no concurso para defensor público no Estado da Guanabara. Vice-Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Secretário da «Inter-American Bar Association» (Washington). Membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Coordenador dos Cursos de Extensão Universitária da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diretor do Comitê Nacional de Direito Comparado. Diretor da «International Law Association», seção brasileira. Presidente do Sindicato dos Bancos do

Estado da Guanabara. Presidente da Comissão Consultiva Bancária do Conselho Monetário Nacional. Diretor do Banco Comercial de Minas Gerais S/A. Diretor do Banco Nacional de Investimentos S/A. Vice-Presidente da ADECIF — Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamento. Vice-Presidente da Federação Latino-Americana de Bancos. Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Diretor da Rio de Janeiro — Companhia de Seguros Gerais. Presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção — seção brasileira — Cicvp. Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Membro da «Society for International Development», seção brasileira. Consultor Jurídico da Companhia Docas da Bahia. Membro da Associação de Direito Marítimo, da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro da Delegação Brasileira à Reunião do Fundo Monetário Internacional. Ex-Presidente da Comissão Consultiva de Mercado de Capitais do Conselho Monetário Nacional. Membro do Conselho Assessor do Plano de Integração Social (P.I.S.). Redator da Revista Forense, da Revista de Direito Mercantil, Econômico e Financeiro (São Paulo) e do Boletim Cambial. Presidente do Conselho Consultivo do Banco Metropolitano de Investimentos, S. A.

SELON, André

(C.P.C.D. — Francês — 1961 a 1970)

Licence-ès-lettres — Sorbonne, Licence en Droit — Sorbonne. Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial (1.º colocado em Concurso — 1958). Dirigiu o Serviço de Tradução dos seguintes congressos: Conferência dos Ministros de Economia e Finanças (1954 — Rio); Congresso Internacional da União Interparlamentar; Congresso Internacional das Organizações Superiores de Controle de Finanças Públicas (1959 — Rio); Congresso Internacional do Pen Club (1960 — Rio). Participou, como tradutor, da II Conferência Extraordinária Americana — Rio, 1965; das Quartas Reuniões Anuais do Conselho Econômico e Social Interamericano — (Buenos Aires, 1966); da Terceira Conferência Interamericana Extraordinária — (Buenos Aires, 1967); da Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores — OEA — (Punta del Este, 1967); da Reunião de Chefes de Estado Americanos — (Punta del Este, 1967); da Confe-

rência do CIES — (Buenos Aires, 1967); da DEA — Viña del Mar, 1967); da 1.ª Assembleia Geral da OEA — (Washington, 1970); da Conferência sobre Cultura e Educação — OEA (Lima, 1971); da Assembleia Geral da OEA (São José da Costa Rica, 1971). Professor do Centro Preparatório de Funcionários Internacionais. Ministrou o Curso «Aspectos sociais da comunidade industrial» na Federação das Indústrias de Salvador (Bahia, 1966).

SILVA, 1.º Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e

(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática II — 1968 a 1971)

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1957. Prêmio Rio-Branco, medalha de prata. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas — 1958. Serviu nas Embaixadas em Lisboa, Caracas e Washington. Auxiliar do Secretário Geral de Política Exterior — 1967 a 1969. Congressos e Conferências a que compareceu: Comissão Econômica para a África (Adis Abeba, 1961); Reunião dos Principais Produtores de Cacaú (Abidjan, 1962); Conferência Internacional do Café (Nova York, 1962); III Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA (Washington, 1971); XIV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos (Washington, 1971).

SILVA, 2.º Secretário Bernardino Raimundo da

(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1971)

Responsável pela Seção de Assuntos da Europa, da Delegação do Ministério das Relações Exteriores no Estado da Guanabara. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1958 e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas — 1960. Serviu em Oslo, Lagos, Copenhague, Dusseldorf e Bangkok.

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos

(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1969 a 1971)

Professor de História pela Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal. Curso Superior de Guerra

da Escola Superior de Guerra (1967). Professor catedrático do Instituto de Educação da Guanabara, Professor secundário do Estado da Guanabara, Diretor do Departamento de Educação Técnico-Profissional da Secretaria de Educação da Guanabara, Diretor do Curso Normal do Instituto de Educação, Professor do Colégio Pedro II — Externato (por convite). Conferencista e pesquisador, em Portugal, a convite do Instituto de Alta Cultura. Professor do Curso de Formação de Professores do Ensino Normal do Instituto de Educação. Professor associado da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula. Professor titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro, da Universidade Gama Filho. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Chefe do Departamento de História da Faculdade Santa Úrsula. Chefe do Departamento de História da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Examinador em concurso para professor catedrático de História da Universidade do Estado da Guanabara e para professor secundário do Estado da Guanabara. Professor de História e de Didática da História e Didática Geral em cursos da CADES. *Entidades culturais a que pertence:* 1) Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Guanabara. 2) Academia Brasileira de História. 3) Associação Brasileira de Educação. 4) Sociedade Capistrano de Abreu. 5) Instituto Paranaense de Pedagogia (sócio honorário). 6) Instituto de Estudos Históricos da Universidade do Recife (sócio correspondente).

VALENTINO SOBRINHO, 2.º Secretário Raphael

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1968)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968)

(C.P.C.D. — Direito Constitucional — 1969 a 1971)

(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969)

(C.P.C.D. — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1969 a 1971)

Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Interior (desde 1968). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Curso do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris. Diplomado no Curso Especial

correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata, realizado no Instituto Rio-Branco, em 1963. Integrante da Comissão Interministerial de Direito do Mar (1963-1964). Assessor Internacional Adjunto do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Geral (1965-1967). Representante do Ministério do Interior na Comissão Interministerial da Bacia do Prata (a partir de 1969). Representante do Ministério do Interior no Sistema Interministerial de Cooperação Técnica (a partir de 1969). Membro da Delegação do Brasil à 1ª Reunião da Subcomissão de Cooperação Econômica e Técnica da Comissão Mista Brasil-Peru (Lima, 1971). Membro da Delegação do Brasil à 2ª Reunião da Subcomissão de Cooperação Econômica e Técnica da Comissão Mista Brasil-Venezuela (Caracas, 1971). Membro da Delegação do Brasil à 1ª Reunião da Subcomissão de Cooperação Econômica e Técnica da Comissão Mista Brasil-Ecuador (Brasília, 1971).

VALLADÃO, Haroldo Teixeira

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1959 a 1971)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Privado — 1968)

(C.P.C.D. — Coordenador do Departamento de Direito — 1967 a 1970)

Professor Catedrático de Direito Internacional Privado da Universidade do Brasil e da Universidade Católica do Rio de Janeiro; antigo Diretor da Faculdade Católica e Vice-Diretor da Faculdade Nacional de Direito. Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro efetivo desde 1924, e Presidente (1944 a 1946) do Instituto dos Advogados Brasileiros. Antigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1950-1952). Membro, atual 1º Vice-Presidente do «Institut de Droit International» e Presidente da Sessão de Nice (1967) do mesmo Instituto. Antigo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1955-1959). Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (desde 1961). Procurador-Geral da República (1967). Doutor «honoris causa» da Universidade d'Aix, Marseille. Acadêmico da Pontifícia Academia Romana de Santo Tomás de Aquino e de Religião Católica. Seção Jurídico-Econômica. Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia. Membro da Comissão Nacional de

Codificação do Direito Internacional. Presidente da Comissão Permanente de Inquérito e Conciliação Chileno-Sueca. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado da Haia. Presidente do Comitê Nacional (Brasil) de Direito Comparado. Membro eleito do Conselho Diretor (Comitê Internacional de Direito Comparado) da Associação Internacional das Ciências Jurídicas da UNESCO. Consultor-Geral da República (1947-1950). Chefe da Delegação do Brasil à V Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (1965). Presidente da Seção Brasileira da «International Law Association». Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado, encarregado de cursos em Havana (1945-1959). Professor, em 1952, em 1962 e em 1971, na «Académie de Droit International de La Haye». Membro Correspondente da Academia de Ciências Políticas e Sociais da Venezuela. Membro Honorário da Associação Argentina de Direito Comparado. Membro Titular do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. Encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Paris e Rennes (1936) e de Paris, Bordeaux e Toulouse (1949) e, a seguir, conferencista nas principais Universidades, Faculdades e Associações Jurídicas do Brasil, das Américas e da Europa.

VENANCIO FILHO, Alberto

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo — 1971)
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1956). Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro da American Political Science Association. Assistentente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES (1954/57). Secretário Executivo da Comissão de Ciências Sociais do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBCC (1956/57). Coordenador da Assessoria Técnica da Presidência da República (1961). Assessor da Reunião da Comissão Especial para programação da Educação, Ciência e Cultura da Organização dos Estados Americanos (1962). Perito participante do Seminário sobre Organização e Administração de Empresas Públicas da Organização das Nações Unidas (Genebra — 1966). Professor da Cadeira de Introdução ao Desenvolvimento Brasileiro da Escola Brasileira de Administração Pública

(EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (1961/65). Diretor Executivo do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED) da Universidade do Estado da Guanabara (1966/68). Colaborador do relatório sobre o ensino superior no Brasil preparado para o «Council of Higher Education in the American Republics» — CHEAR (1960/61). Organizador do Plano Inicial da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília — 1960.

RELAÇÃO DOS EX-PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1947 a 1950, 1952-53, 1956 a 1958).

AGUIAR, Ministro Sérgio Portella de

(C.A.D — C.P. — Promoção Comercial — 1968-69).

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício

(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1960 a 1964)

(C.P.C.D. — História das Américas — 1965-66).

ALEXANDRE, Peter

(C.P.C.D. — Inglês — 1958).

ALMEIDA, Embaixador Miguel Álvaro Ozório de

(C.P.C.D. — Economia Política — 1953-54, 1961)

(C.E. — Análise Estatística — Análise Macroeconômica — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — Coordenador — 1969).

ALMEIDA, Renato Costa

(C.P.C.D. — Português — 1952).

ALVIM, Clara de Andrade

(C.P.C.D. — Português — 1966).

ANDRADE, Dyla Sílvia Navarro de

(C.E. — Prática de Arquivo — 1947-48).

ARANTES, Tarcísio Barbosa

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).

ARAÚJO, Secretário João Hermes Pereira de

(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963)

ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de

(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).

AUSTEN, Mary Veronica

(C.E. — Inglês — 1964).

ÁVILA, Padre Fernando Bastos de

(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1957-58).

BACKEUSER, Everardo

(C.E.X. — Geografia Política do Brasil e da América Latina — 1945).

BAER, Werner

(C.P.C.D. — Economia II — 1966).

BALTHASAR, João da Silva

(C.E. — Taquigrafia — 1967).

BANDEIRA, Pedro Paulo Rocha

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1967-68).

BATISTA, Secretário Paulo Nogueira

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1959).

BARAT, Josef

(C.P.C.D. — Economia I — 1966)

BARROS, Julio d'Assunção

(C.E. — Direito Administrativo e Contabilidade Pública — 1967).

BATALHA, Secretário Ivan Velloso da Silveira

(C.P.C.D. — Teorias de Política Internacional — 1969)

(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).

BECKER, Martha Ellen

(C.E. — Alemão — 1952-53).

- BENTTS, João Ferreira
(C.P.C.D. — Economia — 1970).
- BERARDINELLI, Cleonice Serôa da Motta
(C.P.C.D. — Português — 1961 a 1963).
- BIRCHALL, Stephen
(C.E. — Inglês — 1966).
- BIER, Secretário Amaury
(C.P.C.D. — Economia II — 1966)
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).
- BORJA, Célio de Oliveira
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1961 a 1963).
- BRAGA, Ministro Pedro de Souza Ferreira Gonçalves
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1949-50, 1959).
- BRITO, Aldemar Hora Dantas de
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1954).
- BRITO, Dante de
(C.P.C.D. — Inglês — 1951).
- BRYTYGIER, Guy
(C.P.C.D. — Francês — 1962).
- BUESCU, Mircea
(C.P.C.D. — Economia II — 1967-68)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Curso de Provas — Economia — 1968)
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador dos Seminários e Conferências — 1969).
- BURGOS, Frederico Luiz de
(C.E. — Estenografia — 1948 — 1951-52).
- BURKITT, Sara
(C.P.C.D. — Inglês — 1968-69).

- CABAL, Embaixador Hélio de Burgos
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1964).
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso
(C.P.C.D. — Português — 1958 a 1960).
- CAMPOS, Pedro de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).
- CAMPOS, Ministro Roberto de Oliveira
(C.A.D. — Sociologia Política — 1950).
- CARBONAR, Secretário Orlando Soares
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967-68)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Curso de Provas — Política Internacional II — 1968).
- CARNEIRO, Ministro Octavio Augusto Dias
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1952 — Economia Política — 1952-53).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1951-52).
- CARNEIRO JÚNIOR, David Antônio da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- CARVALHO, Carlos Delgado de
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1955-56).
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1956).
- CASTRO, Antônio Barros de
(C.P.C.D. — Economia I — 1964, 1966).
(C.P.C.D. — Economia II — 1965).
- CAVAGNARI, Maria Eugênia Corrêa Lima
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).
- CHACEL, Julian Magalhães
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1960).

- CHAMOUN, Ebert Vianna
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1959 a 1969).
- COLE, Desmond
(C.P.C.D. — Inglês — 1958 a 1960).
- COLLOR, Secretário Lindolfo Leopoldo
(Curso Especial Correspondente à Terceira Fase do Curso de Provas — Política Internacional — 1963).
- CONNEL, Graham
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- CONRADO, Secretário Raul
(C.A.D. — Espanhol — 1946).
- CORRÊA, Roberto Alvim
(C.P.C.D. — Francês — 1947-48, 1950).
- CORRÊA JÚNIOR, Ministro Manuel Pio
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1951-52 — Política Internacional — 1959).
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1951).
- CORREIA, Marlene de Castro
(C.P.C.D. — Português — 1963 a 1965).
- CORTES, Secretário Marcos Henrique Camillo
(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1968).
- CORTESÃO, Jaime
(C.A.D. — História da Formação Territorial do Brasil — 1946 a 1950).
C.E.X. — História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil — 1945).
- COSTA, Edilberto
(C.P.C.D. — Economia Política — Política Econômica — 1957).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1957).

- COSTA, Secretário João Frank da
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961-62).
- COUCHOUD, Jean Paul
(C.P.C.D. — Francês — 1963).
- COX, Melvyn Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- CURY, Américo
(C.P.C.D. — Economia Política — 1948 a 1950).
- DAROS, Eduardo José
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).
- DOURADO, Mecenas
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1954).
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1954-55).
- DRUMOND, José Eduardo Pizarro
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1958).
- DUARTE, Aluísio Capdeville
(C.P.C.D. — Geografia — 1961).
- DUARTE, Secretário Sérgio de Queiroz
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1969).
- DURÂN, Túlio Hostílio Frederico Arvelo
(C.P.C.D. — Economia — 1970).
- ELIA, Hamilton
(C.P.C.D. — Português — 1951, 1958-59).
- EMMERICH, Charlotte
(C.E. — Alemão — 1966).
- FALCON, Francisco José Calazans
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1959).
- FARIA, Ministro Milton
(C.A.D. — Prática Consular — 1950, 1957 a 1959).

- ARO JÚNIOR, Embaixador Luiz Pereira Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1960).
- ERNANDES, Cônsul-Geral Mário de Deus
(C.A.D. — Prática Consular — 1948, 1951).
- ERRAZ, Sérgio
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1965).
- INN, Patrick James David Gardner
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- LYN, John Gerard
(C.P.C.D. — Inglês — 1963).
- ONSECA, Roberto Piragibe
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1952).
- ORRER, Robert L.C.
(C.P.C.D. — Inglês — 1959-60).
- OX, William Thorton Rickert
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).
- OZ, Alberto dos Santos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1951).
- RANCO, Alexandre
(C.E. — Alemão — 1964).
- RANCO FILHO, Secretário Álvaro da Costa
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).
- RAZÃO, Secretário Sérgio Armando
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1951).
- REY, Alexander
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- ABAGLIA, Fernando Antônio Raja
(C.E.X. — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina — 1945).

- GALVÃO, Ivan
(C.A.D. — Italiano — 1946).
- GALVÃO, Jesus Bello
(C.P.C.D. — Português — 1952 a 1957, 1960).
- GOMES, Ministro Jaime de Barros
(C.P.C.D. — História Social e Política do Brasil — 1952-1953).
- GOMES, Henrique de Carvalho
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966).
(C.P.C.D. — Economia II — 1967).
- GONÇALVES, Embaixador Roberto Mendes
(C.P.C.D. — Português — 1963).
- GRIECO, Secretário Donatelo
(C.P.C.D. — Português — 1951).
- GRIFFIN, William James
(C.P.C.D. — Inglês — 1947).
- GUERREIRO, Embaixador Ramiro Elysio Saraiva
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1962).
(Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1963).
- (C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969).
- (C.P.C.D. — Departamento de Política — Coordenador — 1969).
- GUILLOU, Yvonne
(C.P.C.D. — Francês — 1958-59).
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares
(C.P.C.D. — Geografia — 1952 a 1954, 1957 a 1960).
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Geografia — 1963).
- GUIMARÃES, José Nunes
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1954).

- HENFREY, Norman
(C.P.C.D. — Inglês — 1961).
- HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1948, 1950).
- HOLLANDA, Guy de
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1967-68).
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — História das Relações Exteriores do Brasil — 1968).
- HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de
(C.P.C.D. — Português — 1952, 1957).
- JACQUES, Paulino Ignacio
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1966 a 1968).
- JACQUIER, Louise
(C.P.C.D. — Francês — 1946 a 1960).
- JENNINGS, Ralph Edward
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).
- KARIDAKIS, Savas
(C.E. — Francês — 1963-64).
- KELLER, Elza Coelho de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1957).
- KING, Bernard Noel
(C.P.C.D. — Inglês — 1969).
- KNOX, John
(C.P.C.D. — Inglês — 1946 a 1957).
(C.E. — Inglês — 1952-53).
(C.E.X. — Inglês — 1953).
- KRANC, Piotr Pawel
(C.P.C.D. — Inglês — 1963 a 1965).

- KURY, Adriano da Gama
(C.P.C.D. — Português — 1961).
- LACERDA, José Cândido Sampaio de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1955 a 1959).
- LACOMBE, Américo Lourenço Jacobina
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1949, 1957-58).
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — Coordenador — 1967 a 1970).
- LAGE, Alfredo Martins
(C.E. — Inglês — 1948).
- LAGO, Ministro Antonio Corrêa do
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1954).
- LAMY FILHO, Alfredo
(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1960 a 1962).
- LANNA, Hélio José da Costa
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- LANTELME, Paulo
(C.P.C.D. — Português — 1957).
- LATOUR, Embaixador Jorge
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1956-57).
- LEAL, Hamilton
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1946 a 1959).
- LÉCUYER, Jacques
(C.P.C.D. — Francês — 1961-62).
- LEITE FILHO, João Baptista Barreto
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955 a 1961).
- LELLIS, Raul Moreira
(C.P.C.D. — Português — 1956).

- LEME, Og Francisco
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- LEMONS, Augusto Jefferson de Oliveira
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- LIED, Helmut
(C.E. — Alemão — 1964).
- LIMA, Alceu Amoroso
(C.P.C.D. — Economia Política — 1947).
(C.A.D. — Sociologia Política — 1948).
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1950, 1953 a 1957).
- LINHARES, Bruno Mattos
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).
(C.P.C.D. — Economia II — 1965).
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965).
- LINHARES, Maria Yedda Leite
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1957).
- LOBO, Ministro Hélio
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática — 1946).
- LODGE, Ian Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1967).
- LOPES, Secretário José Ferreira
(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1970).
- LOPES, Desembargador Miguel Maria de Serpa
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1960).
- MADEIRA, Marcos Almir
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1952).

- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1958).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1958).
- MANGABEIRA, Francisco
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1956).
- MANTOVANELLI NETO, Obertal
(C.E. — Análise Macroeconômica — 1969-70).
- MARINHO, Secretário Ilmar Penna
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946).
- MARTINS, Marco Antônio Campos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969).
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).
- MELLO, José de Campos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1949).
- MELLO, Embaixador Rubens Ferreira de
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1958).
- MELLO FRANCO, Afonso Arinos de
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).
- MENDONÇA, Mário Alexandre Campos
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1969).
- MÉRIGOUX, Pierre
(C.P.C.D. — Francês — 1967).
- MIRANDA, José Luiz Silveira
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966).
- MONTEIRO, Clovis do Rêgo
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1949).

- MONTEIRO, Secretário Márcio Rêgo
(C.P.C.D. — Economia I — 1963).
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Economia — 1963 — Política Internacional — 1963).
- MOREIRA, Laura de Barros
(C.E.X. — Praxes Sociais e Diplomáticas — 1951).
- MORTARA, Marcella
(C.A.D. — Italiano — 1948, 1950).
- MOTA, Secretário Benedito Rocque da
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1955).
- MOTTA, Petrônio
(C.P.C.D. — Português — 1946).
- MOURA, Secretário Heitor Pinto de
(C.P.C.D. — Português — 1962-63).
- MULHOLLAND, John
(C.P.C.D. — Inglês — 1952, 1954 a 1957).
- MURPHY, Alan James
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).
- NABUCO, Gustavo Schmidt
(C.E. — Leitura Dinâmica — 1968).
- NASCENTES, Antenor
(C.P.C.D. — Português — 1946).
- NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(C.E.X. — Prática Consular — 1945).
- NOGUEIRA, Júlio
(C.E. — Português — 1947-48).
- NORONHA, Secretário Sérgio Seabra de
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1970).

- NOVELLI, Flávio Bauer
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1964-65).
- NUNES, Amaro Ventura
(C.E. — Português — 1967).
- ONIGA, Teodoro
(C.E. — Análise Estatística — 1969-70).
(C.E. — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — 1969-1970).
- OUCHKOFF, Oleg
(C.E. — Russo — 1964 a 1966).
- PACHÁ, Sérgio de Carvalho
(C.E. — Português — 1964).
- PAIVA NETTO, Jacintho Francisco
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).
- PARAÍSO, Hamilton Prisco
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1960).
- PAULA, Tacariju Tomé de
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).
- PEARSON, Christopher
(C.P.C.D. — Inglês — 1961-62).
- PEDROSA, Mário
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955).
- PEREZ, David José
(C.A.D. — Espanhol — 1948, 1950).
- PIMENTEL, Maria de Lourdes
(C.E. — Criptografia — 1947).

- PINHEIRO, Conselheiro João Baptista
(C.P.C.D. — Economia Política — 1953 — Política Econômica — 1952 a 1954).
(C.E.X. — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional — 1952).
- PINHO, José Wanderley de Araújo
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1957).
- PINTO, Luiz Fernando da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- POLZIN, Cônsul-Geral Alfredo
(C.A.D. — Prática Consular — 1954 a 1957).
- PÔRTO, Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1954).
- PÓVOAS, Sílvia Ribeiro
(C.E. — Datilografia — 1948).
- PRADO, Eugênia Damasceno Vieira
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1958).
- QUEIROZ, Secretário José Maria Vilar de
(C.P.C.D. — Português — 1964).
- RAILLARD, Georges Léopold
(C.P.C.D. — Francês — 1960).
- RENAULT, Adrien
(C.P.C.D. — Francês — 1963 a 1969).
- REZENDE, Omar Vieira de
(C.E. — Prática de Correspondência e Comunicação — 1947).
- RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1958).

- RIBEIRO, Pedro Freire
(C.P.C.D. — Política Mundial Contemporânea — 1947 a 1953).
- RIOS, José Arthur
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).
- RODRIGUES, Embaixador Jaime Azevedo
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1961).
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961).
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1953).
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1960).
- RODRIGUES, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- RODRIGUES, José Honório
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946 a 1949, 1956).
- RODRIGUEZ, Ministro Carlos Calero
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1954-55, 1963-64).
- ROUANET, Secretário Sérgio Paulo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967).
- SÁ, Hernane Tavares de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).
- SÁ, Jayme Magrassi de
(C.P.C.D. — Economia Política — 1955 a 1957 — Política Econômica — 1954 a 1957).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1954 a 1957).
- SANTOS, Ezio Távora dos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964-65).
- SANTOS JÚNIOR, Carlos
(C.P.C.D. — Economia II — 1963).

- SCARABÓTOLO, Ministro Hélio Antônio
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963 a 1966).
- SETTE, Secretário Luiz Paulo Lindenbergh
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961).
- SILVA, Fernando Antônio Rezende da
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).
- SILVA, Hélio Schlittler
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1958 a 1964).
- SILVA, Jacyr Heronville da
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969).
- SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — 1948).
- SILVA, José Luiz Werneck da
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1965-66).
- SILVA, Paulo Cesar Machado da
(C.P.C.D. — Inglês — 1948-49).
- SILVA, Conselheiro Rinaldo de Carvalho e
(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1968-69).
- SILVA, Roberto Barbosa da
(C.P.C.D. — Português — 1953).
- SILVA, Ministro Ruy Barbosa de Miranda e
(C.P.C.D. — Prática Consular — 1963 a 1966).
- SIMONSEN, Mário Henrique
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961).
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1962).
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador — 1967 a 1969).
- SOARES, Secretário João Clemente Baena
(C.P.C.D. — Português — 1964-65).

- SOARES, Pedro Paulo Martins
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- Sousa, Senador José Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1951).
- SOUZA, Alberto Mello e
(C.E. — Análise Macroeconômica — 1969-70).
(C.E. — Análise Estatística — 1969-70).
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly
(C.P.C.D. — Geografia — 1946 a 1958).
- TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1959).
- TENÓRIO, Desembargador Oscar Accioly
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946 a 1958).
- THIELEN, Maila Karen
(C.E. — Alemão — 1966).
- TRIGUEIRO, Embaixador Oswaldo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1960).
- TURTUR, Hermann
(C.E. — Alemão — 1963-64).
- VÁRZEA, Afonso
(C.E.X. — Geografia Econômica do Brasil e da América Latina — 1945).
- VASCONCELLOS, Cônsul Dora Alencar de
(C.A.D. — Prática Consular — 1952).
- VASCONCELLOS, Marina de Barros e
(C.P.C.D. — Francês — 1951 a 1954).
(C.E. — Francês — 1948).
- VIANA, Hélio
(C.A.D. — História Diplomática — 1950).

- VIEIRA, José Maria Gouveia
(C.P.C.D. — Economia I — 1963).
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Economia — 1963).
- WEINSCHECK, Conselheiro Guilherme
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1968-69).
- WEISS, Arthur Bernardes
(C.P.C.D. — Geografia — 1963 a 1965).
- WHITFIELD, Margaret Ann
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).
- WOOD, F.G.
(C.P.C.D. — Inglês — 1961 a 1963).

Í N D I C E

	Págs.
DIREÇÃO	5
HISTÓRICO	7
ORGANIZAÇÃO ATUAL	9
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	10
Exame Vestibular	10
Organização do Curso	12
Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas	16
Curso de Altos Estudos	17
Cursos Especiais e de Extensão	17
Concursos	17
Brasília	17
Dia do Diplomata	19
Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores	23
Aula inaugural do C.P.C.D. pelo Diretor do Instituto Rio-Branco	28
Discurso proferido pelo Doutor Trajano Pupo Netto por ocasião do banquete de encerramento da visita, ao Parque Industrial Paulista, da turma do 2º ano do C.P.C.D.	45
ANEXOS	49
Atividades em 1971	51
Exame Vestibular para o ano de 1971	53
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	56
Visita da "Organização de Estudantes Uruguaios de Diplomacia"	67
Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas	68
Exame Vestibular para o ano de 1972	72
Cursos Especiais	74
Pesquisas e Publicações	75
Biblioteca	76
Turma de 1971	77

	PÁGS.
Programas e Modelos de Provas	83
Legislação	155
Pessoal	159
Pessoal do Instituto Rio-Branco de 1945 a 1971	161
Professores do Instituto Rio-Branco	165
Relação dos ex-professores do Instituto Rio-Branco	184